



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTE - ICHCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

IGOR RAFAEL BISPO SANTOS

**NARRATIVAS SOBRE O PASSADO E DISPUTAS POLÍTICAS NO TEMPO
PRESENTE: A TRAJETÓRIA DO CÍRCULO MONÁRQUICO DE ALAGOAS E
SUAS MEMÓRIAS SOBRE O SISTEMA REPUBLICANO E A ABOLIÇÃO DA
ESCRAVIDÃO (2016-2022)**

Maceió-AL

2023

IGOR RAFAEL BISPO SANTOS

**NARRATIVAS SOBRE O PASSADO E DISPUTAS POLÍTICAS NO TEMPO
PRESENTE: A TRAJETÓRIA DO CÍRCULO MONÁRQUICO DE ALAGOAS E
SUAS MEMÓRIAS SOBRE O SISTEMA REPUBLICANO E A ABOLIÇÃO DA
ESCRAVIDÃO (2016-2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Michelle Reis de Macedo

Maceió-AL
2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S237n Santos, Igor Rafael Bispo.

Narrativas sobre o passado e disputas políticas no tempo presente : a trajetória do círculo monárquico de Alagoas e suas memórias sobre o sistema republicano e a abolição da escravidão (2016-2022) / Igor Rafael Bispo Santos. – 2023.

123 f. : il. color.

Orientadora: Michelle Reis de Macedo.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 117-123.

1. Monarquia - Alagoas. 2. Abolição da escravidão. 3. Nova Direita. I. Título.

CDU : 321.727 : 326.8

Folha de Aprovação

IGOR RAFAEL BISPO SANTOS

Narrativas sobre o passado e disputas políticas no tempo presente: a trajetória do círculo monárquico de Alagoas e suas memórias sobre o sistema republicano e a abolição da escravidão (2016-2022)


Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 31 de março de 2023.

Profª. Drª. Michelle Reis de Macedo (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida (Examinador Interno)
Universidade Federal de Alagoas

Prof. Dr. Danilo Luiz Marques (Examinador Interno)
Universidade Federal de Alagoas



Profª. Drª. Roseane Maria de Amorim (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Paraíba

Dedico ao meu mozinho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Rei dos reis, dono de todos os dons, que abençoou a escrita deste trabalho e que me ajuda sempre. Viva a Cristo Rei!

Aos arcanjos São Rafael, São Gabriel e São Miguel. Como também a Santo Agostinho, São Judas Tadeu, Santa Tereza d'Avila, Santo Antonio, São Francisco de Assis, São Bento, São Benedito, São Tomás de Aquino, Santo Expedido, Nossa Senhora Aparecida e toda a corte celeste. Deus é testemunha do quanto eles me ajudaram. Por fim, o imaculado coração triunfará!

A minha família: meu pai, meu irmão, minha mãe e minha noiva que não me deixaram desistir.

A UFAL, ao corpo docente do PPGH, em especial minha orientadora Michelle, que tanto contribuiu com sua atenção, seus conhecimentos e bons conselhos.

Aos membros do grupo de estudos UTOPIA, que são bons companheiros para todas as horas.

Aos professores que participaram da minha banca examinadora.

A CAPES pela bolsa de mestrado concedida.

“Onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas ou seus segredos... Deve escrutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação... Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história.”

(Fustel de Coulanges)

RESUMO

Este trabalho se debruça a analisar a história e as memórias produzidas e socializadas por um grupo de monarquistas alagoanos, o Círculo Monárquico de Alagoas, a respeito da Abolição da Escravidão e contrastá-lo com a produção historiográfica que a contrapõe. Para tanto, remonto a história do desenvolvimento do grupo analisado e estudo a interação do grupo observando a construção da sua comunicação digital em torno do tema da Abolição da Escravidão no Brasil, em que fica evidente como essa parte da Nova Direita elabora seu discurso sobre o passado para um proveito político do presente.

PALAVRAS-CHAVE: abolicionismo; monarquia; retórica digital; ciberativismo; nova direita.

ABSTRACT

This work aims to analyze the history and the memories produced and socialized by a group of monarchists from Alagoas, the Monarchic Circle of Alagoas, regarding the Abolition of Slavery and contrast it with the historiographic production that opposes it. To do so, I retrace the history of the development of the analyzed group and study the interaction of the group by observing the construction of its digital communication around the theme of the Abolition of Slavery in Brazil, in which it is evident how this part of the New Right elaborates its discourse about the past for a political profit in the present.

KEYWORDS: abolitionism; monarchy; digital rhetoric; cyberactivism; new right.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Olavo de Carvalho ao lado do Jair Bolsonaro então Presidente da República do Brasil. Fotografia do dia 19 de março de 2019 na embaixada dos EUA em Nova York. | 35 |
| Figura 2 – O jornalista Felipe Moura Brasil com o cartaz “Olavo tem Razão” num ato a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. | 36 |
| Figura 3 – Print da página oficial do Foró de São Paulo apresentando os partidos membros por país | 39 |
| Figura 4 – Manchetes de jornais que comentaram a repercussão da fala de Ciro Gomes. | 40 |
| Figura 5 - O blogueiro bolsonarista Allan dos Santos em selfie retirada em maio de 2020 demonstrando o desrespeito as instituições democráticas. | 43 |
| Figura 6 – <i>Thumb</i> da entrevista de José Carlos Sepúlveda no programa Contra Ponto do canal no YouTube Brasil Paralelo. | 46 |
| Figura 7 – Print do site oficial do Deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança..... | 47 |
| Figura 8 - Rodrigo Brasileiro após ser retirado do ato de primeiro de maio na Cinelândia-SP em 2017. | 51 |
| Figura 9 – Diretrizes para a fundação de um grupo monárquico local..... | 58 |
| Figura 10 – Página inicial da CONFEMBRAS no <i>Instagram</i> | 60 |
| Figura 11 – Página inicial do site da Pró-Monarquia | 61 |
| Figura 12 – Site da Pró-Monarquia com a imagem da Cartilha Monárquica..... | 62 |
| Figura 13 – Tipos de memes presentes nas redes sociais em páginas monarquistas..... | 66 |
| Figura 14 – Entrevista com o príncipe imperial Dom Bertrand com mais de 3,5 milhões de visualizações na plataforma YouTube..... | 67 |
| Figura 15 – Postagem realizada no Facebook da deputada federal Carla Zambelli sobre o dia da independência | 71 |
| Figura 16 – Grupo dos simpatizantes do CM-AL no <i>WhatsApp</i> | 75 |

| | |
|--|-----|
| Figura 17 – Desenvolvimento do Círculo Monárquico de Alagoas..... | 76 |
| Figura 18 – Brasão de armas do Grupo Monárquico Barão de Penedo. | 78 |
| Figura 19 – Fotos do I Encontro Monárquico Alagoano..... | 79 |
| Figura 20 – Lista dos membros colaboradores da CONFEMBRAS..... | 85 |
| Figura 21 – Foto do encontro monárquico de Alagoas de forma presencial realizado em 7 de setembro de 2020 na cidade de Maceió-AL | 87 |
| Figura 22 – Ato cívico do Círculo Monárquico de Alagoas na cidade de Coqueiro Seco..... | 89 |
| Figura 23 – Postagem de um monarquista umbandista na página do <i>Instagram</i> da CONFEMBRAS em outubro de 2021..... | 91 |
| Figura 24 – Postagem dos Monarquistas de Alagoas sobre a Princesa Isabel no Facebook | 98 |
| Figura 25 – Postagem sobre a morte da Princesa Isabel no <i>Instagram</i> do CM-AL. | 100 |
| Figura 26 – Postagem no Facebook dos Monarquistas de Alagoas sobre frases históricas..... | 102 |
| Figura 27 – Postagem no Facebook da página dos Monarquistas de Alagoas comparando a república com a monarquia | 104 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Cursos ministrados pelo Olavo de Carvalho no período de 2004-2022. . | 42 |
| Tabela 2 – Mapeamento dos perfis dos movimentos monárquicos nacionais segundo seus seguidores ou inscritos | 58 |
| Tabela 3 – Datas fixas dos encontros monárquicos em Maceió | 86 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|------------|--|
| CM-AL | Círculo Monárquico de Alagoas |
| CMB | Círculo Monárquico Brasileiro |
| CMB-AL | Círculo Monárquico Brasileiro – Regional Alagoas |
| CONFEMBRAS | Confederação Monárquica do Brasil |
| IBI | Instituto Brasil Imperial |
| UFAL | Universidade Federal de Alagoas |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 2 UMA FACE DA MESMA DIREITA NO BRASIL..... | 22 |
| 2.1 O contexto histórico do desenvolvimento da Direita..... | 22 |
| 2.2 Elementos do Ideário da Face da Direita..... | 31 |
| 2.2.1 A Bíblia Sagrada | 31 |
| 2.2.2 O Lorde da Guerra e a Constituição..... | 33 |
| 2.2.3 O Mínimo Que Você Precisa Saber Para Não Ser Um Idiota | 35 |
| 2.3 Os influenciadores da Face da Direita | 41 |
| 2.4 A Monarquia e a Nova Direita | 45 |
| 3 CÍRCULO MONÁRQUICO DE ALAGOAS (CM-AL): MOVIMENTO, MEMÓRIA E HISTÓRIA..... | 53 |
| 3.1 O Movimento Monárquico Nacional | 56 |
| 3.2 A Cartilha Monárquica | 61 |
| 3.3 A Retórica Monarquista no Ciberativismo | 66 |
| 3.4 O Círculo Monárquico de Alagoas | 74 |
| 4 MEMÓRIA E HISTÓRIA: O DISCURSO MONARQUISTA SOBRE A ABOLIÇÃO E ALGUNS CONTRAPONTO HISTORIOGRÁFICOS..... | 94 |
| 4.1 A Cyber Retórica..... | 94 |
| 4.2 Uso da Cyber Retórica..... | 98 |
| 4.3 Usos da memória monarquista pelos políticos conservadores: A Fundação Palmares | 106 |
| 4.4 O 13 de maio ou o 20 de novembro: Duas datas, duas lutas | 111 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 115 |
| 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 117 |

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre memória coletiva se iniciam na metade do século XX com Maurice Halbwachs. Este pensador, sobrinho de Freud e pesquisador social influenciado por Durkheim, além de cunhar o termo, trouxe para o campo dos estudos sociais a questão da lembrança antes tratada como individual (CASADEI, 2010).

Entendendo a memória por meio do seu caráter social, o autor faz algumas observações, sobre como tendemos não lembrar de alguns eventos ocorridos na infância, sobre a interferência coletiva na nossa lembrança e como elas podem ser reconstruídas e/ou modificadas.

Para o autor, a memória vai ter uma relação com o espaço e com o grupo que vivemos, a requisição torna a memória mantida viva em seu repositório orgânico. Além disso, devemos lembrar que:

Quando dizemos que o indivíduo se conduz com a ajuda da memória do grupo, é necessário entender que essa ajuda não implica na presença atual de um grupo ou de vários de seus membros. Com efeito, continuo a sofrer a influência de uma sociedade ainda que tenha me distanciado: basta que carregue comigo em meu espírito tudo o que capacite para me posicionar do ponto de vista de seus membros (HALBSWACHS, 1990, p.122).

Sendo assim, mesmo distante dos seus membros, suas atividades, em seu universo psicológico, o indivíduo consegue se manter membro de um grupo vivificando sua memória através de um ou mais símbolos, e que ver o mundo mediante sua cosmovisão.

Outro fator importante sobre o caráter social da memória é a possibilidade de a recebermos como herança. Nem tudo que constitui nossa memória foi vivenciado pessoalmente por nós, mas por nossa família ou outros grupos que vivenciaram conosco. Por exemplo, no cristianismo atual, católicos ou evangélicos, vão ter memórias diferentes sobre o evento da Reforma Protestante, ou seja, cada grupo cultiva uma memória diferente em seu interior.

Essa percepção tem como base as ideias que são partilhadas pelo grupo de geração em geração e em alguns casos pode representar parte da estrutura perene

que sustenta toda a mentalidade do grupo. Ainda no mesmo exemplo, se Lutero estiver errado, quão grave isso seria para a coerência daquele grupo, ou vice-versa. Algumas partes da memória coletiva do grupo ganham importâncias axiomáticas e negá-las é promover o rompimento do grupo.

A partir dessa perspectiva de a memória estar associada a grupos, podemos visualizar a complexidade disso pois, o indivíduo pode fazer parte de vários grupos e suas memórias podem ser harmônicas ou não. Por exemplo, quando um membro de uma família cristã se torna participante de sociedade iniciática.

Com relação a memória do Estado, vemos que cada indivíduo congrega parcelas diferentes que se harmonizaram em seu interior ou ele mesmo ele colocará certas contradições em uma espécie de esquecimento, como quem guarda o que se quer esquecer em uma gaveta que não se costuma ser aberta.

Nessas diversidades de memórias sociais pode existir um conflito entre a memória cultivada pelo Estado e a memória subterrânea que pode ser familiar, mas que de algum modo se transmite em ciclos internos. Seja por que não há interesse do grande público, porque os detentores da memória não possuem meios adequados para sua transmissão ou mesmo porque o grupo entende que para manter sua segurança e existência deve transmitir sua memória somente para os iniciados.

No caso desta pesquisa, estudaremos um grupo de ativismo político que cultiva uma memória ligada aos descendentes da família imperial, família esta que por muito tempo foi difícil separar a memória do Estado e da família.

Além de Halbwachs outros autores ao longo da história se debruçaram sobre o tema, dentre eles o célebre historiador March Bloch que fez uma crítica ao livro do Halbwachs. Segundo Casadei

As críticas de Bloch foram importantes, uma vez que influenciaram sobremaneira os estudos posteriores em torno do conceito de memória coletiva. É bastante significativa, neste sentido, a abordagem de Michael Pollak, para quem Halbwachs, em grande parte como resultado de suas raízes durkheimianas, teria sido incapaz de enxergar os elementos de dominação ou de violência simbólica existentes nas diversas formas de memória coletiva (2010, p.160).

As referidas críticas de Bloch vão no sentido de uma desconfiança da memória nacional. Devemos lembrar que a própria Escola dos Annalles se desenvolveu na

perspectiva da desconfiança da escola metódica. Sendo assim, para Halbwachs a memória nacional viria pacificar os conflitos e unir as interpretações do passado. Porém, devemos desconfiar da intencionalidade dos discursos sobre o passado seja ele produzido pelo Estado ou não.

Como Casadini (2010) comenta, Pollak segue a mesma sintonia de Bloch. A memória nacional não é um árbitro, mas sim um forte competidor que tem meios de propagar seu ideário. Rios aponta que:

Embora Halbwachs tenha iniciado a reflexão sobre a memória entre as décadas de 1920 e 1940, somente nos anos 1970 e 1980 sua obra seria redescoberta e revalorada, efetivando-se como um campo sólido de estudos sobre o tema. Dentre os autores que participaram desse processo, encontra-se Michael Pollak, num momento em que a história procurou encampar a memória como objeto de estudos e fonte de dados. Novas áreas de pesquisa surgiram nesse contexto, como a nova história, a história oral e a história do tempo presente (2013, p. 8)

Desse modo os estudos relativos à memória têm se fortalecido nos últimos 50 anos, abordando novas fontes, como as digitais e se permitindo debruçar sobre recortes cronológicos cada vez mais recentes.

Ao revivificar essas discussões, Pollak parte de alguns posicionamentos de Halbwachs como o caráter social da memória. Como por exemplo, que nossa visão sobre o passado é reconstruída a partir dos discursos e intencionalidades das pessoas em nossa volta. Essas representações podem acontecer de diversas maneiras: um diálogo amigável, um discurso de alguém reconhecido como autoridade ou mesmo o lugar e a arte, e enquanto o repositório da memória é orgânico ela tem um caráter mais fluido que a história. Nesse sentido Nora destaca que:

Memória, história longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução do passado. [...] pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação ao universal (1993, p. 9).

Ou seja, alterar uma memória é alterar a percepção de um indivíduo ou grupo. Uma outra observação que parece pertinente é de que a memória é enunciada a partir de uma afirmação da veracidade que se apoia na moral do indivíduo que viveu, viu e

narrou. Seu testemunho é preservado e transmitido e quanto mais inalterado, maior o valor. Já o discurso histórico, por seu caráter científico, espera-se contrapostos ou ao menos, um refino com o passar das gerações de historiadores.

Para tanto, nesta pesquisa estudaremos a história e a memória de um grupo alagoano, no qual acompanharemos sua formação e a relação do grupo local com sua contraparte nacional. Além disso, analisaremos como esse grupo produz, cultiva e divulga sua memória. Observaremos como sua apropriação do passado se relaciona diretamente com o presente.

Nesse sentido, é oportuno observar o estabelecimento da história do tempo presente como um campo de estudos útil para as nossas reflexões. Ferreira (2002) comenta que:

compreensão dos usos políticos do passado pelo presente promoveu uma reavaliação das relações entre história e memória e permitiu aos historiadores repensar as relações entre passado e presente e definir para a história do tempo presente o estudo dos usos do passado (p. 321).

Observa-se que a história do tempo presente não apenas analisa o recorte temporal próximo ao tempo presente, mas, também se debruça sobre o uso, muitas vezes político, que os sujeitos históricos da conjuntura hodierna fazem do passado. Sendo assim, esta pesquisa se insere também no campo da história do tempo presente pois, ela parte das perspectivas dos sujeitos históricos do presente, buscando legitimar suas (re)interpretações do passado e legitimar-se a partir dela.

O grupo que será abordado nessa pesquisa é o Círculo Monárquico de Alagoas (CM-AL). Tal grupo possui um caráter político com uma pretensão hercúlea: a restauração da Monarquia Parlamentarista. Apesar de alguns membros engajados no grupo fazerem parte da academia, o grupo não se estrutura na universidade nem por meio de trabalhos acadêmicos, e sim de sua atividade política, tentando criar um ideário que seja favorável a um processo de restauração monárquica.

O motivo da escolha do grupo se deu por uma configuração complexa que atendia as demandas e curiosidades do pesquisador, pois a década de 2010 foi um momento complexo de (re)aparecimento de novos protagonismos políticos e uma efervescência de setores políticos ligados a direita. Junto com esses sujeitos, suas

memórias subterrâneas voltaram a superfície criando um combate de memórias intenso na política nacional.

Compreender como eles expõem e cultivam sua interpretação do passado é interessante para construir uma argumentação sobre um saber que é fundamental de sua cosmovisão e de sua ação social e política. A interpretação da realidade, a cosmovisão, serve de base para a legitimação de decisões.

Dessa forma, um dos instrumentos utilizados para identificar essa estrutura da memória coletiva é observar como isso toma parte no combate de memória. Essa análise pressupõe que cada emissor do discurso não está emitindo um discurso a esmo voltado apenas para convencer a plateia, mas sim, um discurso que expresse sua visão de mundo e o que o emissor do discurso acredita ser verdade. De modo que, mesmo que simples afirmações como “a bola é azul” demonstram a crença de um pressuposto: existe uma bola.

Nesse caso o Círculo Monárquico de Alagoas (CM-AL) tem o evento histórico da Abolição da escravidão como um momento importante da sua memória coletiva e de sua visão sobre o passado, em especial maximizando a participação da família real. No caso da abolição é dada ênfase a participação da Princesa Isabel.

A atual conjuntura vive um momento de erupções de memórias subterrâneas (POLLAK, 1989, p. 2). Os sujeitos que tinham pensamentos parecidos começam a se encontrar virtualmente e se organizar em grupos e comunidades virtuais. A interação virtual pela *internet* tem passado a ser o maior meio de comunicação. Antes os meios para expressão do discurso ideológico estavam restritos àqueles que podiam empreender ou comprar um espaço na mídia. Hoje com um custo muito reduzido ou nulo, qualquer pessoa pode postar e interagir com as postagens de outros usuários nas redes sociais. Nas palavras de Penteado:

[...] as características dessa rede impõem novas dinâmicas e possibilidades, com destaques para: a) velocidade na transmissão das informações; b) interatividade; e c) arquitetura de rede. Assim, a Internet, com suas características, introduz uma lógica comunicativa inovadora, produzindo novas modalidades de práticas políticas, assim como integra novos atores políticos em sua dinâmica (2011, p. 212).

Essa mudança nos meios de comunicação permitiu um grande aumento das informações expressadas. Porém nem tudo que é expressado é necessariamente

verdadeiro. Juntamente com o aumento dos sujeitos que se expressam através da internet houve também o aumento das agências verificadoras de Fakenews¹. A falta de responsabilidade profissional aliado ao pseudo-anonimato² permitiu que a internet proliferasse narrativas falsas que muitas vezes são contrárias ao que é veiculado nas mídias tradicionais e no que é publicado pelos espaços privilegiados de construção dos saberes.

Esse fenômeno também afeta os embates políticos em uma democracia. Surgiu uma nova área a ser disputada como espaço de representação, pois não apenas a notícia é veiculada, mas a receptividade dela também através dos comentários e compartilhamentos:

[...] política desenvolvida no espaço da mídia faz com que seu campo simbólico se torne uma área de batalha da política contemporânea, na qual as forças políticas buscam construir suas representações e defender seus interesses (PENTEADO, 2011, p.114).

É oportuno observar que os novos dispositivos de acesso à internet não necessariamente garantem uma maior expressão democrática. Afinal, a ferramenta depende do seu usuário, pois sujeitos históricos munidos de ideias antidemocráticas podem utilizar esses meios para difundir seus ideais. Além do mais, existe sempre a possibilidade de surgir legislações que limitem a liberdade de expressão, tais como a criação de lista de palavras proibidas, proibição de atores políticos de interagirem ou impedimento do acesso a plataformas de mídias sociais específicas no país. Uma versão digital dos mecanismos de censura tão comuns durante a Ditadura Militar.

Outro fator importante é que as próprias agências governamentais passam a ter seus perfis nas redes sociais, abrindo um novo espaço para relação povo-Estado. As pessoas jurídicas passam a ter mais um meio de divulgação de suas ideias, assim como também as empresas, as organizações não-governamentais (ONG's) e associações civis.

¹ Segundo o Dicionário Online Cambridge: histórias falsas que parecem ser notícias, divulgadas na internet ou usando outras mídias, geralmente criadas para influenciar opiniões políticas ou como piada. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/fake-news>. Acesso em: 10 mar. 2023.

² Chamo de pseudo-anonimato pois, apesar de que com uma investigação realizada por especialistas é possível identificar o autor de uma postagem, mas ao usuário comum é quase impossível saber o autor de uma postagem, caso ele não queira se identificar.

As mudanças das abordagens políticas com o passar do tempo fizeram surgir novas técnicas que foram acrescentadas ao repertório dos historiadores se apoiando nas experiências das gerações anteriores. No mundo hodierno, a produção e publicização de informações foi massificada. A *Internet* configura-se como uma nova categoria de fontes documentais para as pesquisas históricas (DE ALMEIDA, 2011, p. 4).

A grande maioria das fontes históricas são textos, tais como: documentos oficiais, cartas, livros, discursos, jornais e etc. O século XX apresentou novas formas de registros desses documentos: gravação em áudio, fotocópias, gravações em vídeo e posteriormente os arquivos digitais. Devemos lembrar que os hábitos de comunicação da população, das empresas e até mesmo do Estado estão se tornando cada vez mais digitais³. Ora, se toda a comunicação, inclusive dos órgãos oficiais do Estado, passa a ter contas oficiais em redes sociais, a adoção das fontes como válidas e úteis à historiografia é algo que nem o mais arcaico positivista iria resistir.

Entretanto, as fontes digitais produziram um aumento do número de fontes imensurável, o que antes poderia ser uma conversa sem registro hoje pode ficar eternizado na *timeline*⁴, mais ainda quando é abordada por um trabalho acadêmico em sua produção, pois acaba servindo também como cópia de segurança daquela fonte. Esse aumento é benéfico para o historiador, mas gera dificuldades para outra etapa da pesquisa: a seleção da fonte a ser utilizada. Antes, essa seleção feita pelo historiador era limitada pelo próprio tempo, pelo acaso da preservação ou pela vontade dos sujeitos históricos que decidiram proteger o documento no hiato entre sua produção e análise. Portanto, o presente trabalho se insere nas produções de história do tempo presente e faz uso de fontes digitais e orais para sua produção.

Porém existe uma preocupação antagônica: o mesmo historiador deve pensar na intencionalidade das suas fontes, pois o sujeito histórico não é obrigado a ter um

³ Para mais informações sobre essa tendência na comunicação, consultar: CORRÊA, E. S.; ESTEVANIM, M. Digital humanities: tendência para a comunicação na contemporaneidade In: Tendências em comunicação digital. São Paulo: ECA/USP. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/87/75/365-1>. Acesso em: 08 jun. 2022.

⁴ Parte da página de rede social que expõe as postagens de um perfil em ordem cronológica.

compromisso socrático com a verdade⁵. Nessa dialética, existe o processo da seleção das fontes a serem utilizadas na pesquisa.

As fontes selecionadas para esta pesquisa, que é de cunho qualitativo, seguiram o critério da relevância das interações que moldam a imagem do grupo para o público externo. Pois, o foco na atuação pública é mostrar o *Ethos* assumindo no discurso de forma mais abrangente.

A figura do *Ethos* pertence a retórica sendo uma das maneiras de se estabelecer a relação de prova. Sendo assim identificá-lo torna imprescindível. Das disposições de fontes, as digitais ganham um caráter de maior relevância pois atingem um público maior, desse modo, tendo um espaço maior na construção do *Ethos*, da imagem pública do sujeito histórico. As fontes orais são usadas para preencher as lacunas de informações e cruzar com as fontes digitais. Além disso, devemos lembrar de que todos os documentos carregam o *Ethos* do seu produtor e do seu meio de divulgação.

Vale lembrar que a digitalização abre espaço não apenas para interação entre as pessoas físicas, mas para atores coletivos que não necessariamente chegaram a ter pessoa jurídica. Mesmo uma pessoa física pode optar por criar um perfil não pessoal, cuja o autor permaneça anônimo do seu público, para que sua identificação pública seja com a causa.

É possível que estamos vivendo um momento de mudança da atividade política, onde estudar atuação política cada vez mais, é estudar a atividade desses novos sujeitos históricos nas redes sociais. A retórica política apresentada através do ciberativismo⁶ é cada vez mais relevante. Por meio dessa interação, pretende-se algar e aglutinar adeptos para as próprias bandeiras.

Nisso é importante lembrar que não é apenas um discurso sobre a situação presente que está em jogo, mas o discurso sobre o passado é cada vez mais importante. Afinal, qual tipo de apropriação do passado é feita por um grupo que pretende retroagir à monarquia no Brasil? Como esse grupo percebe os 133 anos de

⁵ É conhecido a passagem de Fédon a qual Sócrates demonstra um compromisso tão sério com a verdade a ponto de preferir a morte a divergir dela, encarnando o adágio: “verdade conhecida é verdade obedecida.”

⁶ Todo ativismo político feito através de mensagens, postagens e comentários na *internet*.

República consolidada no Brasil? Como a abolição é rememorada por esse grupo? Quais são as proximidades, rupturas e distanciamentos?

Este trabalho se estrutura em três capítulos. No primeiro, reflito sobre a atual Nova Direita e suas rupturas e as continuidades de velhos nomes da direita presentes na Ditadura Militar e no final do século XX como quadros atuais e atuantes, em uma variabilidade de identidade políticas. Remonto o contexto histórico que permitiu essa nova direita subir ao poder e exponho alguns aspectos do seu imaginário.

No segundo capítulo, analiso a história do Círculo Monárquico de Alagoas (CM-AL), observando também o compasso que há entre movimento nacional e local. Estudo também seus processos de formação de identidade. Esta associação encabeça o Movimento Monárquico em Alagoas, o único grupo organizado em atividade no estado que consegui identificar.

Por fim, no terceiro capítulo também analiso a exposição digital do grupo a respeito da Abolição da Escravidão no Brasil. A escolha da ciber-retórica se deve por representar o maior meio de exposição do grupo com o público externo. Algumas metodologias serão utilizadas de maneira complementar, a saber a Análise Retórica e a Análise Argumentativa, para encontrar os pontos de força das congruências e afastamentos do discurso.

2 UMA FACE DA MESMA DIREITA NO BRASIL

2.1 O contexto histórico do desenvolvimento da Direita

Na concepção de Motta (2018), os anos 2000 foi marcado por uma virada na política brasileira pela vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O autor ressalta que as eleições de 2002, com a vitória do PT, representam as expectativas da esquerda brasileira, no entanto, Lula se apresentando como um candidato moderado com a fórmula “Lulinha paz e amor” por sua postura e programas político mais medido:

Desde os anos de 1990 a liderança do partido vinha abandonando o radicalismo em proveito de uma perspectiva moderada e pragmática, mais inclinada a reformar o sistema econômico-social do que a fazer uma revolução. Na verdade, o próprio Lula e outros líderes partidários jamais deram provas de adesão a qualquer projeto revolucionário [...] (MOTTA, 2018, p.415).

Ainda na concepção do autor, o que se pode notar do governo petista é o lançamento de ações políticas, em especial na economia, considerada ambígua de um socialismo vago e jamais delineado. Esse fato contribuiu para crises internas acarretando alas esquecidas mais radicais do Partido dos Trabalhadores. “As medidas iniciais do governo Lula não aguentaram às esquerdas, que se sentiram traídas devido aos acordos com grupos conservadores e à adoção de políticas econômicas ortodoxas” (MOTTA, 2018, p. 417). Apesar disso, duas medidas foram importantes para economia neste período: a redução significativa da dívida externa e a redução da taxa da inflação que segundo o autor, tratou-se de um resultado marcante do início do governo Lula até o ano de 2010.

Outras importantes ações governamentais do governo Lula destacadas por Motta (2018) foram na área das políticas sociais e culturais, as quais contribuíram para o aumento da renda dos grupos mais pobres, ampliando o mercado para os setores produtivos, abrindo novas oportunidades para negócios. Entre os programas estão o “Bolsa Família”, aumentos reais do salário-mínimo, investimentos na Educação direcionados na ampliação do nível superior e dos Institutos Federais, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e outros programas que incentivavam o financiamento de bolsas de estudos

em faculdades particulares como o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) e o PROUNI (Programa Universidade para Todos).

Ainda segundo Motta

Embora encontrasse sucesso em sua estratégia diplomática, os governos petistas foram atacados por liberais e conservadores que acusaram afinidades suspeitas com o bolivarianismo da Venezuela, além de reclamarem de que a aliança tradicional com os Estados Unidos interessaria mais ao Brasil. Por essas razões, o ponto mais favorável para o prestígio de Lula no Brasil foi o crescimento econômico durante os seus oito anos de governo. Durante os dois mandatos houve uma expansão média anual do PIB da ordem 4%, em contraposição aos 2,3 de média anual do período FHC. Além dos programas sociais, outro ponto de destaque foi a redução da taxa de desemprego, que, como já pontuado, baixou de 12 % para 6%. Todos esses fatores explicam a grande popularidade do Lula ao fim do seu governo, uma situação inédita na história recente do país. (MOTTA, 2018, p.432)

Quando Lula saiu do governo e passou a faixa para Dilma Rousseff em 2011, a nova presidente deu continuidade às ações do governo Lula, consideradas por Motta (2018) como avanços e foi reeleita em 2014. Antes de Dilma subir a rampa do Planalto Central pela segunda vez, ainda nas campanhas das eleições presidenciais em 2014, surgiu o Movimento Brasil Livre – MBL tendo como meio de comunicação as redes sociais. Segundo Vieira:

De uma página no Facebook ligada ao Estudantes pela Liberdade - EPL, em 2013, um think tank destinado a difundir o pensamento liberal no Brasil, particularmente nos meios acadêmicos através de palestras, eventos e publicações, o MBL emergiu nacionalmente em 2014, como um bem-sucedido movimento destinado a desgastar o petismo por meio do discurso do ódio, elaborado com base na retórica do ódio de matriz olavista, conduzido dos meios de comunicação ligados à internet às manifestações de rua (2022, p. 16).

Esse movimento teve grande influência ao ponto de apoiar o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e traçar discursos contra o petismo. Por possuir um alcance significativo, o MBL foi financiado por muitos filiados e partidos políticos. Para Vieira (2022, p. 17), esse movimento possuía origens de financiamento pouco transparente e disseminava discursos de ódio ao PT, fundamentado numa espécie de anticomunismo. Para compreender o contexto de desgaste político, é importante destacar também alguns acontecimentos no primeiro mandato da presidente Dilma:

O primeiro mandato de Dilma Vana Rousseff à frente da Presidência da República, foi marcado por uma série de dificuldades que gradativamente

desgastaram seu governo. Politicamente, embora o Partido dos Trabalhadores - PT, compusesse a maior bancada na Câmara dos Deputados, a Presidenta não dispunha da mesma habilidade de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, para lidar com a oposição, particularmente com a parcela fisiológica inscrita no chamado 'centrão'. Em termos econômicos, também enfrentou dificuldades, muito em função dos efeitos da crise global do capitalismo desencadeada em 2008, que ainda se fazia sentir. Além disso, os vultosos recursos destinados à realização da Copa do Mundo da FIFA, em detrimento de algumas demandas sociais em um momento de crise, renderam publicidade negativa por parte da grande mídia tradicional, também atuante de modo opositor ao seu governo. (VIEIRA, 2022, p.14)

A crise da Era Petista foi iniciada com os escândalos do “mensalão” e, depois, com as dificuldades políticas de Dilma Rousseff na presidência, e encerrou com o impedimento da presidente. “O *impeachment* de 2016 – sem dúvida um golpe parlamentar - desmoralizou as instituições ao revelar as estranhas corruptas do sistema político, especialmente sobre o Poder Judiciário por sua conduta parcial em momento grave (MOTTA, 2018, p. 443).

A crise do petismo motivou ainda protestos em 2013, os gastos com os grandes eventos aliados ao aumento de tarifas públicas, cuja o estopim foi o aumento da passagem de ônibus, ajudaram a criar um clima favorável aos protestos que levaram muitas pessoas às ruas, levantando-se inclusive a possibilidade da Copa no ano seguinte, em 2014, não ser realizada no país. (ROMÃO, 2013, p.12). Uma verdadeira onda de protestos que culminou com:

[...] multidão descontrolada e incontrolável na cúpula do edifício do Congresso Nacional e a quase invasão ao Palácio do Itamaraty, em Brasília, na noite de 20 de junho, mostraram que o clima de revolta popular havia chegado ao centro do poder no país. A tentativa de resposta da presidenta Dilma Rousseff ficou relacionada à proposição de cinco “pactos” dirigidos aos políticos e à sociedade brasileira. Os pontos eram os seguintes: 1) responsabilidade fiscal que sustentasse uma posição de firme combate à inflação, àquele momento em alta; 2) reforma política, concretizada na controversa proposta de um plebiscito sobre a convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva para o tema. Ainda a esse tema foi ajuntada a proposta de que se aprovasse legislação mais rígida contra a corrupção, elevando-a a categoria de crime hediondo; 3) saúde, com mais investimentos e a contratação de profissionais estrangeiros para o Sistema Único de Saúde para áreas remotas do país, o que deu origem ao Programa Mais Médicos; 4) transporte coletivo, com a proposta de desoneração de PIS e Cofins do óleo diesel e energia elétrica, além de mais investimento em obras de mobilidade urbana; e 5) educação, com a proposta de destinação de 100% dos royalties do petróleo e de 50% do pré-sal para as políticas educacionais (ROMÃO, 2013, p.13).

Essas propostas acalmaram um pouco o ânimo e apaziguaram a situação o suficiente para a vitória no pleito de 2014. Porém, as sucessivas notícias de corrupção veiculadas pela imprensa ajudaram a minar a popularidade da presidente eleita e a viabilizar o processo de impeachment.

Um outro olhar sobre os fenômenos que acometeram os últimos anos da primeira Era Petista foi retratado por Vieira sobre a participação da classe média:

Por esta linha de raciocínio, é possível compreender que a participação da classe média "nos golpes contra as classes populares tem muito a ver, portanto, com as estratégias de reprodução de privilégios e muito pouco com moralidade e combate à corrupção", caracterizados por discursos religiosos ou ações deliberadamente seletivas como as decorrentes da Operação "Lava Jato", como evidenciado por Gleen Greenwald do The Intercept Brasil (2022, p. 189).

Os anos de 2003 a 2016 foram marcados, segundo Motta (2018), por grandes avanços com relação às políticas sociais e culturais, mas também muitos escândalos de corrupção que ocasionaram no descontentamento do povo e dos próprios políticos aliados ao governo Lula. E os anos que se sucederam foram traçados por operações como a "Lava Jato" de repercussão nacional que resultou na prisão do líder do Partido dos Trabalhadores em 2018.

Em meio ao cenário de descontentamento, alguns movimentos ligados à direita ganharam adeptos e simpatizantes. Uma figura ganhou notoriedade em todo o país com seus discursos alinhado à direita, o parlamentar Jair Bolsonaro. Nesse momento surgiu um fenômeno em massa denominado por sociólogos e historiadores de "bolsonarismo", que o elegeu em 2018 como presidente da República através de uma campanha eleitoral que segundo Vieira foi:

[...] marcada pelo exercício do ódio ao inimigo, mais do que por propostas orientadas ao desenvolvimento do país. Assim, uma vez que seus candidatos de maior preferência não avançaram ao segundo turno das eleições, impelidos pelo antipetismo e identificados com o discurso liberal econômico bancado por Paulo Guedes durante a campanha, os integrantes do MBL atuaram nacionalmente de modo a cooperarem para a eleição de Bolsonaro, embora naquele momento isso nem fosse mais relevante, visto ter ele atingido a condição de protagonista, que havia buscado. (2022, p.17)

A campanha de Bolsonaro foi realizada sem muitos recursos financeiros e teve apoio da população que estava descontente com o governo que o antecedeu. Esse fato é proveniente do fortalecimento da direita no campo político brasileiro. "É

importante salientar não se tratar de um fenômeno nacional particularizado, mas parte de uma conjuntura maior, quando analisado em termos internacionais. Nesse sentido, a citada eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, é um exemplo disso” (VIEIRA, 2022, p.17). Segundo Junior e Carvalho, o bolsonarismo é:

[...] maior que Bolsonaro e aplicável a outras esferas de poder e espaços públicos, podendo existir até mesmo sem a figura de Jair Bolsonaro. O bolsonarismo se consolida a partir de algumas características centrais: o moralismo; o antipetismo, que marca a necessidade de escolha permanente de inimigos; a antipolítica, que não enxerga a política como um espaço de transformações necessárias; o patriotismo; discurso religioso no espaço público e militarismo (2019, p. 242).

Diante desse contexto, no governo bolsonarista, foi instalada uma orientação da política neoliberal com ações como:

[...] abertura das economias nacionais ao mercado mundial, pagamento da dívida pública, privatizações, preponderância da propriedade privada enquanto patrimônio em detrimento de sua função social, subordinação às instituições financeiras internacionais, desregulamentação do mercado de trabalho e, dentre outras, capitalização individualizada dos sistemas previdenciários, o Estado tem promovido forte intervenção para desregulamentar a si mesmo, como vem ocorrendo também no Brasil (VIEIRA, 2022, p.16).

O governo do Bolsonaro foi marcado pelos discursos alinhados à direita e aos cristãos afirmando estar em favor da moral e dos bons costumes. Conforme constatou Vieira

Disso, não por acaso a compreensão de que o lema integralista "Deus, Pátria e Família" tenha sintetizado tão bem ao longo do tempo "diferentes 'ênfases' anticomunistas"⁵⁴⁸, podendo ser simbolicamente percebida em alguma medida, tanto na "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" contra o Governo Goulart, quanto no lema da campanha eleitoral de Bolsonaro, que veio a ser do seu governo, "Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos"[...] (2022, p. 170)

Diante desses apontamentos, o governo Bolsonaro foi considerado antidemocrático pelas ações muitas vezes individualistas e ligada a discursos vazios. Não havendo muito fundamento em suas ações e discursos incoerentes, seu governo durou somente um mandato, sendo sua derrota registada nas urnas de 2022, na qual elegeu o Lula como presidente após uma campanha acirrada e muito polarizada. No

ano de 2023, portanto, deu-se início ao retorno do governo petista, a qual está sendo vivida no período da escrita desta dissertação.

Desde a Revolução Francesa (1789) que as posturas políticas são separadas nas nomenclaturas direita e esquerda. De um modo geral, ambas as categorias são desejosas de mudanças. As propostas de mudança mais radicais, ligadas às raízes e bases da sociedade, estão associadas à esquerda e as categorias desejosas de mudanças pontuais conservando as raízes sistêmicas estão relacionadas a direita (SILVA, 2014, p. 151).

Na época, o que estava em jogo era a preservação do Antigo Regime ligado aos privilégios da monarquia francesa e as mudanças congêneres a um pensamento liberal. Entretanto, nos últimos três séculos diversas cosmovisões entraram no debate político tornando-o essa dualidade mais complexa. Além disso, muitas dessas cosmovisões se subdividem até mesmo em vertentes homônimas. Quantos conservadorismos, liberalismos, socialismos existem?

Essa incalculável variedade de vertentes políticas que constantemente se seccionam ou reaglutinam tornam sua listagem um empreendimento hercúleo. Sem falar no ordenamento de quem está mais à esquerda ou mais à direita. Nesse sentido, são propostas diversas maneiras de dividir os atores políticos entre esquerda e direita.

Bobbio (2001), por exemplo, aponta que como principal diferenciação entre direita e esquerda é a preocupação desta última em abolir a desigualdade entre os homens. Na época da queda da Bastilha, essa desigualdade era pensada por meio dos privilégios da nobreza e das desvantagens dos comuns. Nesse sentido, a burguesia da época lutava por igualdade, por isso estava à esquerda. Hoje a desigualdade não está alicerçada em privilégios jurídicos por linhagem e nascimento, mas, no domínio dos meios de produção. De modo que o liberalismo burguês que antes foi considerado a esquerda hoje está mais alinhado à direita ou a centro.

Silva (2014) destaca que o economista da escola austríaca Frederick Hayek propunha, ao invés do eixo esquerda/direita, um triângulo cujo os vértices estariam o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo. De modo a posicionar a distinção entre eles uma ideia ou sujeito político conforme o posicionamento econômico e moral.

Situou em lados diferentes o conservadorismo e o liberalismo, ambos se opondo de maneiras e por razões diferentes ao socialismo.

Para fins deste trabalho, o eixo esquerda e direita aparenta ser mais útil pois é assim mesmo que o grupo político analisado se identifica. Para ser mais específico, a categoria direita. Porém, antes de progredir, parece-me curioso fazer uma observação: ao contrário da política de esquerda que desde a publicação do Manifesto do Partido Comunista em 1848 teve um contínuo de intelectuais e com seu trabalho mais de 150 anos de refinamento teórico e político, por exemplo, não é raro que um militante de esquerda se defina como marxista-leninista ou marxista-trotskista. Os atuais movimentos de direita no Brasil estão muito longe desse refinamento.

Na verdade, até a própria autorreferenciação como alguém de direita era rara após a redemocratização:

Poucos deputados se auto-identificaram como ocupando posições extremadas, mas o dado mais interessante do ponto de vista de nosso argumento é que **nenhum** deputado se declarou de extrema direita, e apenas 6% disseram-se de direita moderada ou centro-direita. Padrão semelhante havia sido observado através de uma pesquisa da **Folha de S. Paulo** (de 22.03.87), na qual, tal como na de Rodrigues, pedia-se aos constituintes que se autodefinissem politicamente por referência a um gradiente de sete níveis: ninguém se disse de extrema direita, 1% de direita e 5% de centro-direita. (PIERUCCI, 1987, p.38)

Isso após um processo de redemocratização de uma Ditadura Militar de 21 anos marcada por discursos e ações profundamente anticomunistas: um elemento crucial na direita em toda história da República brasileira. Inclusive, em um momento de pós-ditadura, talvez o medo de muitos dos congressistas fosse justamente ser associado a ela. A algo de um passado (recente) temível.

Por outro lado, também existe uma dificuldade dos liberais em se entender ou mesmo aceitar como válida o rótulo “direita”:

Rejeitam-na: Delfim Netto, Afif Domingos, Roberto Campos; para este, "as expressões direita e esquerda, conforme já dizia Ortega y Gasset, são uma forma de hemiplegia mental. O que para mim existe são os partidários da economia de mercado e os partidários da economia controlada. No plano político, os partidários da economia de mercado são os verdadeiros liberais e os partidários da economia controlada são os falsos liberais, porque não se dão conta de que a liberdade econômica é uma condição necessária, ainda que não suficiente, da liberdade política. Eu sou liberal, privatista e partidário da economia de mercado. Para mim, a diferença é entre os liberais e os xiitas" (*Folha de S. Paulo*, 28.06.87 apud PIERUCCI, 1987, p.38).

É bom entender quem são esses três liberais que rejeitavam sua vinculação à direita. O primeiro, Delfim Neto, foi ministro da Economia durante a ditadura, inclusive foi um dos signatários do nefando Ato Institucional N° 5⁷, que marcou a história do Brasil como a maior suspensão de direitos políticos e civis. Outro personagem, Roberto Campos, foi ministro do Planejamento no Governo Castelo Branco, o primeiro governo da ditadura. Além disso, na época desta declaração, era filiado ao Partido Democrático Social (PDS), um dos partidos que surgiram com a dissolução da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), ou seja, também participou da administração da ditadura e mesmo após a redemocratização continuou vinculado a estruturas políticas de direita. Por último, Afif Domingos foi um deputado federal constituinte filiado ao Partido Liberal (PL), mais recentemente fez parte do ministério da Fazenda na equipe de Paulo Guedes, o ministro mais importante no Governo Bolsonaro (2019-2022), governo claramente de extrema direita.

Tudo isso demonstra a diferença entre uma autodeclaração e a adoção de uma cosmovisão. Apesar do sujeito declarar-se enxergar o mundo de determinada maneira, seu comportamento é que sugere indícios da maneira com que ele vê o mundo e quais axiomas orientam sua ação política e social. No mínimo, exibe como historicamente os liberais não possuíam receio de formar parcerias com outros setores mais à direita. De mesmo modo, a direita sempre se sentiu à vontade em ter o apoio dos liberais na gestão da Economia.

Essa permissibilidade de atores liberais na gestão da Economia esteve presente na direita e foi se intensificando. Mesmo durante a ditadura, onde a economia teve grande intervenção do Estado por meio do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), de 1967; nas Metas e Bases para a Ação do Governo, de 1970; e no I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de 1972, a implementação de ideias liberais na economia era crescente (WASSERMAN, 2017).

Além das variações do papel do Estado na economia, do campo moral, curricular, que fragmentam a direita internamente devemos lembrar da dicotomia e da oposição da direita e da esquerda:

[...] as posições direita-esquerda são posições relativas e que, portanto, a direita se define por oposição ou em relação à esquerda e vice-versa;

⁷ BRASIL. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em 26 fev. 2023.

segundo, ao fato de se tratarem de posições dispostas em um eixo bipolar, que ordena e gradua as posições como num leque ou hemicírculo, e que, por conseguinte, as posições de direita admitem variações em função desta disposição em graus (PIERUCCI, 1987, p.39).

Desse modo, as mudanças de um lado do espectro político provocam alterações no outro lado também. Sendo assim, esquerda e direita não são imutáveis, elas são heterogêneas e antagônicas sim, mas não imutáveis.

Um dos ícones da direita no final dos anos 1980 e nos anos 1990 foi Enéas Ferreira Carneiro, que foi candidato a presidente em 1985, 1994 e 1998, candidato a prefeito da cidade de São Paulo em 2000 e foi deputado federal por São Paulo de 2003 a 2007. Ficou conhecido pelo bordão “Meu nome é Enéas!” e participou da fundação do Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA).

É curioso notar que na ocasião de sua segunda candidatura a presidente, em 1994, Dr. Enéas Carneiro foi entrevistado no Programa Livre⁸ apresentado por Sérgio Groisman. Nele, uma das pessoas da plateia teve oportunidade de questioná-lo se era de esquerda ou direita e sua resposta foi desqualificar esses rótulos como “atrasados” e ineficientes para descrever a realidade política evitando se definir, o que era característico da direita na década de 1990, como já foi referido.

Contudo, Lopes (2016) nos alerta que posteriormente ele se identifica como conservador, inserindo-o assumidamente no campo da direita:

Durante uma palestra proferida na Universidade de São Paulo (USP), no ano de 2000, Enéas Carneiro explanou, de forma mais ampla, seu pensamento político. Ao ser indagado sobre “parecer” ser um conservador, Enéas foi enfático: “eu não pareço, eu sou conservador”. Definiu seu conservadorismo enquanto “o respeito aquilo que é clássico”, e o “clássico não é aquilo que é velho, clássico é aquilo que é eterno”, referindo-se às obras de Adam Smith, Isaac Newton, Luís de Camões, Nicolau Copérnico, Galileu Galilei e Hipócrates como clássicas e obrigatórias. “O fato de eu respeitar e admirar os clássicos não quer dizer que não goste do que é novo. Mas é preciso que se tenha no espírito que o novo só existe porque existiu o velho” (LOPES, 2016, p.17).

Vale lembrar também que o PRONA deixou de existir em 2006, quando realizou uma fusão com o Partido Liberal (PL), através do qual nas eleições de 2022 o ex-

⁸ TUDO NEWS. Visão sobre DIREITA X ESQUERDA. YouTube, 03 jan. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iG4uFka8BuQ>. Acessado em: 16 jan. 2023

presidente, mas na época candidato Jair Messias Bolsonaro, surgiu como ícone da atual direita brasileira.

Essas idas e vindas na década de 1990 e no início dos anos 2000 se fazem necessárias para aprimorar uma percepção sobre o fenômeno da direita atual: ela não se desconecta do passado, sendo um fenômeno meramente homônimo que substitui algo que foi descontinuado. Existe conexões entre o passado remoto e o recente. Saliento que essas conexões não se resumem na permanência de alguns personagens na cena pública, mas também incluem elementos do ideário dentro das subdivisões internas da direita. Tais elementos serão apresentados e comentados.

2.2 Elementos do Ideário da Face da Direita

Em seu primeiro discurso após a vitória das eleições em 2018⁹ Jair Messias Bolsonaro tinha sobre a mesa quatro livros: a Bíblia Sagrada; Memórias da Segunda Guerra Mundial, de Winston Churchill; O Mínimo Que Você Precisa Saber Para Não Ser Um Idiota, do Olavo de Carvalho; e a Constituição da República Federativa do Brasil. Sabendo que este político aglutinou as expectativas da direita no Brasil vamos utilizar esses livros como indicativos do ideário por ele representado.

2.2.1 A Bíblia Sagrada

As Sagradas Escrituras servem de orientação para uma parcela significativa dos Brasileiros os quais formulam seu ideário político e cosmovisão a partir da interpretação (exegese) desses textos. Durante a campanha, houve participação ativa de diversos setores cristãos. Almeida nos salienta que:

As sinalizações de Bolsonaro foram fortes em direção ao segmento evangélico, que, além de expressivo demograficamente, pode ser, em boa medida, alinhado eleitoralmente. Em síntese, até a composição do novo governo, Bolsonaro identificou-se na grande chave “cristã”, o que não incluiu as referências específicas das religiões afro-brasileiras e espírita, mas incorporou o judaísmo como compreendido pelo evangelismo de matriz

⁹ BOLSONARO, J. M. Jair Bolsonaro é eleito o 38º Presidente da República Federativa do Brasil! Facebook: jairmessias.bolsonaro. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/945681038957259/?t=418>. Acesso em: 16 jan. 2023.

fundamentalista norte-americana (Bruce, 2003). Enfim, cristão sem acentuar as cores católicas e sempre indicando aos evangélicos que pode ser, parecer ou tornar-se evangélico. E isso teve efeito eleitoral (2019, p. 205).

Manifestando a identidade religiosa “cristã”, ele conseguiu unir em seu discurso os católicos e evangélicos sobretudo em sua defesa da família tradicional e dos valores cristãos que correspondia basicamente ao discurso contra o aborto e ao que se denominou ideologia de gênero. Ainda nas palavras de Almeida:

Família tradicional é, sem dúvida, o signo mais englobante do campo moral em questões relativas ao corpo, ao comportamento e aos vínculos primários. Atualmente, no Brasil e na América Latina, o que se destaca são setores religiosos, à direita, com ênfase em temas como aborto, sexualidade, gênero, casamento, técnicas reprodutivas e adoção de crianças por casais do mesmo sexo. De um lado, um movimento de manutenção da tradição cristã fortemente marcada pelo catolicismo, de outro, um movimento mais proativo e transformador dos comportamentos feito pelo evangelismo (2019, p.208).

Nesse sentido Quintão acrescenta:

Na dinâmica relacional que se instaura nos processos de representação de interesses, há uma gama de atores envolvidos, como os atores governamentais (membros do Congresso, staff do Congresso, Presidente etc.), que são aqueles que recebem considerável atenção da imprensa e do público, tendo maior influência na definição da agenda governamental, atuando no fluxo dos problemas e política, e seu recurso mais decisivo é autoridade legal. Conforme vimos, os parlamentares evangélicos se utilizam de tais capitais e recursos, interferindo na agenda do movimento LGBT, com proposições que disputam a definição do que seja uma sexualidade legítima e de quais pessoas estão socialmente autorizadas a exercê-la, assim como conseguir o veto de leis e políticas públicas que contrariam preceitos morais da sua comunidade religiosa (2017, p.68).

Essa disputa por significados e direcionamentos encontrou eco em um grupo com representatividade no Congresso Nacional, a exemplo da Frente Parlamentar Evangélica. A adesão desse tipo de discurso encontrou repercussão em uma camada politicamente influente e que tentava pautar as políticas de Estado através de sua cosmovisão que encontra apoio nas Sagradas Escrituras.

2.2.2 O Lorde da Guerra e a Constituição

Qual o intuito de mostrar uma biografia do ex-primeiro-ministro britânico? Winston Churchill foi militar, congressista e chefe do executivo inglês, governou a Inglaterra durante um período de crise. Uma possível resposta para a pergunta anterior, seja talvez uma forma de espelho de príncipe¹⁰, vendo-se como uma versão brasileira do estadista.

Deve-se lembrar também que Churchill foi primeiro ministro inglês durante o período da Segunda Guerra Mundial, quando a Inglaterra protagonizou como aliado dos Estados Unidos da América e da URSS, combatendo a forma hedionda de totalitarismo, que é o nazismo. Nessa hipótese, o presidente se colocaria como alguém que estava em guerra com as formas de totalitarismo, o que incluiria, em sua concepção, o marxismo em todas as suas vertentes¹¹.

Nesse sentido, por exemplo o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, filho do então presidente, apresentou o Projeto de lei 4425/2020¹² que pretendia proibir expressões, homenagens e exposição de símbolos das respectivas correntes políticas. Em sua justificativa:

A data de hoje, 01/SET, não foi por acaso escolhida para impetrar este projeto de lei. Ela marca a invasão da Polônia em 1939: a oeste pelos alemães nazistas e duas semanas depois, em comum acordo, a leste pelos soviéticos comunistas. Este fato histórico marca o espírito deste projeto: garantir a proteção dos direitos e liberdades humanas e civis evitando a repetição de atrocidades patrocinadas pelo nacional-socialismo (nazismo) e pelo comunismo. Para tanto, buscou-se inspiração na lei ucraniana de condenação dos regimes totalitários nacional-socialistas (nazistas) e comunistas e proibição da propaganda de seus símbolos, prevista dentre outros instrumentos ucranianos no Informativo do Conselho Superior (BBP), 2015, nº 26, 219 (PL4425/2020, p.2).

Curioso notar que boa parte dos partidos de oposição têm inspirações socialistas como uma das correntes teóricas que orientam sua ação política. Caso esse Projeto de lei fosse aprovado, partidos como PCB, PC do B, PSTU, PT, PSOL,

¹⁰ Gênero literário comum na renascença.

¹¹ É curioso notar que o estadista escolhido simbolicamente como exemplo, tinha como um dos principais aliados, Joseph Stálin.

¹² BRASIL, Projeto de Lei nº 4.425, de 01 de setembro de 2020. Altera a redação da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 e da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, criminalizando a apologia ao nazismo e comunismo, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2020/09/PL-4425-2020.pdf>. Acessado em 16 jan. 2023.

PCO ou PDT poderiam ter dificuldades de expressar-se ao ter seus símbolos reconhecidos ou associados como representantes dessa corrente política. Pode-se perceber então como a política no Brasil se manifesta de maneira complexa, em que uma lei aparentemente democrática visa, a princípio, combater resquícios dos regimes totalitários do Socialismo e do Nazismo. Se fosse aprovado poderia ser usada para silenciar os principais partidos políticos de oposição ou mesmo inseri-los na ilegalidade.

O anticomunismo é uma característica marcante dessa face da direita. O medo diante da ameaça do comunismo é um discurso que volta a ser popular seja se referindo a uma preocupação econômica ou com a moral e os bons costumes. Para Pierucci, no século XX isso não era regra:

Gostaria de chamar a atenção, mais uma vez, para um traço surpreendente desta síndrome de direita em nível popular: a **ausência de anticomunismo**. As perguntas sobre comunismo ficavam entre as últimas do roteiro. Todos os entrevistados sabiam do que se tratava, não importa o quão estereotipadamente. O grau de informação é variável, em função obviamente da renda e da escolaridade ou do nível de organização, mas para todos eles — isto não foi dito — é como se o comunismo fosse um cachorro morto. Nem sequer dá sustos. O que, convenhamos, lhes poupa agressividade, que acaba canalizada para adversários "muito mais perigosos" na vida cotidiana. Ora bem, tal ausência cromossômica de anticomunismo em um rebento da extrema direita, em nível de base, dá o que pensar. De um lado, socialismo parece tão ausente da cultura política do povo brasileiro, conforme a análise de Francisco de Oliveira em seu artigo sobre o PT nesta revista (nº 15), que nem mesmo as bases eleitorais de seus adversários mais raivosos sequer dão atenção às assombrações manipuladas por seus chefes (1987, p.34).

Para Motta (2021), o anticomunismo seria um conjunto de ações e de ideias implicando rejeição integral e combate visceral ao comunismo. Anticomunistas seriam os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação. A base de sua atuação estaria centrada, portanto, em atitude de recusa militante ao projeto comunista¹³.

Nisso se distingue a direita nessa nova face em relação da direita do final do século XX. A presença massificada de um discurso anticomunista. É importante frisar

¹³ MOTTA, R. Rodrigo Sá Motta fala sobre nova edição de “Em guarda contra o perigo vermelho”. Entrevista concedida a Eduff. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=entrevista-rodrigo-sa-motta-fala-sobre-nova-edicao-de-em-guarda-contra-o-perigo-vermelho>. Acesso em 12 mar. 2023.

que esse discurso já existia na direita dos anos 1990 como veremos a seguir, porém não estava nos discursos dos principais representantes da época e quase que completamente ausente das massas. Devemos lembrar que o final do século XX é marcado pela dissolução da União Soviética e pela queda do Muro de Berlim. Desse modo, se opor ao comunismo realmente existente poderia parecer desnecessário, retrógrado, uma bandeira que não chamava mais tanta atenção como nas décadas de 1930 e 1960.

2.2.3 O Mínimo Que Você Precisa Saber Para Não Ser Um Idiota

O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota é uma coletânea de textos sobre temas variados e nenhum desses textos são inéditos pois todos já estavam disponíveis gratuitamente na internet. Esse livro possui quase 594 páginas e foi escrito por Olavo de Carvalho, uma figura polêmica que ficou conhecido como “Guru do presidente” durante o governo Bolsonaro.

Figura 1 – Olavo de Carvalho ao lado do Jair Bolsonaro então Presidente da República do Brasil. Fotografia do dia 19 de março de 2019 na embaixada dos EUA em Nova York.



Fonte: Disponível em:

<https://images03.brasildefato.com.br/d6b338766572941c309dee8778f8ae33.jpeg> Acessado em: 31 jan.2023

Ao longo de sua vida, esse autor esteve envolvido no estudo de caminhos esotéricos de autoconhecimento e evolução espiritual como a astrologia¹⁴ e a participação em ordens iniciáticas ligadas ao misticismo sufi¹⁵. Porém, em última instância, morreu como católico¹⁶. Nasceu em 29 de abril de 1947 em São Paulo e faleceu em 24 de janeiro de 2022 aos 74 anos nos EUA. Durante sua vida, foi colunista de alguns jornais e revistas no país e escreveu diversos livros que em sua maioria compendiava textos de temáticas correlacionadas.

O autor tem pensamento diretamente ligado a direita e seus alunos o tratam como um grande filósofo. Além do Curso Online de Filosofia (COF), ele publicou alguns textos ligados a esse campo de estudo como comentários sobre a obra de Aristóteles e Schopenhauer. Entretanto, essa não consiste na maior parte de suas publicações sendo bem menos conhecidas. Por exemplo, os textos compendiados no livro “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota” não há nenhum específico sobre um conceito ou tema filosófico.

Figura 2 – O jornalista Felipe Moura Brasil com o cartaz “Olavo tem Razão” num ato a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.



Fonte: Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-16-Felipe-Moura-Brasil-com-faixa-Olavo-tem-Razao-em-protesto-por-impeachment-no-fig2_318792756. Acesso em 23 jan.2023.

¹⁴ CARVALHO, O. Um acerto de contas com a astrologia. Entrevista concedida a Roberta Tórtora. Recife, 2000. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/um-acerto-de-contas-com-a-astrologia/>. Acesso em 20 jan. 2023

¹⁵ CARVALHO, O. A vingança do caraio. 2018. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/a-vinganca-do-caraio/>. Acesso em 20 jan. 2023

¹⁶ SOUZA, V. Olavo de Carvalho recebe os sacramentos antes de sua morte. Jornal O Povo Online. Acoradouro, 2022. Disponível em: <https://blogs.opovo.com.br/ancoradouro/2022/01/25/olavo-de-carvalho-recebe-os-sacramentos-antes-de-sua-morte/>. Acessado em 20 jan. 2023.

O livro referido é um dos últimos a serem publicados em sua vida e teve a edição do jornalista Felipe Moura Brasil, ligado às ideias de direita que compendiou diversos textos disponíveis na internet, os quais dão uma amostra do pensamento e da estratégia retórica de um modo geral carregada de tons ácidos apresentando narrativas que representam o Brasil vivendo uma decadência nas expressões culturais letradas, nas palavras do próprio autor:

Quatro ou cinco décadas atrás, você abria os jornais e encontrava análises políticas substantivas. Fossem “de esquerda” ou “de direita”, os articulistas ainda acreditavam numa coisa chamada “verdade” e faziam algum esforço para encontrá-la. Eram também homens de boa cultura literária, conheciam e respeitavam o idioma. Tenho saudades dos longos artigos de Júlio de Mesquita Filho, Paulo Francis, Antônio Olinto, Paulo de Castro, José Lino Grünewald, Nicolas Boer, Gustavo Corção; do próprio Oliveiros da Silva Ferreira, que está vivo, mas longe da mídia diária. E tantos outros. Tantos e tantos.

Hoje em dia temos puros polemistas, que não investigam nada, não explicam nada, não fazem nenhum esforço intelectual, não tentam entender coisa nenhuma, só tomam posição, lavram sentenças como juízes e ditam regras (CARVALHO, 2013, p. 304).

Para ele, as próprias universidades não teriam escapado disso, deixando de promover atividades intelectuais para promover interesse políticos:

A universidade foi o forno alquímico onde se consumou a transmutação dos intelectuais em “intelectuais” no sentido gramsciano do termo, isto é, ativistas políticos sem nenhuma obrigação mental específica, diferenciados tão somente pela instrumentalização da sua atividade *soi disant* artística, educacional ou científica a serviço da causa esquerdista.

A redução da vida intelectual a megafone de interesses partidários e a conseqüente debacle da alta cultura no Brasil estão bem documentadas no meu livro *O imbecil coletivo*, de 1996 (CARVALHO, 2013, p. 308).

Segundo sua interpretação, esse declive não seria mero resultado do acaso, mas fruto de um catalisador que via no empobrecimento cultural de certos setores da sociedade algo útil para uma “revolução cultural”, também chamado de Marxismo cultural¹⁷. Para ele:

[...] uma corrente político-ideológica que, dos anos 1970 até hoje, se empenhou sistematicamente em destruir a cultura superior do país e de modo

¹⁷ Uma interpretação da estratégia revolucionária a qual priorizaria produzir uma contra cultura através das artes e uma produção pró-marxista na ciência e na política. Qualquer posicionamento científico que seja útil a esquerda pode ser taxada de marxismo cultural. As pautas feministas, sobre ecologia ou contra a desigualdade racial são exemplos de temáticas que podem ser consideradas de marxismo cultural.

especial a sua literatura, mediante a submissão de tudo às exigências estratégicas e táticas da “revolução cultural” de Antonio Gramsci.

O entorpecente gramsciano penetrou no cérebro nacional a partir da publicação das obras do ideólogo italiano pelo editor comunista Ênio Silveira, logo depois do golpe de 1964. Na confusão geral que se apossou das esquerdas ante o fracasso de suas esperanças de cubanização rápida e indolor da sociedade brasileira, uma ala mergulhou na leitura das idiotices de Régis Débray e Che Guevara, torrando suas energias na “revolução impossível” das guerrilhas. Outra, mais esperta, recuou e apostou na estratégia de longo prazo que propunha ir conquistando o universo inteiro das artes, do ensino, da cultura, do jornalismo — discretamente, como quem não quer nada — antes de arriscar a sorte na luta direta contra o inimigo político (CARVALHO, 2013, p. 312).

Para Olavo de Carvalho, existia uma corrente política, da qual o Partido dos Trabalhadores seria o principal agente no Brasil e faria parte de uma organização supranacional que tentaria criar na América Latina a colaboração entre entidades e partidos de vertentes políticas socialistas.

Uma corrente política capaz de rebaixar a esse ponto a inteligência e a capacidade de discernimento de um povo não hesitará em destruir o país inteiro para conquistar mais poder e realizar os planos concebidos em encontros semissegretos com movimentos revolucionários e organizações criminosas do exterior (CARVALHO, 2013, p. 314).

Esse grupo maior que realiza encontros “semissegretos com movimentos revolucionários e organizações criminosas do exterior”, ou seja, o agente que coloca em prática a revolução cultural na América Latina seria o Foro de São Paulo¹⁸, uma organização que realmente existe e de maneira pública, inclusive com site oficial¹⁹ que facilmente é encontrado em qualquer pesquisa na internet.

As narrativas sobre o Foro de São Paulo é o suprasumo do anticomunismo da nova face da direita e inclusive, talvez, o axioma principal de seu pensamento político mesmo que não saiba nomeá-lo, mas o imagine como um ente revolucionário supra nacional que tem como etapa de seus planos destruir as bases culturais do país.

Ainda falando sobre o Foro de São Paulo e sua influência sobre a política latino-americana comenta:

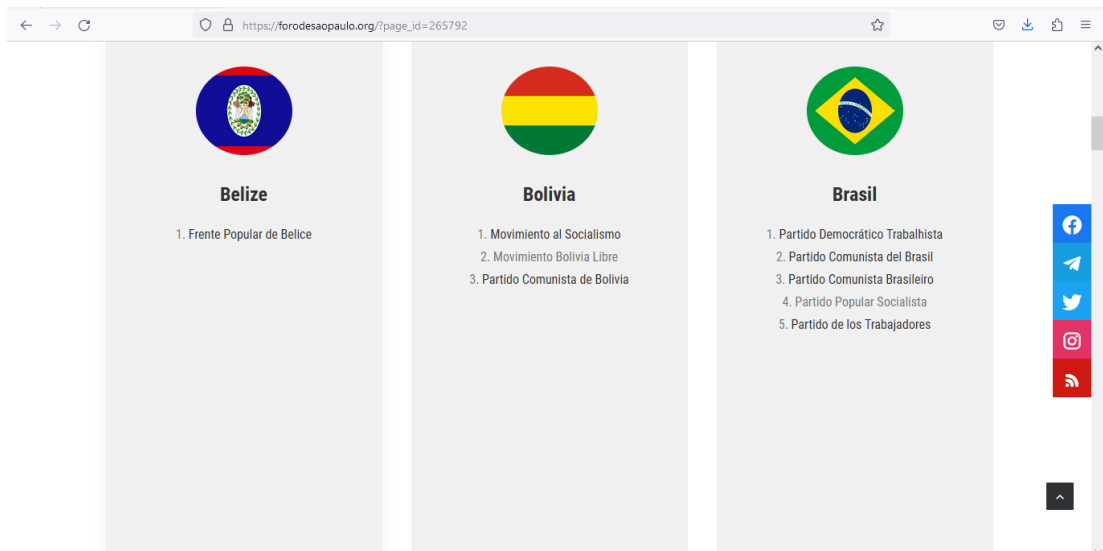
¹⁸ Como descrito no próprio site: o Foro de São Paulo é organização criada em 1990 e composta por partidos políticos e organizações da América Latina e do Caribe para refletir sobre possibilidades alternativas às políticas neoliberais hegemônicas, além de pensar políticas de integração econômica, política e cultural da região. Disponível em: <https://forodesaopaulo.org/>. Acessado em 12 de março de 2023.

¹⁹ Site oficial do Foro de São Paulo. Disponível em: <https://forodesaopaulo.org/>. Acesso em 20 jan. 2023.

- 1) O Foro de São Paulo é uma entidade secreta ou pelo menos camuflada [...]
- 2) Essa entidade se imiscui ativamente na política interna de várias nações latino-americanas, tomando decisões e determinando o rumo dos acontecimentos, à margem de toda fiscalização de governos, parlamentos, justiça e opinião pública.
- 3) O chamado “Grupo de Amigos da Venezuela” não foi senão um braço, agência ou fachada do Foro de São Paulo [...]
- 4) Depois de eleito em 2002, ele, Luiz Inácio Lula da Silva, ao mesmo tempo que *pro forma* abandonava seu cargo de presidente do Foro de São Paulo, dando a impressão de que estava livre para governar o Brasil sem compromissos com alianças estrangeiras mal-explicadas, continuou trabalhando clandestinamente para o Foro, ajudando, por exemplo, a produzir os resultados do plebiscito venezuelano de 15 de agosto de 2004 (“graças a essa relação foi possível construirmos a consolidação do que aconteceu na Venezuela”), sem dar a menor satisfação disso a seus eleitores.
- 5) A orientação quanto a pontos vitais da política externa brasileira foi decidida pelo sr. Lula não como presidente da República em reunião com seu ministério, mas como participante e orientador de reuniões clandestinas com agentes políticos estrangeiros (“foi uma ação política de companheiros, não uma ação política de um Estado com outro Estado, ou de um presidente com outro presidente”). Acima de seus deveres de presidente ele colocou sua lealdade aos “companheiros” (CARVALHO, 2013, p. 456).

Nesse sentido o Foro de São Paulo seria bem mais que uma organização que promove o debate e a troca de experiências entre os membros da esquerda latino-americana, mas uma vanguarda revolucionária que comandaria mais de um partido por país e teria perspectiva de congregar membros de diversas vertentes teóricas de esquerda em uma unidade estratégica sob seu comando.

Figura 3 – Print da página oficial do Foro de São Paulo apresentando os partidos membros por país



Fonte: Disponível em: https://forodesaopaulo.org/?page_id=265792. Acesso em 20 jan. 2023.

Na Figura 3, é possível visualizar os partidos brasileiros que fazem parte do Foro de São Paulo, nele destaca o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Ambos partidos tiveram candidatos significativos nas eleições de 2022 e o candidato Ciro Gomes do PDT teceu diversas críticas ao Partido dos Trabalhadores e em especial ao presidente Lula.

Tais críticas foram frequentemente adotadas, compartilhada e reproduzidas por eleitores e perfis influenciadores ligados a ideias simpáticas ao candidato da direita, Bolsonaro. Houve repercussão (Figura 4) e Ciro Gomes foi chamado de cabo eleitoral de Bolsonaro.²⁰

Figura 4 – Manchetes de jornais que comentaram a repercussão da fala de Ciro Gomes²¹.



Fonte: Adaptado pelo autor, 2023

²⁰ NIKLAS, J. Ataques de Ciro a Lula viralizam em grupos de WhatsApp bolsonaristas: “Cabo eleitoral de Bolsonaro”. Jornal O Globo, 12 mai. 2022. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/ataques-de-ciro-lula-viralizam-em-grupos-de-whatsapp-bolsonaristas-cabo-eleitoral-de-bolsonaro.html>. Acesso em 26 jan. 2023

²¹ VILLAR, M. Aliados de Bolsonaro exploram nas redes sociais declarações de Ciro Gomes contra Lula. 13 set. 2022. Disponíveis em: <https://www.estadao.com.br/politica/aliados-de-bolsonaro-exploram-nas-redes-sociais-declaracoes-de-ciro-gomes-contra-lula/>. Acesso em 26 jan. 2023

PAN, J. Ciro Gomes aumenta ataques a Lula e acusa petista de ter mandando “jagunços” o agredirem. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/politica/eleicoes-2022/ciro-gomes-aumenta-ataques-a-lula-e-acusa-petista-de-ter-mandando-jaguncos-o-agredirem.html>. Acesso em 26 jan. 2023.

ZANINI, F. Ciro Gomes é abraçado por direitistas após subir tom contra Lula. 22 set. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/09/22/interna_politica,1396973/ciro-gomes-e-abracado-por-direitistas-apos-subir-tom-contra-lula.shtml. Acesso em 26 jan. 2023

O fato é que o Foro de São Paulo reúne mais de 123 partidos membros de 27 países, mas se ele fosse o comando estratégico, uma vanguarda revolucionária, como essa narrativa tenta defini-los, teria um de seus membros fazendo ataques tão duros contra outro, ao ponto de ajudar o candidato de posições ideológicas antagônicas? Sabe-se que as informações que a direita apresenta encontram refutações em fatos públicos verificáveis. Porém esses discursos são proliferados na internet por diversos influenciadores que se denominam direitistas.

2.3 Os influenciadores da Face da Direita

Apesar de Olavo de Carvalho ter sido o mais influente comentarista da direita, a defender esta tese sobre o Foro de São Paulo, ele não era o único. Uma autora menos conhecida é a pernambucana Graça Salgueiro, a qual publicou em 2016 o livro “O Foro de São Paulo: a mais perigosa organização das américas” em parceria com o Observatório Latino-Americano. Porém, Olavo de Carvalho acaba eclipsando todos esses autores, por dois motivos: 1) ele foi professor deles e 2) ele iniciou um programa semanal e aberto que foi denominado de *True OutSpeak* que divulgou suas análises a um público maior via internet, e seu nome ganhou maior proporção à medida que a internet se popularizava.

Olavo de Carvalho também manteve durante muito tempo, hoje mantido por seus familiares, o *site* Seminário de Filosofia onde ele divulgava seus cursos sendo o principal deles o Curso Online de Filosofia (COF) com mais de 450 aulas extensas (mais de 4 horas geralmente) que se propõem não apenas munir, segundo ele, seus alunos de uma cultura filosófica, mas introduzi-los a um estilo de vida onde a busca pela verdade ganharia contornos socráticos.

Além das aulas do COF, o Seminário de Filosofia disponibilizava uma série de cursos avulsos abordando temas específicos ligados à filosofia, o autoconhecimento e o desenvolvimento pessoal, ou porque não dizer: autoajuda. Por meio de consultas na internet listei na Tabela 1, os cursos ministrados pelo escritor de 2004 a 2022.

Tabela 1 – Cursos ministrados pelo Olavo de Carvalho no período de 2004-2022.²²

| Curso | Ano | Qnt. de aulas |
|--|------------|----------------------|
| Teoria Geral do Estado | 2004 | 14 |
| Introdução ao método filosófico | 2008 | 6 |
| Conceitos fundamentais da Psicologia | 2009 | 6 |
| Filosofia da Ciência | 2010 | 6 |
| A Consciência de Imortalidade | 2010 | 6 |
| Metafísica - A estrutura do ser | 2011 | 6 |
| Raízes da Modernidade | 2011 | 6 |
| Conhecimento e Moralidade | 2012 | 6 |
| Princípios de método da autoeducação | 2012 | 6 |
| Introdução à filosofia de Eric Voegelin | 2013 | 6 |
| Introdução à filosofia de Louis Lavelle | 2013 | 6 |
| Sociologia da filosofia | 2013 | 6 |
| A crise da inteligência Segundo Roger Scruton | | |
| Scruton | 2014 | 6 |
| Como tornar-se um leitor inteligente | 2014 | 6 |
| A formação da personalidade | 2015 | 6 |
| Guerra Cultural-História e estratégias | 2016 | 4 |
| Política e Cultura no Brasil história e perspectivas | 2016 | 6 |
| Esoterismo na História e hoje em dia | 2017 | 5 |
| Introdução a filosofia Mario Ferreira dos Santos | 2017 | 5 |
| Guerra Contra a Inteligência | 2018 | 5 |
| Simbolismo e ordem cósmica-Ontem e hoje | 2018 | 5 |
| Ser e Poder-Princípios e Métodos da Ciência Política | 2019 | 5 |
| Ciência Política Saber Prever e Poder | 2021 | 5 |

Fonte: Autor 2023.

²² Dados consultados no site <https://olavodecarvalho.org/o-seminario-de-filosofia/>. Acessado em 25 jan. 2023

Muitos influenciadores digitais dessa Nova Face da Direita foram alunos desse curso: Bernardo Kuster (mais de 950 mil inscritos no YouTube)²³, Allan dos Santos (do canal Terça Livre bastante influente, porém hoje não existe mais), Nando Moura (3 milhões de inscritos no YouTube)²⁴, Ana Campagnolo (524 mil inscritos no YouTube)²⁵. O Seminário de Filosofia, uma incubadora de representantes da “vanguarda” dessa Nova face da Direita. Todos esses personagens e alguns outros deram eco por meio da *internet* (mídia sociais) os discursos do seu professor.

Desses quatro citados, o que recebeu maior destaque foi o Allan dos Santos, depoente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre *Fakenews* que até a data de realização desta pesquisa se encontra foragido²⁶ ao que tudo indica nos Estados Unidos.

Figura 5 - O blogueiro bolsonarista Allan dos Santos em selfie retirada em maio de 2020 demonstrando o desrespeito as instituições democráticas.



Fonte: Disponível em <https://www.conjur.com.br/2021-out-21/alexandre-moraes-determina-prisao-preventiva-allan-santos>. Acesso em 20 jan. 2021

²³ Canal do Bernardo P. Küster. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCVLMRyUik9KrSdFdfRUjFgg>. Acesso em: 12 mar. 2023

²⁴ Canal do Nando Moura. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@NandoMouraOficial>. Acesso em 12 mar.2023

²⁵ Canal da Ana Campagnolo. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@AnaCampagnolo1>. Acesso em 12 mar. 2023

²⁶ Para mais informações, consultar: Portal do STF, 21 out. 2021. disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=475200&ori=1>. Acesso em 26 jan. 2023.

Ele foi visto como o líder de uma guerrilha digital que visava destruir reputações através de Fakenews distribuídas na internet e foi investigado no inquérito 4874²⁷. Este não apenas utilizava as redes sociais para emitir suas opiniões como criou uma empresa, Terça Livre, site de notícias que foi investigado por produzir notícias que teriam influenciado as eleições de 2018. O site Terça Livre imitava o modelo de um site chamado Mídia sem Máscaras, o qual Olavo de Carvalho era o principal articulista. Allan dos Santos demonstrava sua simpatia pelo movimento monárquico, estando presente na plateia do Programa *The Noite* apresentado por Danilo Gentili²⁸, entretanto ele nunca manifestou publicamente ser parte de alguma organização pro-monárquica, círculo monárquico ou afins.

Porém o *True Outsppeak* aliado ao site Mídia sem Máscaras tiveram papel decisivo para inserir a mentalidade anticomunista como um dos tópicos principais de seu ideário. Para Roxo

Partindo da premissa de que a cobertura da mídia é tendenciosa e fundamentalmente esquerdista, o Mídia Sem Máscara toma para si a missão de, como seu próprio nome indica, “desmascará-la”. De acordo com sua editoria (atribuída ao escritor Olavo de Carvalho, importante referência para os ideólogos de direita do país), “MÍDIA SEM MÁSCARA é um website destinado a publicar as ideias e notícias que são sistematicamente escondidas, desprezadas ou distorcidas em virtude do viés esquerdista (2009, p.1).

O site do Mídia Sem Máscaras chegou a ter 44 colaboradores que escreviam artigos e comentários políticos dos mais variados temas e divulgava o programa *True Outsppeak* um programa de comentários políticos semanais das notícias que eram exibidos em revistas e jornais de circulação nacional. O crescimento desse site permitiu que em 2004 ele tivesse o programa na Tevê Millennium veiculado em Curitiba-PR. Este site não está mais no ar.

Vale salientar que, além do artigo de Roxo (2009) é difícil encontrar mais informações na *internet* que contribuam. Porém se não por causalidade, mas pelo menos cronologicamente, ele marcou a transformação da direita que tinha “vergonha

²⁷ Inquérito 4874. Disponível em <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6214799>. Acessado em 26 jan. 2023.

²⁸ Pró Monarquia. Facebook: promonarquia. Disponível em: <https://www.facebook.com/promonarquia/photos/o-sr-allan-santos-do-canal-ter%C3%A7a-livre-e-um-grupo-de-monarquistas-que-acompanhar/1994656500770930/>. Acesso em 26 jan. 2023.

de si” dos anos 1990 para a “Face da Direita”, que teve atuação nas primeiras décadas do novo milênio.

2.4 A Monarquia e a Nova Direita

O relacionamento da Direita com o passado já ficou estabelecido. Na verdade, enxergar o passado como modelo parece ser uma característica central na Direita do Brasil, e é comum chamarmos isso de saudosismo. Entretanto, dentro dessa esfera política não se trata de um mero saudosismo. As dificuldades do presente fazem com que se projete no passado um modelo para o futuro. Alguns projetam isso em uma época em que o PT não governava ou na época da Ditadura Militar, por exemplo. Porém, no caso dos expoentes da Nova Direita que vamos abordar agora, o modelo é o Período Imperial, a Constituição de 1824 e a família Orleans e Bragança.

Dos divulgadores dos ideais monárquicos da Nova Direita, quatro deles recebem maior destaque, tanto por sua relevância dentro do meio monárquico, quanto por representarem arquétipos dos influenciadores de segmento, são eles: o analista político José Carlos Sepúlveda, o Deputado federal Dom Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Dom Bertrand de Orleans e Bragança e o Dr. Rodrigo Dias Brasileiro.

O primeiro a ser observado por esse pesquisador neste trabalho é o português José Carlos Sepúlveda, que reside no Brasil e tem um canal no YouTube com 48,7 mil inscritos²⁹. Além disso, que até a data de publicação deste trabalho era comentarista político no portal PHvox que tem cerca de 150 mil inscritos também no YouTube. Sepúlveda, um entusiasta da monarquia, e também sempre é entrevistado (vide Figura 6) em portais monarquistas e em portais não monarquistas, mas de caráter conservador.

²⁹ Dados verificados pelo pesquisador em 17 fev. 2023.

Figura 6 – *Thumb*³⁰ da entrevista de José Carlos Sepúlveda no programa Contra Ponto do canal no YouTube Brasil Paralelo.



Fonte: Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=6FZ8mviKWuo>. Acesso em 27 jan. 2023.

Em entrevista ao portal conservador no YouTube Brasil Paralelo, ele concedeu uma entrevista de cunho semi-biográfico falando de sua vida e de sua cosmovisão. Sepúlveda foi membro da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), uma sociedade de inspiração cristã católica essencialmente anticomunista. Inclusive durante a entrevista, questionado sobre os intelectuais que lhe inspiram, respondeu: Fernando Pessoa, Camões, Eça de Queiroz e Plínio Correia de Oliveira. Ou seja, três grandes literatos portugueses e o ativista político anticomunista que deu apoio a Ditadura Militar, e que de fato orienta sua ação política.

Dentre as falas expressas na entrevista, ele aludiu que a Criação (no sentido cosmogônico) expressa uma hierarquia harmoniosa e que a organização social deveria imitá-la. Sendo assim, uma ordem social deveria possuir um grau de similitude com a ordem cósmica. Para tanto, quando se assume uma cosmovisão Católica³¹, onde Cristo é o Rei do Universo, nada mais harmonioso que uma monarquia. Vale lembrar que esse tipo de ideologia pode ser defendido por católicos, mas não faz parte do Sagrado Magistério e nem da Sagrada Tradição. Além de que a ideia de um reino cristão, pode ser um desejo civil, porém dificilmente entrará em harmonia com o que diz o livro bíblico São João capítulo 18 versículo 36 quando Jesus diz: “meu reino não é desse mundo”.

³⁰ É uma miniatura para tela inicial de um vídeo. Esse recurso é responsável pelo primeiro contato do usuário com o vídeo, sendo um importante recurso de marketing digital.

³¹ O catolicismo romano é a religião professada pelo entrevistado.

Entretanto, ele defenderia a monarquia em qualquer lugar, mas defende que no caso do Brasil, o país teria uma vocação monárquica, devido a permanência da família real, por enxergar na Proclamação da República um “golpe”. Todavia, ele enfatiza que é importante enxergar a monarquia não apenas como uma boa forma de organização política, mas uma correspondência cósmica entre como Deus organiza o universo e como os homens deveriam organizar suas vidas.

Um caso interessante é o do então Deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança, mesmo sendo da família real ele não pertence à linha sucessória. Ele se destaca como uma das figuras mais importantes do movimento e sua eleição é considerada um símbolo da força do movimento monárquico. Além disso, possui um *site* o qual mostra aspectos da sua atuação política³².

É curioso notar que essa atuação política envolve outros aspectos políticos ligados ao conservadorismo para além do questionamento do modelo republicano como organização do Estado. Entretanto, quando visitamos seu site, na seção de “perguntas frequentes” podemos estranhar as primeiras perguntas, conforme pode ser visto na Figura 7.

Figura 7 – Print do site oficial do Deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança



Fonte: Disponível em: <https://www.lpbraganca.com.br/>. Acesso em 27 jan. 2023.

³² Site oficial do deputado federal do Brasil Luiz Philippe de Orléans e Bragança. Disponível em: <https://www.lpbraganca.com.br/>. Acesso em 27 jan. 2023.

Na Figura 7, tem-se como primeira pergunta frequente a qual ramo da família real ele pertence. Para um político ligado a outro tipo de proposta política essa pergunta seria irrelevante. Mas devemos observar que os laços de parentesco fazem parte da formação de oligarquias políticas, mas nesse caso não é apenas isso. Os eleitores e simpatizantes monarquistas querem saber quem é ele na linhagem e sua primeira resposta sobre si é sobre os ramos agnáticos os quais ele pertence.

Nisso é importante um esclarecimento: na família imperial brasileira existem dois ramos agnáticos: o Ramo de Petrópolis e o Ramo de Vassouras. O ramo de Petrópolis é o ramo que a maioria dos círculos e diretórios monárquicos reconhecem como legitimamente herdeiros da coroa brasileira e inclusive, o círculo monárquico que essa pesquisa estuda, entende o Ramo de Vasouras como o legítimo sucessor³³.

Já o Ramo de Petrópolis tem acesso ao Laudêmio, valor que é pago aos descendentes de Dom Pedro sobre compras e vendas de imóveis na região central de Petrópolis.

Ainda na Figura 7, podemos visualizar no canto inferior direito o ícone da mídia social Telegram. O Telegram é uma rede social russa onde muitos usuários de linha política de direita se comunicam e dão destaque de suas atuações. O Deputado tem menos seguidores no Telegram (cerca de 25 mil) que no YouTube (cerca de 146 mil). Mesmo assim, ele possui mais assiduidade de postagens no Telegram. Isso se deve à resistência do Telegram em atender às demandas do Supremo Tribunal Federal no combate as Fakenews, no qual a mídia social russa possui tempo de resposta longo, ignorando ou mesmo se recusando a bloquear os perfis³⁴. A atuação política do Deputado junto à perspectiva monárquica será melhor aprofundada no próximo capítulo.

Dom Bertrand de Orleans e Bragança na linguagem do movimento monárquico é o atual S.A.I.R (Sua Alteza Imperial e Real), o príncipe *de jure*, aquele que segundo

³³ Sobre a questão da disputa dinástica entre o Ramo de Vassouras e o Ramo de Petrópolis teremos mais esclarecimentos no próximo capítulo.

³⁴ Jornal CNN Brasil. Moraes multa Telegram em mais de R\$ 1 milhão por se negar a bloquear conta de Nikolas Ferreira, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/moraes-multa-telegram-em-mais-de-um-milhao-por-se-negar-a-bloquear-conta-de-nikolas-ferreira/>. Acesso em 27 jan. 2023

sua interpretação da Constituição de 1824 e dos fatos que se seguiram, teria por direito o trono do Brasil. Antes mesmo de ser o chefe da casa imperial, ele já tinha um protagonismo ao participar de programas de TV e atuar na internet por meio dos perfis de curiosos e seguidores.

Em 2012, Dom Bertrand publicou o livro “Psicose Ambientalista - Os Bastidores do Ecoterrorismo Para Implantar Uma Religião Ecológica, Igualitária e Anticristã” o livro menciona, com sua interpretação, as preocupações com a ecologia que, segundo ele, visaria estabelecer uma nova moral, além de restringir o desenvolvimento de alguns países usando como instrumento a pressão para que os países subdesenvolvidos criassem uma legislação ecológica que enfraquecesse sua competitividade econômica.

Em seu livro Dom Bertrand destaca:

Durante o Congresso Pró-vida da *Human Life International*, em novembro de 2011, em São Paulo, e confirmando as previsões do Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, Monsenhor Juan Claudio Sanahuja denunciou a ONU e outras entidades, que buscam estrategicamente influenciar os países com políticas antivida e a proposta de uma religião universal. Como ícone dessa religião universal, citou a *Carta da Terra*, entre cujos principais autores encontra-se Leonardo Boff, prócer da Teologia da Libertação (BERTRAND, 2012, p.95).

Nesse trecho alguns pontos são interessantes: a associação do Leonardo Boff com a esquerda e menciona as previsões de Plínio Correia de Oliveira como ícone da direita no período da Ditadura Militar. A perspectiva central é apresentada nas preocupações ecológicas como inspiradas em um panteísmo ordenador de uma moral adversa a cristã.

Além disso, Dom Bertrand vai mais adiante e associa a perspectiva ambientalista como uma nova vertente da Teologia da Libertação, em suas palavras:

Esse trombeteado **ambientalismo** não passa de um símile do **cavalo de Troia**, cuidadosamente construído e acondicionado para ocultar o seu real conteúdo. No seu bojo se escondem os agentes dessa nova religião, cujo objetivo mais imediato é aniquilar as propriedades rurais e prejudicar a produção agropecuária. Recheado de imprecisões, lacunas, omissões e erros, tudo é feito sob medida para receber a chancela da **teologia da libertação** — a velha e desacreditada utopia **socialista**, acolhida em ambientes da esquerda católica, que se apresenta agora com ares de defensora da “boa causa” ambientalista (BERTRAND, 2012, p. 7).

Isso deixa claro o temor do autor em relação a qualquer influência de mecanismo ou ideologias internacionais, e que em seu entendimento a perspectiva ambiental é como que uma nova formulação da Teologia da Libertação, a qual não apenas quer libertar o homem da exploração do próprio homem, mas agora libertaria o planeta ou a natureza da exploração do homem, ou seja, de seu especismo.

Outro fator importante é que o livro é dedicado ao já mencionado Plínio Correia de Oliveira, além de ser publicado pela editora Plínio Correia de Oliveira, o que vincula a sua tese não só por afeto de um amigo de tempos remotos, como também uma ideologia de um movimento que outrora foi capitaneado pelo mesmo fundador da TFP, a qual foi uma organização dos tempos da Ditadura Militar.

Nesse sentido, temos já dois influenciadores significativos ligados à direita de outrora. Se, como veremos a seguir, o movimento monarquista encontra em uma vertente religiosamente mais eclética no estado de Alagoas já em suas bases nacionais, ela encontra na TFP um de seus fundamentos ideológicos ou ao menos uma inspiração.

Por último, mas não menos importante, tem-se o Rodrigo Brasileiro, apesar de seus poucos seguidores no Instagram, ele é editor geral da Confembras³⁵ e diretor do diretório monárquico do Rio de Janeiro. Em entrevista cedida aos Monarquistas Cearenses³⁶, Rodrigo conta que seu interesse pela monarquia começou ainda na infância, em idade escolar. Ao ouvir sobre o Período Imperial sobretudo sobre a duração e estabilidade do Segundo Reinado, a República, para ele, se constituía em uma sucessão de golpes, tornando até confuso sua compreensão.

Em 1993 houve um plebiscito no Brasil a fim de que fosse escolhida a forma de governo, onde o modelo presidencialista venceu³⁷. Paralelo a este plebiscito de 1993, ele então com apenas 11 anos, simpatizou com a propaganda em prol da Monarquia. Com a derrota no referido plebiscito, a restauração pareceu um sonho perdido até que em 2012 com o início das passeatas em protesto contra a então presidente Dilma

³⁵ Uma associação que visa catalisar o processo de formação de núcleos de apologia à monarquia, veremos mais no próximo capítulo.

³⁶ Movimento Pró Monárquico de Fortaleza. Instagram: monarquistascearenses. Disponível em: <https://www.instagram.com/monarquistascearenses/>. Acesso em 25 jan. 2023.

³⁷ Mais detalhes sobre o plebiscito de 1993 é apresentado no próximo capítulo do presente trabalho.

Rousseff, a bandeira monarquista em meio aos protestos chamou sua atenção e em suas palavras ele: “descobriu que não estava sozinho”.

A crise política da década passada, como já vimos, foi um momento de mudança para o movimento monárquico. Ele passou a ser conhecido por um público maior e ganhou muitos adeptos. Rodrigo ficou mais conhecido entre os monarquistas após levar a bandeira do Império ao ato do dia 1 de maio de 2017 na Cinelândia³⁸, onde segundo a reportagem da UOL³⁹, ele alegou que foi confundido com um membro do Movimento Brasil Livre (MBL)⁴⁰ devido a semelhança das cores da bandeira do Brasil (Figura 8).

Sua atuação enquanto ativista político através da Confembras e da internet ultrapassou os limites do Diretório Monárquico do Rio de Janeiro, influenciando e orientando a maneira a qual os círculos monárquicos ao longo do território se organizaram.

Figura 8 - Rodrigo Brasileiro após ser retirado do ato de primeiro de maio na Cinelândia-SP em 2017.



Fonte: Disponível em: https://conteudo.imguol.com.br/c/noticias/8f/2017/05/01/o-medico-rodrigo-dias-defensor-da-monarquia-que-foi-agredido-em-ato-de-1-de-maio-no-rio-1493658253287_615x300.jpg. Acesso em 27 jan. 2023.

³⁸ Todos os anos, em 1 de maio ocorre o Ato dos Trabalhadores, evento que é convocado pelas centrais sindicais e movimentos sociais para marcar o dia internacional dos trabalhadores, essa manifestação ocorre em vários estados do Brasil. Nessa época o presidente era Michel Temer, vice da chapa PT/PMDB nas eleições de 2014, que foi um dos protagonistas do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

³⁹ ANDRADE, H. Defensor da monarquia é agredido e expulso de ato do Dia do Trabalho no Rio, Jornal UOL, 01 mai 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/05/01/defensor-da-monarquia-e-agredido-e-expulso-de-ato-do-dia-do-trabalho-no-rio.htm>. Acesso em 25 jan. 2023.

⁴⁰ Movimento Brasil Livre, um movimento de cunho liberal crítico a ex-presidente Dilma Rousseff.

Sendo assim, para avançar no nosso entendimento, devemos ter em mente que apesar do discurso suprapartidário dos monarquistas, alguns dos mais influentes monarquistas e inclusive o atual Chefe da Casa Imperial Brasileira, Dom Bertrand, tem uma mentalidade ligada ao ideário da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Ou seja, intimamente ligado á direita. Entendido isso, no próximo capítulo vamos estudar o Movimento Monárquico e sobretudo, o Círculo Monárquico de Alagoas.

3 CÍRCULO MONÁRQUICO DE ALAGOAS (CM-AL): MOVIMENTO, MEMÓRIA E HISTÓRIA

Antes de concentrar nossos estudos no Círculo Monárquico de Alagoas, é importante entender um pouco do panorama geral do movimento monárquico no Brasil. Vale lembrar que apesar de ser um fenômeno político presente na atual conjuntura do país, ele tem sido ainda muito pouco estudado. O catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) não apresenta nenhuma pesquisa a respeito dos recentes movimentos monárquicos no Brasil.

Para esta pesquisa, o processo de seleção das fontes orais utilizou o critério de assiduidade dos membros no evento conhecido como “Encontro Monárquico”, que acontecem no primeiro sábado de cada mês, geralmente no Parque do Horto⁴¹. Neles são realizadas rodas de conversa avaliando a conjuntura atual e quais passos o grupo deve tomar para expandir o ideal monárquico em Alagoas.

Os encontros monárquicos são as atividades regulares presenciais do grupo e são um dos momentos de interação para sair das conversas virtuais e encontrar-se pessoalmente, conhecer seus membros e ter uma conversa aberta sobre a república e a monarquia. De um modo geral, o movimento atrai pessoas insatisfeitas com as crises institucionais que vivemos e com a polarização política, que já foi mencionado anteriormente no presente trabalho, e que de algum modo, veem isso como uma característica intrínseca da República colocando a monarquia como a solução dos problemas do país.

Hobsbawn (2013) nos fala que “o passado é a matéria-prima para regimes”. Podemos ampliar essa observação do historiador para algo mais abrangente, como as ações políticas que se baseiam em interpretações da realidade e ela engloba o que chamamos de passado. Partindo desse pressuposto, podemos conceber que a projeção de uma análise de conjuntura e de uma memória sobre o passado é vital para os movimentos políticos, constituindo como que sua própria quintessência⁴².

⁴¹ Localizado na Avenida Fernandes Lima, n. 4023, bairro Gruta de Lourdes, Maceió, Alagoas, Brasil.

⁴² No sentido de que é a parte que compõe a identidade do objeto.

Na conjuntura na escrita deste trabalho, surgiram muitos agentes políticos que propõem uma nova interpretação do passado conforme suas necessidades políticas do presente. A mais comum é a respeito da recordação da Ditadura Militar estabelecida no Brasil a partir de 1964. No nosso caso, trata-se de uma memória a respeito de um tempo mais remoto: o período imperial brasileiro.

A memória coletiva é construída de maneira dialética e social. As nossas formas de perceber o espaço podem ser alteradas conforme as experiências vividas nele sendo ela fluida. Nisso, a memória se diferencia da História, pois esta última é resultado de pesquisas e trabalhos acadêmicos.

A título de exemplo podemos nos imaginar fazendo uma trilha em um trecho de mata preservada, nossos olhos se encantam com a natureza e observamos sua beleza, entretanto, se conosco existisse um biólogo ou um geógrafo ele nos apontaria aspectos que poderiam passar despercebidos e nos nutriria com informações que mudariam nossa experiência e memória. Observando as hipóteses fica nítido como a memória não é essencialmente individual, mas sim construída coletivamente.

Outro fato importante é que a memória coletiva não se restringe ao espaço de vida do indivíduo, na verdade ela se torna extremamente ampla a depender de suas experiências e de como ela lida com o passado:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. (POLLAK, 1992, p. 4).

Por exemplo, Protestantes e Católicos de hoje cultivam uma memória diferente sobre o evento conhecido como “Reforma Protestante”. Nenhum deles viveu a época, as suas apropriações sobre o passado se baseiam no que foi deixado como herança escrita ou narrada para os dois grupos. Sendo assim, a memória coletiva é, essencialmente, o modo que o indivíduo se apropria do passado e da coerência aos aspectos imanentes de sua cosmovisão, podendo ser partilhada com grupos ou não.

Isso levanta outro aspecto da memória social e coletiva: ela pode ser cultivada por pessoas, organizações ou mesmo pelo Estado. Tais como festas, datas comemorativas, fotos, nomes de ruas, praças, monumentos públicos, nomes de

escolas, dados biográficos e etc. É importante salientar que aquilo que carrega sentimentos tende a permanecer mais vivamente na lembrança e na memória. Nas palavras do autor:

Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma lembrança de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela (POLLAK, 1992, p. 3).

Nesta pesquisa, nos concentraremos mais sobre a memória, como ela é construída, preservada e/ou apagada. Para tanto, como pode ser notado, nos apoiaremos nos estudos de Pollak (1992) que nos ajudará a entender o fenômeno da memória política. O autor nos alerta que existe um:

[...] confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. Todo mundo sabe até que ponto a memória familiar pode ser fonte de conflitos entre pessoas. (POLLAK, 1992, p. 5)

Sendo assim, todo embate político perpassará mais cedo ou mais tarde por um embate de memórias, que se manifestará como um poder de direção. O grupo político que consegue sua interpretação do passado e que sua conjuntura seja aceita como verossímil é o mesmo que ter poder de direcionar as pessoas para o caminho social aparentemente salutar.

Porém os grupos políticos minoritários veem a questão da memória com ainda mais relevância antes mesmo de projetá-la na sociedade; a preservação da memória coletiva para eles é uma questão de sobrevivência social. Aquela memória encontra sua sobrevivência apenas no interior do grupo ou em indivíduos isolados e sem articulação social e política, mas que simpatizam com aquela memória ou proposta política. Nesse interim, a preservação da memória coletiva é a atividade principal desses pequenos grupos.

A atual conjuntura política é de incertezas e mudanças. Quem em 2006, por exemplo, poderia prever os eventos políticos de 2016?⁴³ Em 10 anos o país saiu de um otimismo com o avanço das políticas sociais, e crescimento econômico para uma

⁴³ Em 2006, o Brasil passava por um otimismo, sobretudo pela divulgação da descoberta do pré-sal pela Petrobras.

crise política e econômica que culminou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Além disso, as mudanças nos hábitos de comunicação a partir da popularização da internet de alta velocidade aliado aos dispositivos móveis deslocou o debate público para o ambiente virtual, onde sujeitos históricos que tinham dificuldade de atingir um grande público agora tem seu poder de comunicação ampliado. O fato é que, em meio ao caos político das últimas décadas⁴⁴ novos sujeitos históricos que antes eram incipientes começaram a surgir e participar do debate político.

O CM-AL se encaixa nesse perfil. Apesar de pertencer a um movimento nacional, “Os Círculos Monárquicos⁴⁵” são totalmente independentes entre si e unidos apenas por um ideal de restauração monárquica do Brasil, de data longínqua e imprevista. Vale salientar que apesar do grupo não estar vinculado à universidade, muitos dos seus membros têm uma vida acadêmica ativa.

O Círculo Monárquico de Alagoas se manifesta como o principal grupo pró-monarquia do Estado de Alagoas, que se articula com outros Círculos Monárquicos, com a Família Imperial e com o Pró-Monarquia. A causa da restauração da monarquia é por definição uma luta e um movimento nacional e para melhor entendermos o movimento no estado de Alagoas devemos compreender um pouco do movimento nacional.

3.1 O Movimento Monárquico Nacional

Para compreendermos a identidade do Círculo Monárquico de Alagoas é necessário compreender como os movimentos monárquicos do início do terceiro milênio agem, se organizam e se relacionam. O que chamo de movimento monárquico inclui todos os grupos e indivíduos que atuam em prol de um processo de restauração do regime monárquico que fora interrompido com a Proclamação da República em 1889. Essa inclusão de indivíduos se dá pela própria forma de atuação desses grupos,

⁴⁴ Conjuntura da segunda década dos anos 2000 que foi marcada por uma crise econômica, popularização das passeatas de rua pedindo o fim da corrupção e surgimento do conservadorismo com uma força política relevante, culminando na eleição de um presidente que se define como conservador. Mais detalhes já foram comentados no primeiro tópico do primeiro capítulo do presente trabalho.

⁴⁵ São unidades locais as quais os movimentos monárquicos se organizam.

a *internet*. Ela mudou o cenário político, e um indivíduo pode se tornar “um exército de um homem só”, como expressa o adágio popular.

Existem grupos monárquicos que se propõem a uma atuação nacional como o Instituto Brasil Imperial (IBI), o Círculo Monárquico Brasileiro (CMB), o Causa Imperial, o Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos, a Confederação Monárquica do Brasil (CONFEMBRAS), entre outros. Porém o mais importante grupo em atuação nacional é o Pró-Monarquia, pois este é diretamente ligado à família imperial, e essa ligação garante seu protagonismo.

Em outra perspectiva, o movimento monárquico foi fortalecido por uma gama de movimentos locais que geralmente, não por regra, mas por costume, adotam o nome de “Círculo Monárquico” acrescentando a referência local a exemplo: Círculo Monárquico de Montes Claros, Círculo Monárquico do Rio de Janeiro e Círculo Monárquico de Alagoas. Não se deve ignorar o ativismo pessoal que alguns monarquistas realizam mesmo não estando oficialmente ligado a nenhum grupo, tendo apenas sua adesão ao ideário do movimento, esses são chamados de simpatizantes.

Ao contemplar os diversos movimentos monarquistas, quadros aponta que:

[...] há uma plêiade de grupos monarquistas ativos em todo o país, podendo-se citar entre eles o Instituto Brasil Imperial, o Círculo Monárquico Brasileiro, o Causa Imperial e o Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos (além do Pró-Monarquia, mais organicamente ligado à própria Família Imperial) (2017, p.16).

Quando se verifica o número de inscritos e as atividades das organizações na atuação virtual dos grupos percebemos que a Confederação Monárquica do Brasil e o Pró-Monarquia são mais atuantes e relevantes para o movimento monárquico a nível nacional, sobretudo o Pró-Monarquia, como pode ser visto na Tabela 1, cujos dados foram coletados em 4 de julho de 2022.

Tabela 2 – Mapeamento dos perfis dos movimentos monárquicos nacionais segundo seus seguidores ou inscritos

| GRUPO | TWITTER | INSTAGRAM | FACEBOOK |
|-------------------------|---------|-----------|----------|
| CONFEMBRAS | 5.155 | 39.200 | 4.676 |
| Pró-Monarquia | 13.352 | 58.600 | 100.000 |
| IBI⁴⁶ | - | - | - |
| CMB | 1000 | 679 | - |
| Causa Imperial | - | - | 36.564 |

Fonte: autor, 2022

Para mudanças almeçadas pelo Movimento Monárquico serem atingidas, são necessárias uma grande adesão popular e uma das estratégias para isso é a formação dos pequenos grupos que promovam e cultivem o ideal monárquico, os já mencionados círculos monárquicos. Para essa estratégia de militância que se propõe a pensar nacionalmente, mas agir localmente, um pequeno conjunto de pessoas deve se reunir e divulgar o ideal monárquico buscando novos membros, porém quando esse grupo começa a crescer a orientação é que ele se subdivida em dois ou mais círculos monárquicos. Algumas informações podem ser visualizadas no site da CONFREMBRAS, conforme a Figura 9.

Figura 9 – Diretrizes para a fundação de um grupo monárquico local.



Fonte: Disponível em <https://www.movimentomonarquista.com.br/como-fundar-um-grupo-monarquico/>. Acesso em 08 jul. 2022

⁴⁶ Conforme esclarece o site do próprio Instituto Brasil Imperial (<http://www.brasilimperial.org.br/>), ele não possui contas oficiais em redes sociais.

Nas orientações da página, existem etapas sugeridas: 1) Formar um grupo na internet para comunicação interna; 2) Criar um meio de comunicação externo para divulgá-lo; 3) Aderindo cinco membros, é elaborado um Estatuto e fundando propriamente o Círculo monárquico. Para o movimento monarquista, a internet não é um acessório ou uma possibilidade, mas uma necessidade; os círculos monárquicos veem a internet com uma espécie de incubadora de grupos.

Percebe-se também que a forma de organização simples e descentralizada permite que qualquer pessoa que simpatize com a causa consiga formar e liderar seu círculo monárquico. Seu objetivo principal é aglutinar monarquistas.

Outra informação importante é que logo no primeiro passo existe uma observação: a Casa Imperial é contra qualquer tipo de centralização do movimento. Nesse ponto, a Confederação Monárquica do Brasil (CONFEMBRAS) se destaca, pois ela se propõe a atuar como uma agência de fomentos de círculos monárquicos, atuando pela *internet* e em dezenove estados da federação sem interferir na autonomia dos círculos monárquicos.

A CONFEMBRAS se autodefine como:

[...] um grupo de ativismo pró mudança do sistema e forma de governo para uma **Monarquia parlamentarista, reconhecendo como Imperador de jure do Brasil, Sua Alteza Imperial e Real, D. Luiz de Orleans e Bragança.**

A CONFEMBRAS atua apoiando a fundação de Círculos Monárquicos, bem como seu fortalecimento, através do fornecimento de suporte técnico, jurídico e midiático.

A CONFEMBRAS é formada por editores, designers gráficos e notórias lideranças do Movimento Monarquista.

A CONFEMBRAS emitirá Notas Oficiais, mediante deliberação de seus colaboradores sobre pontos que julgar serem de reflexão importante aos monarquistas.

A CONFEMBRAS servirá como fórum para troca de experiência, discussões, material didático, fotos, impressões e quaisquer outros conhecimentos que sejam necessários ao ativismo monárquico.

A CONFEMBRAS é contra qualquer tipo de centralização do Movimento Monárquico, prezando pelo trabalho descentralizado e reconhecendo como único ponto de aglutinação e unidade a Casa Imperial do Brasil⁴⁷.

⁴⁷ Site oficial da Confembras. Disponível: <http://www.movimentomonarquista.com.br/a-confembras/>. Acesso em: 26 ago. 2022.

Sendo assim, a CONFEMBRAS se configura como aglutinador e catalisador de movimentos monárquicos e sua atuação mais efetiva politicamente é uma ação de bastidor, não publicizada, mas em contato direto com as lideranças locais. Porém este mesmo grupo de ativismo, por meio de seus perfis públicos no *Instagram* e *Twitter*, divulga acontecimentos ligados a monarquia, vide Figura 10.

Figura 10 – Página inicial da CONFEMBRAS no *Instagram*⁴⁸



As atividades desses grupos estão em torno do ativismo político virtual ou presencial. É importante salientar que os objetivos do movimento são amplos: uma alteração na Constituição via referendo alterando o sistema político para uma monarquia parlamentarista; estabelecer um novo poder constitucional: o poder moderador⁴⁹; além de uma revisão da carta magna brasileira para assemelhar-se a Constituição de 1824⁵⁰.

Considerando que a Causa Imperial fez suas duas últimas postagens, até a data da escrita desse texto, em 19 de fevereiro de 2022 e 27 de março de 2021. Portanto, fica evidente que a CONFEMBRAS e a Pró-Monarquia são os principais movimentos monárquicos em atividades hoje. Enquanto a primeira é focada em questões mais práticas de divulgação de ações, a segunda tenta aproximar, mesmo

⁴⁸Confembras. Instagram: @confembras. Disponível em: <https://www.instagram.com/accounts/login/?next=/confembras/>. Acesso em: 08 jul. 2022.

⁴⁹ O poder moderador é um quarto poder (além do executivo, legislativo e judiciário) que em teoria tem como objetivo regular os funcionamentos dos outros três poderes e a harmonia entre eles.

⁵⁰ Foi a constituição Política do Império do Brasil (a primeira constituição do Brasil).

que virtualmente, o imperador de júri e sua família do movimento, dando um suporte mais simbólico e teórico aos movimentos. Na Figura 11, podemos ver a figura do Dom Luís⁵¹, o primeiro na linha de sucessão ao trono brasileiro no site da Pró-Monarquia.

Figura 11 – Página inicial do site da Pró-Monarquia



Fonte: Disponível em <https://monarquia.org.br/>. Acesso em 08 jul. 2022

3.2 A Cartilha Monárquica

Sobre esse suporte teórico, ele tem basicamente um cunho apologético. O objetivo é dar ao neófito monarquista informações para que ele possa responder os questionamentos mais comuns feitos sobre a causa, que ele consiga justificar para as pessoas de seu ciclo social a sua escolha. Nesse interim, em 2015 foi editada a Cartilha Monárquica anunciada no mesmo site supracitado, vide Figura 12.

O ano de sua publicação e seu título fazem referência ao contexto histórico da sua produção, o ano do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, das manifestações de rua e a identificação da população como direita ou esquerda⁵². O discurso da direita que dividiu o país e, aliado à crise econômica que se abateu no período, desestabilizaram o governo da Chefe do Poder Executivo⁵³.

⁵¹ Dom Luiz faleceu durante a realização desta pesquisa e o atual chefe da casa imperial é o seu irmão Dom Bertrand.

⁵² Existem vários teóricos e conceitos de direita e esquerda que são termos polissêmicos, pois os termos estão tão presentes no debate público que não é difícil encontrar pessoas que se autorrotulem, mas não sabem definir o título que arrogam para si. Neste trabalho utilizarei a autopercepção dos sujeitos históricos.

⁵³ BARBOSA, J. F.; GUSMÃO, O. B. O Impeachment Da Ex-Presidente Dilma Vana Rousseff: Uma Análise Constitucional De Seus Principais Aspectos, 2021. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/rep/article/view/792/795>. Acesso em 08 jul. 2022

Figura 12 – Site da Pró-Monarquia com a imagem da Cartilha Monárquica



Fonte: Disponível em <https://monarquia.org.br/monarquia-hoje/cartilha-monarquica/>. Acesso em 08 jul. 2022.

Na retórica monarquista, todos os problemas do governo ou do país passam a ser descritos como sendo especificamente problemas da República. Essa descrição propõe uma solução implícita: se o problema é da república, basta restaurar a monarquia. Vale lembrar que o embate de ideais antagônicas é característico das democracias, logo nem toda divisão deve ser vista com maus olhos, desde que respeite as regras do “jogo” democrático.

A cartilha se apresenta como o mínimo que as pessoas deveriam saber sobre monarquia e o texto segue um conteúdo apologético em forma de indagações. Toma como princípio apresentar a família real como existente, legitimar a restauração através da comparação com países desenvolvidos que tem um monarca reconhecido por suas leis vigentes. Seguem as nove primeiras perguntas:

1 Países como Inglaterra, Bélgica, Espanha e Japão têm príncipes e princesas. Mas nós no Brasil, não temos. [...] 2 Quem seria hoje, então, o Rei do Brasil? [...] 3 mas, afinal, o que é uma monarquia? [...] 4 Se voltasse a Monarquia no Brasil, como seria? [...] 5 Se o Brasil tem uma dinastia com príncipes e princesas, porque são pouco conhecidos? [...] 6 Como vivem nossos príncipes hoje? [...] 7 O que os príncipes brasileiros estão fazendo para melhorar o país? [...] 8 A família Imperial recebe algum benefício do governo? [...] 9 Se tivesse sido mantido o regime monárquico o Brasil seria mais rico? (Cartilha do Pró-Monarquia, 2015, p. 5-9).

Ao analisarmos as ordenações das perguntas, vemos que antes mesmo de definir o que é uma monarquia, a cartilha opta por expor uma lista de monarquias presentes e bem consolidadas: “Inglaterra, Bélgica, Espanha e Japão”. Isto tem o valor retórico em apresentar uma atualidade e uma eficiência no modelo, mesmo que esses países sigam modelos burocráticos diferentes do que vai ser proposto, e que seus monarcas tenham quase nenhum poder prático nas decisões políticas.

A segunda resposta se propõe a apresentar quem seria o imperador “de jure”, esta expressão significa “de direito”. Nesse sentido, quem seria o imperador segundo as regras da Constituição de 1824 na época de sua publicação: Dom Luiz de Orleans e Bragança. Hoje o chamado imperador “de jure” seria Dom Bertrand.

Os descendentes da Princesa Isabel, filha de Dom Pedro II, adotaram uma complexa estratégia para permanecerem como legítimos herdeiros do trono. Essas estratégias envolveram casamentos entre casas reais e também o voto de castidade. Pausini (2014) esclarece sobre as complexas relações matrimoniais seguidas pela família imperial, que buscou casamentos com Casas Reais reconhecidas e presentes no *Almanach de Saxe Gotha*⁵⁴. Fato marcante nesse tipo de estratégia foi que, no início do século XX, Pedro de Alcântara Luís Filipe Maria Gastão Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Orléans e Bragança⁵⁵ renunciou ao trono para poder se casar com Condessa Elisabeth Dobrzensky de Dobrzenicz. Observe a carta de renúncia:

Eu o Príncipe Dom Pedro de Alcântara Luiz Philippe Maria Gastão Miguel Gabriel Raphael Gonzaga de Orléans e Bragança, tendo maduramente reflectido, resolvi renunciar ao direito que pela Constituição do Imperio do Brazil promulgada a 25 de Março de 1824 me compete à Corôa do mesmo Paiz. Declaro pois que por minha muito livre e espontanea vontade d'elle **desisto pela presente e renuncio, não só por mim, como por todos e cada um dos meus descendentes, a todo e qualquer direito que a dita Constituição nos confere á Corôa e Throno Brasileiros, o qual passará ás linhas que se seguirem á minha conforme a ordem de successão estabelecida pelo Art. 117. Perante Deus prometto por mim e meus descendentes manter a presente declaração.**

Cannes, 30 de Outubro de 1908.

Assinado: Pedro de Alcântara de Orléans e Bragança

(ORLÉANS E BRAGANÇA, Pedro *apud* PAUSINI, 2014, p. 223, grifo próprio)

⁵⁴ Esta lista apresenta as casas reais e nobres no mundo, sendo elas reinantes ou não. Para consultar, acesse em <http://www.almanachdegotha.org/>.

⁵⁵ Pedro de Alcântara de Orléans e Bragança é o filho primogênito da Princesa Isabel e do Conde d'Eu.

Essa renúncia foi feita por si próprio e por seus descendentes caso a família real por ventura voltasse a ser reinante. Cabe aqui deixar claro a distinção entre uma Casa Real e uma Casa Reinante. Em 1908, data desta renúncia, o Brasil já estava no seu 8º presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, sobrinho do Marechal Deodoro que proclamou a República. No Brasil, não havia mais uma Casa Reinante, mas havia uma Casa Real que estabelecia relações com outras famílias “reais e nobres” pelo mundo. O Chefe da Casa Real era aquele que seria o imperador de jure.

Essa renúncia teve pouco ou nenhum impacto para a política do país, porém para a dinâmica interna da Família Real foi muito significativo, pois enquanto Casa Real eles se organizaram conforme a Constituição de 1824, que em seu artigo 117 estabelecia:

Art. 117. Sua Descendencia legitima succederá no Throno, Segundo a ordem regular do primogenitura, e representação, preferindo sempre a linha anterior ás posteriores; na mesma linha, o gráo mais proximo ao mais remoto; no mesmo gráo, o sexo masculino ao feminino; no mesmo sexo, a pessoa mais velha á mais moça.

Mesmo essa carta não tendo mais validade jurídica no Brasil atualmente, os descendentes dos imperadores continuam a seguir suas regras de sucessão, a fim de garantir sua posse caso haja uma restauração. Deve se notar também que é importante para o movimento monárquico hoje, pois determina a linha sucessória que passou a ter direito ao trono caso a monarquia um dia seja restaurada. Como enfatiza a resposta da pergunta 6 já supracitada:

[...] têm também a noção de sua continua responsabilidade histórica e do grave dever de estarem sempre à disposição da Pátria, caso um dia ela resolva chamá-los de volta. O Príncipe D. Luiz, que é o Chefe da Família Imperial e seria de acordo com a ordem de sucessão dinástica, o atual Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil (Pró-Monarquia, 2015, p.8)

Dom Luiz Gastão de Orleans e Bragança, segundo as regras da Constituição de 1824, seria o legítimo depositário dos direitos ao Trono e à Coroa do Brasil – ou o imperador *de jure*. Os movimentos monarquistas o tratam como S.A.I.R⁵⁶ Dom Luiz. Ele possuía a formação de engenheiro químico, era de religião católica, onde fez voto

⁵⁶ Abreviação de Sua Alteza Imperial e Real.

de celibato, costume muito raro entre os leigos.⁵⁷ Além disso, foi membro do Instituto Plínio Correia de Oliveira, que é uma organização que promove a memória e a produção literária do Plínio Correia de Oliveira⁵⁸ e tem caráter conservador e anticomunista ainda em atividade⁵⁹.

Após essa apresentação da família imperial e da presentificação do modelo de Estado monárquico através da comparação com países desenvolvidos, segue-se uma comparação do período monárquico com período republicano, sobretudo com grande ênfase no governo de D. Pedro II. Em tudo isso, a apropriação de discurso do passado é o que torna vivo o movimento presente. Segue os trechos:

[...] 11 Os monarquistas dizem que o Império trouxe muitos benefícios ao país. Quais foram esses benefícios? [...] 12 A República não trouxe também benefícios? [...] 13 Por que então foi proclamado a República? A República não foi resultado de um levante do povo brasileiro que desejava ardentemente mudar a forma de governo? [...] 14 Devemos, então, atribuir todos os males do Brasil atual à República? (Pró-Monarquia, 2015, p. 11-14).

Percebe-se aqui um discurso político do passado recente, 2015, buscando uma rememoração legitimadora do II Reinado, de modo que, se a monarquia foi “boa no passado”, ela o será também no futuro. Existe aí a ideia de colocar a organização burocrática do Estado Republicano como coautora dos males que aconteceram. A premissa não gera a equivalência automática, pois a realidade é muito mais complexa e mesmo supondo que um governo foi bom no passado não significa que o mesmo se repetiria em uma conjuntura de mais de um século depois, sendo assim um caso erístico de *non sequitur*.

Nesse sentido, de acordo com o site, toda as benesses ocorridas durante o período imperial se devem à organização do Estado e à perícia de um monarca educado para governar. Em contrapartida, a República quando não é considerada causa dos males em si, atrapalharia a sua resolução. Essa retórica tem objetivo de canalizar a insatisfação popular com os rumos da República, sobretudo a crise

⁵⁷ Não é possível ter certeza, mas talvez as regras matrimoniais da casa imperial tenham influenciado essa decisão.

⁵⁸ Plínio Corrêa de Oliveira foi fundador da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), também foi colunista do jornal Folha de São Paulo, onde expressava seu pensamento conservador de viés católico. Para mais informações consultar Foresti (2013).

⁵⁹ Página oficial do Instituto Plínio Correia de Oliveira: disponível em: <https://ipco.org.br/>. Acesso em 08 jul. 2022.

econômica e os embates políticos⁶⁰ em torno do já mencionado *impeachment* para a causa monárquica.

Nesse sentido, vale ressaltar que mesmo um presidente de direita e conservador, algo mais próximo do que eles defendem, ainda é um presidente da República, ou seja, não é o ideal. Assim sendo, na retórica monarquista sempre há presente a dicotomia entre: bem e mal, solução e problema, República e Império, como se a posposta monárquica estivesse superior a dicotomia esquerda e direita. Importante salientar que esse aspecto não está presente apenas na cartilha, mas em praticamente todas as formas de expressão do movimento monárquico.

3.3 A Retórica Monarquista no Ciberativismo

A retórica monarquista faz parte de um movimento com maior engajamento na *internet*. Na Figura 13, observa-se um dos vários *memes*⁶¹ que apresentam essa tentativa de canalização:

Figura 13 – Tipos de memes presentes nas redes sociais em páginas monarquistas



Fonte: Disponível em <https://m.facebook.com/profile.php?id=100068895802696>. Acesso em 08 jul 2022

É importante lembrar que o Movimento Monárquico está inserido em movimentos políticos mais novos e mais volumosos que também participam da batalha sobre o passado, como os saudosistas da ditadura militar, instaurada a partir de 1964, como vistos nas manifestações de 2016⁶². Sendo assim, a construção de

⁶⁰ Já comentado com detalhes no primeiro capítulo do trabalho.

⁶¹ Ver definição na página 91.

⁶² Durante as manifestações pró impeachment era fácil localizar faixas com dizeres favoráveis a ditadura, mas a retórica pró impeachment era carregada de um enaltecimento dos chamados “anos

narrativas sobre o passado saiu dos debates acadêmicos para as discussões pessoais e são alimentados pelas memórias subterrâneas⁶³. Com o advento da *internet*, as discussões populares migram para o campo virtual de forma potencializada. Detoni afirma que:

[...] as redes sociais e as plataformas digitais se tornaram, diante dessas circunstâncias (e como costuma ser), um lugar privilegiado para que os brasileiros se manifestassem sobre o significado deste dia histórico para a sociedade (mesmo que o Twitter não seja de todo representativo dela). (2021, p. 2)

Esse novo ambiente passou a aglutinar muito mais pessoas. Enquanto é relativamente raro um livro chegar a 100 mil de cópias vendidas, um feito quase impossível para livros acadêmicos, uma *live* ou *podcast* pode atingir isso no seu primeiro dia. Tais números podem ser ainda maiores se aquele canal já tenha um número de seguidores elevado, tal como demonstrado na Figura 14.

Figura 14 – Entrevista com o príncipe imperial Dom Bertrand com mais de 3,5 milhões de visualizações na plataforma YouTube.



Fonte: Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Q1MDkswFQI4>. Acesso em 08 jul 2022

A Figura 14 mostra uma imagem da entrevista de Dom Bertrand, ao apresentador Danilo Gentili, realizada em 2017. O membro da família real falou sobre a memória da sua família, que nas palavras do apresentador “se confundem com a História do Brasil”. Essa entrevista obteve mais de três milhões e quinhentas mil

de chumbo” um exemplo do voto do então deputado Jair Bolsonaro, que foi presidente do Brasil. Bolsonaro na saída do voto contra Dilma, Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WvN7nYxbH-o>. Acesso em: 08 jul. 2022

⁶³ São memórias conservadas no interior de um grupo sem participar da memória oficial de um Estado.

visualizações. Sendo assim, a internet não apenas é um espaço que sobrou a esse tipo de debate, mas um campo privilegiado de difusão dos discursos.

Vale lembrar que o apresentador, que também é comediante, já fez várias declarações alinhadas à Nova Direita, inclusive participou de um *Hangouts*⁶⁴ com o polemista Olavo de Carvalho, ator político bastante influente na direita e no governo Bolsonaro.⁶⁵ Além disso, o apresentador também já se envolveu em atritos com a Deputada Federal Maria do Rosário, inclusive sendo condenado por isso.⁶⁶

O que se observa é que muitos espaços que dão voz ao movimento monárquico estão de algum modo ligados à direita, por onde o movimento transita livremente e de modo muito à vontade inclusive nas manifestações pró impeachment, sendo um local próprio para divulgação do movimento. O atual Chanceler⁶⁷ do CM-AL conheceu a causa monárquica através desse tipo de estratégia:

De início tive contato com alguns monarquistas nos movimentos locais de rua que precederam o impeachment da Dilma. Então nesses movimentos de rua eu vi algumas pessoas com a bandeira do império e me aproximei dessas pessoas. E descobri que eles tinham uma certa estrutura de funcionamento, sobretudo ligados a internet.⁶⁸

Quando setores da direita abriram espaço para a memória política do movimento monarquista, estavam fazendo uso dessa memória para contestar a história estabelecida nas pesquisas e nos livros. Deve-se lembrar que, para esse tipo de espectro político, trata-se de um passado glorioso e ufanista, o que acabou criando um ambiente ideal para a propagação dos seus ideais.

É oportuno mencionar que vários fatores contribuem para o elevado número de visualizações: o programa é de TV aberta, a família imperial e o próprio movimento

⁶⁴ *Hangouts* é uma plataforma de comunicação desenvolvida pela *Google*. É uma espécie de videoconferência em que vários participantes conversam entre si e pode ser transmitida a um público maior que assistem ou fazem comentários.

⁶⁵ Lobão Entrevista. Lobão e Olavo recebem Danilo Gentili ao vivo: censura, ensino e política. Youtube, 20 out. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AQoutkY7nmI>. Acesso em 08 jul 2022.

⁶⁶ CAVALHEIRO, P. C. Danilo Gentili condenado a indenizar Deputada Maria do Rosário por danos morais. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/noticia/danilo-gentili-condenado-a-indenizar-deputada-maria-do-rosario-por-danos-morais/>. Acessado em 08 jul 2022

⁶⁷ Chanceler é o cargo máximo dentro de um Circulo Monárquico, preside os encontros, toma decisões, faz as funções de relações públicas também representado o ciclo e falando em nome dele ao público. Nesse caso Alexandre que ocupa o cargo de chanceler no CM-AL é professor universitário do curso de arquitetura.

⁶⁸ Alexandre Toledo em entrevista concedida ao autor da pesquisa em 08 fev. 2022.

monárquico têm um caráter de curiosidade para algumas pessoas. Isso amplia o fato de que no ambiente virtual as possibilidades de interação são bem maiores. Não existe apenas o espectador. O usuário pode “deixar o *like* ou *deslike*”, comentar e compartilhar, de modo que muito do desempenho de uma produção dependerá do comportamento do seu público. O público não apenas um receptor ou telespectador, mas sim um público difusor:

[...] as recentes transformações na esfera tecnológica que têm facilitado o acesso ao saber histórico e, sobretudo, que têm incidido na estrutura do modelo de comunicação “emissor-meio-receptor”, característica dos serviços de broadcast e *massmedia* do século XX. O desenvolvimento da Web 2.0, no início dos anos 2000, e a crescente digitalização da vida (com a centralidade dos smartphones e das plataformas de mídias sociais nessa experiência) representou uma transformação na dinâmica dos sistemas de comunicação porque esta mudança de “meio” produziu efeitos sobre o “receptor”, dado que a ele foi concebido um pacote de ferramentas para que pudesse ser, ao mesmo tempo, autor e difusor de seus próprios conteúdos (é preciso que se diga, no entanto, que este modelo de compreensão das relações de comunicação já era passível de crítica e ressalvas antes da Web 2.0, dado o caráter “criativo” das recepções mesmo quando a relação é unilateral). Assim, o surgimento, ampliação e fortalecimento de um “público gerador de histórias” têm complexificado a relação entre os historiadores(as), a historiografia e suas audiências, subvertendo as lógicas de produção e circulação de narrativas sobre o passado, quando não tem colocado em questão os próprios modos de legitimação do conhecimento e a noção instituída de autoridade (DETONI, 2021, p. 99).

O meio em que a informação é veiculada interfere no *Ethos* do discurso podendo aumentar ou diminuir a credibilidade da mensagem baseada na confiança pregressa no que já foi veiculado da mesma forma. Além do mais, as próprias plataformas digitais não são agentes passivos e sim grandes empresas que possuem suas regras e motivações. Ao pensar nas plataformas digitais como agentes, devemos ter dois tipos de ações em mente: uma ação passiva que é a do algoritmo, programado para direcionar o conteúdo a um público que tenha interesse nele e uma ação ativa da empresa, que controla as plataformas em promover ou não um conteúdo. Vale salientar que pessoas que estavam geograficamente isoladas passaram a se conectar e visualizar certos tipos de conteúdo mais facilmente até por sugestão das plataformas. Detoni (2021, p. 20) fala que:

Ao mesmo tempo, no interior deste novo arranjo entre velhos e novos produtores de histórias surge um agente não-humano, o algoritmo, construído em conformidade com interesses de grandes empresas de tecnologia, que já pode ser considerado como uma fonte de autoridade (ou que está em vias de se estabelecer enquanto tal) na relação da sociedade com o passado e

com a história. Por outro lado, a partilha tem sido disputada, em grande parte, por meio dos próprios usos do passado, tal como exposto no grafo sobre a Independência do Brasil.

Nada impede que haja uma ação ativa das empresas para fortalecer um *lobby* do seu interesse, tais como o fortalecimento de perfis para aumentar a relevância dos conteúdos fazendo com que estes sejam distribuídos para mais pessoas. Além disso, os próprios produtores de conteúdo podem pagar para impulsionar seus perfis e canais. No entanto, apesar desse tipo de prática ser possível, não há meios para comprová-la ou medi-la.

Nos perfis monarquistas não foram obtidos indícios desse tipo de prática, porém, em uma entrevista concedida pelo Chanceler a um perfil com mais de um milhão de seguidores (@erik.bispo_literatura)⁶⁹ é possível notar que as pessoas que assistiam não passavam de 50 e algumas delas com caracteres do alfabeto árabe e cirílico, o que dá indícios de ser um perfil inflado artificialmente, isto é, com participação de robôs.⁷⁰

O inverso também pode ser aplicado desde a diminuição da relevância, medidas punitivas até mesmo o banimento dos criadores de conteúdo. O posicionamento político das empresas no geral tem estado cada vez mais em relevância⁷¹ e a possibilidade desta ação discreta acontecer não deve ser ignorada. Entretanto, a verificação dessa possibilidade não está entre os objetivos desta pesquisa, já que vai além dos meios técnicos desse pesquisador. Porém o sucesso da articulação da direita nas redes sociais ativa a imaginação do mesmo. Entretanto, ao falar especificamente dos perfis pertencentes aos movimentos monárquicos não foi registrado nenhum indício desse tipo de atividade nesta pesquisa.

Estando claro essas novas facetas da arena na qual acontece a batalha pela memória e que não apenas interlocutores monarquistas se apropriam do passado,

⁶⁹ É um perfil no *Instagram* que faz postagens, comenta e entrevista personalidades sobre cultura em geral, literatura, arte e política.

⁷⁰ No mundo cibernético, são chamados de robôs os perfis falsos criados para impulsionar determinadas páginas e/ou postagens. Para este caso, deixo claro que não se trata da afirmação de um fato comprovado, mas de uma possibilidade.

⁷¹ Um exemplo foi o boicote da Rússia por várias empresas após a invasão na Ucrânia em 2022. Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2022/03/grandes-empresas-boicotam-russia-apos-invasao-ucrania.html>. Acesso em 08 de julho 2022.

essa disputa tem diversos sujeitos cada um com interesses diferentes. Messenberg (2019) expõe como pertencentes à Nova Direita – não apenas movimentos organizados como o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua, Revoltados Online, mas também seguidores de influenciadores que se identificam como de direita, a exemplo de: Olavo de Carvalho, Beatriz Kicis, Jair Bolsonaro etc – contestam as narrativas históricas que não sustentam seus discursos e atuações políticas. Nesse sentido, a produção de uma determinada narrativa sobre o passado compartilhada pelo movimento monarquista tem mais adesão que o movimento em si, pois dialoga com diversos novos agentes políticos. Exemplo disso foram as interações no *Twitter* no marco histórico do Dia da Independência em 2020:

Um dos sentidos do uso do passado imperial presente no grafo das interações no Twitter acerca do evento da Independência do Brasil em 2020 foi a mobilização de uma narrativa, por parte dos atores da nova direita, do bolsonarismo, e de monarquistas, que ressalta a participação de Maria Leopoldina de Habsburgo, esposa de Pedro I, no processo de emancipação política do país (DETONI, 2021, p. 104).

A valorização do período imperial ou dos antepassados da família imperial tem seus usos políticos no presente, nas lutas políticas travadas contra atuais adversários. Na Figura 15, consta uma postagem no perfil da deputada federal por São Paulo, Carla Zambelli, em seu *Facebook*, dias antes dos festejos comemorativos do dia da Independência do Brasil em 2020.

Figura 15 – Postagem realizada no Facebook da deputada federal Carla Zambelli sobre o dia da independência



Fonte: Disponível em <https://m.facebook.com/profile.php?id=100068895802696>. Acesso em 09 jul. 2022.

Carla Zambelli durante a realização desta pesquisa era deputada federal intimamente ligada aos movimentos antipetistas e *pró-impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, inclusive teve entre os padrinhos de seu casamento o Ex-Juiz Sergio Moro, que expediu o mandado de prisão do líder petista Luiz Inácio Lula da Silva, na ocasião candidato à presidência da República, meses antes das eleições presidenciais de 2018. Ela se apropriou da estratégia discursiva de valorização das figuras do período imperial no intuito de cunhar uma narrativa que diminuía a importância histórica de seus adversários políticos no caso, a ex-presidente Dilma Rousseff. Trata-se, portanto, do uso claro dos elementos da retórica monarquista por atores não monarquistas. O que estamos analisando não é a validade histórica do discurso, mas a apropriação do passado pelo presente. Afinal, o que está em jogo nesta batalha pelos sentidos e significados do passado da Independência é antes um conflito acerca dos mecanismos de organização e validação dos discursos (DETONI, 2021, p. 98).

Nesse momento, é importante esclarecer que quando se fala em apropriação do passado, isso se refere a uma noção de tempo histórico diferente do tempo cronológico. Essas experiências com o passado moldam expectativas diferentes para o futuro. É esperado que um grupo que cultive a memória da família imperial tenha uma relação saudosa com o passado imperial do Brasil e, por consequência, projete um futuro com a volta da monarquia (KOSELLECK, 2006, p. 41). Uma maneira de entender a retórica usada na cartilha monárquica em diversos discursos proferidos pelo movimento monárquico é entender a república como um bode expiatório Girardiano⁷². Segundo o documento, a crise política e institucional seria resultado das tensões geradas pelo desejo mimético de poder entre esquerda e direita, dividindo a comunidade e criando uma violência que ameaça a continuidade da comunidade. A culpabilidade da república e seu sacrifício atenderia a um direcionamento da violência. Ao invés da violência desagregadora do “*todos contra todos*”, uma violência unificadora do “*todos contra um*”, a república.

⁷² Para René Girard (1990), a convivência humana pode ser ameaçada por desejo mimético, isto é, o desejo daquilo que um outro indivíduo possui. Esse desejo por um objeto único que já tem dono, gera conflitos e é fonte de violência cada vez maiores. A solução para as tensões crescentes é o sacrifício ritual do culpado. A partir da identificação do culpado, a comunidade se une e a harmonia é restaurada. A restauração e o sacrifício da república seriam a solução para a paz.

A retórica da República como um mal a ser sacrificado pelo bem da comunidade é reforçada através da constatação de que existiram diversas constituições durante esse regime político,⁷³ enquanto ao longo do império houve apenas a Constituição de 1824, o que poderia sugerir uma certa instabilidade intrínseca à primeira. Esse argumento se presentifica através da proposta de mudança constitucional, que foi liderada pelo Deputado Federal Luiz Philippe de Orléans e Bragança⁷⁴. Essa proposta de constituição não foi apresentada ao Congresso, mas a todos dirigindo-se especialmente ao povo. Era na verdade um convite à reflexão: seria melhor que a nossa constituição fosse assim? O que se propõem com ela é a nova discussão de uma “constituição melhor”. A proposta de Constituição foi denominada “A Libertadora: Uma Constituição para o Brasil”, em que deveria se concentrar os esforços do movimento monárquico, caso conseguisse mobilizá-la enquanto proposta política viável. Essa proposta de Constituição, além de seu caráter de direita conservadora,⁷⁵ teria uma particularidade preciosa ao movimento monarquista, Orleans e Bragança (2002), no artigo 49 propõe:

Art. 49. Os cidadãos poderão convocar plebiscito, para escolha da forma de Chefia de Estado que deva vigorar no País, se será seu titular um Presidente ou um Monarca, sem alterações em suas competências e nos demais poderes dispostos nesta Constituição.

§ 1º Uma vez definida a chefia de Estado, outra consulta só poderá ser novamente feita transcorrida vinte e cinco anos, respeitando as regras desta constituição acerca da consulta popular.

§ 2º A mesma periodicidade deve ser respeitada a cada nova consulta.

§ 3º O plebiscito a que se refere o caput deste artigo poderá ser convocado por iniciativa popular, na forma de lei complementar (p. 27).

Ou seja, segundo essa proposta de Constituição, mesmo que a monarquia não fosse restaurada de imediato, ela previa que a cada 25 anos existisse um plebiscito

⁷³ Constituições de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988.

⁷⁴ Luiz Philippe de Orléans e Bragança é trineto da Princesa Isabel e do Conde d'Eu. Um membro da família real que passa a ocupar lugar no congresso uma importante vitória para o movimento monárquico nacional e paulista.

⁷⁵ Para este grupo, ser da direita conservadora significaria, sobretudo, proteger os direitos constitucionais da vida desde a concepção, o porte de armas, o primado da família em escolher o tipo de educação dos seus filhos apresentando como direito constitucional pautas reivindicadas pelos movimentos conservadores e de direita: a contrariedade ao aborto, o *homeschooling*, e a flexibilização do porte de armas.

para decidir popularmente o regime político a se adotar. Isso seria, para eles, um avanço para o movimento monarquista pois seria uma meta de luta a cada geração. Essa proposta visou despertar uma discussão política em torno da Carta Magna da República e não pôr fim a essa discussão substituindo-a.

Vale lembrar que outros setores da Nova Direita passaram a compartilhar bandeiras também defendidas pelos monarquistas, circulando livremente nas manifestações de rua conservadoras. Freixo afirma:

a “descoberta” das ruas pela direita, que passaria a ocupar também esses espaços, locus por excelência das forças e movimentos democráticos e progressistas, desde os anos da ditadura. Esta direita incluía desde organizações nacionalistas extremistas até jovens manifestantes que mesclavam a retórica de uma “antipolítica” rasa – “contra tudo e contra todos” – com um liberalismo difuso, passando por grupos de skinheads, monarquistas, defensores do retorno da ditadura militar, grupos religiosos conservadores e cidadãos de classe média com um extemporâneo e caricato discurso anticomunista somado a um genérico sentimento anticorrupção (2019, p. 49).

Foram retóricas que tiveram grande expressão nas eleições de 2018, em uma situação considerada de “crise” na república. No entanto, o esfriamento dos atritos entre os poderes da República após as eleições presidenciais de 2022 tende a diluir o movimento, pois enfraqueceria o principal elemento de sua retórica: a dicotomia entre “presente em crise e passado glorioso”.

3.4 O Círculo Monárquico de Alagoas

O Círculo Monárquico de Alagoas (CM-AL) é a instituição que protagoniza hoje a causa monárquica no estado e recebe destaque tanto na articulação com o movimento nacional, quanto na organização de atividades que cultivem o ideal monárquico. Sua gestão é formada por meio de um organograma fixo constituído por cinco títulos que representam suas funções: Chanceler, Vice-Chanceler, Secretário Geral, Secretário Adjunto, e Tesoureiro. Quanto a outros membros que não fazem parte desse organograma, é difícil precisar pois, após a reestruturação que criou um novo estatuto, em 25 de março de 2021, não foi aberto para novas filiações. Porém,

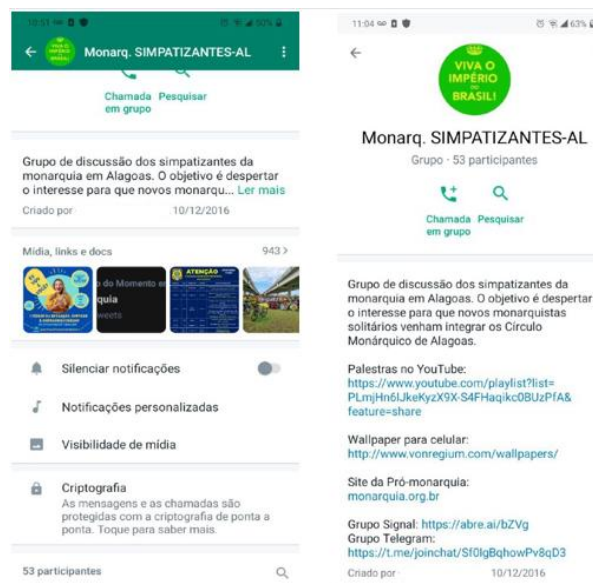
em um de seus canais de organização, um grupo no aplicativo de mensagens *WhatsApp* (Figura 16) destinado a simpatizantes do movimento, possui 52 membros⁷⁶.

Este grupo tem por objetivo discutir a conjuntura, organizar e divulgar as ações do CM-AL, mas principalmente aglutinar monarquistas solitários ao CM-AL. Sendo assim, nem todos os monarquistas que pertencem ao grupo se filiam, talvez quando houver nova abertura, pois alguns moram em outras cidades e é possível que em um futuro eles organizem fundações de seus próprios círculos monárquicos.

Podemos ver na Figura 16 que ele foi criado em 10 de dezembro de 2016, momento das primeiras articulações do grupo. Em junho de 2017, foi criada a Regional Alagoas do Círculo Monárquico Brasileiro que existiu até janeiro de 2021. Posterior a essa desvinculação passou a se organizar como Círculo Monárquico de Alagoas⁷⁷:

[...] por recomendação da Pró-Monarquia, que é uma agência que está próxima dos Príncipes do Brasil e que coordena, faz o secretariado dos Príncipes, sugeriu que cada Estado tivesse as suas organizações locais e não vinculadas a uma instituição nacional” (TOLEDO, Alexandre. Entrevista cedida ao autor em 2022).

Figura 16 – Grupo dos simpatizantes do CM-AL no *WhatsApp*



Fonte: autor, 2022. Data: 04 jul. 2022

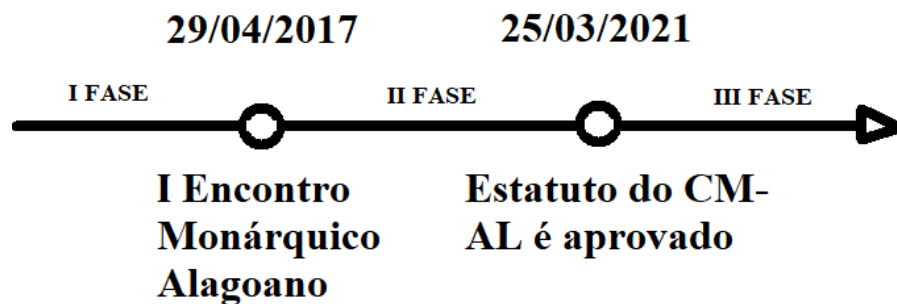
⁷⁶ Informações coletadas no dia 04 jul. 2022. Devido a pesquisa solicitei acesso ao grupo que está aberto inclusive aos simpatizantes de entrar, acompanhar as conversas e expor especificamente esses dois *prints* que não expõe conversas, mas apenas informações do grupo.

⁷⁷ Durante a pesquisa o grupo se desvinculou do Círculo Monárquico Brasileiro deixando de se chamar “Círculo Monárquico Brasileiro – Regional Alagoas, para se chamar “Círculo Monárquico de Alagoas”.

Para fins da exposição desta pesquisa, é útil dividir a história do Círculo Monárquico de Alagoas em três etapas, tendo como marco divisor dois eventos: o I Encontro Monárquico de Alagoas e a desvinculação do grupo alagoano do Círculo Monárquico Brasileiro (CMB), deixando de ser CMB - Regional Alagoas para ser fundado o atual Círculo Monárquico Alagoano.

Desse modo, a primeira fase compreende a fase pré-Encontro Monárquico, caracterizada por não haver ainda a estrutura de um círculo monárquico, que perdura entre o primeiro encontro e a desvinculação do CMB. Na fase atual, o Círculo Monárquico de Alagoas tornou-se um movimento independente vinculado ideologicamente à Pró-Monarquia, como pode ser visto na Figura 17.

Figura 17 – Desenvolvimento do Círculo Monárquico de Alagoas



Fonte: Autor, 2022

É importante salientar que durante o período de realizações desta presente pesquisa, o movimento monárquico em Alagoas estava passando por um processo de reestruturação, se desvinculando do Círculo Monárquico Brasileiro (CMB) para uma oficialização com um Estatuto, a fim de possuir uma identidade jurídica. Ou seja, estava passando da segunda para terceira fase. Nesse sentido, as ações do Chanceler, Alexandre Márcio Toledo, direcionaram o movimento monárquico em Alagoas para as transformações que foram vivenciadas. As mudanças que o grupo passou referem-se também a relações do Chanceler com o movimento nacional a princípio com intermediação do Círculo Monárquico Brasileiro e, posteriormente sem ele, como veremos a seguir. Nesse caso, o Chanceler foi o principal articulador do I Encontro Monárquico de Alagoas e da desvinculação do movimento alagoano antes inserido no CMB.

Alexandre Márcio Toledo é doutor em Engenharia Civil pela UFSC (2006), e também é docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, do setor de Projeto de Arquitetura, da Universidade Federal de Alagoas desde 1995. Ficou conhecido na comunidade acadêmica por ter sido candidato a reitor na chapa “Endireita UFAL⁷⁸” em 2019. A chapa demonstrava uma proximidade com o ideário do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Hoje, dentro do Círculo Monárquico de Alagoas, ele ocupa o cargo de Chanceler, o maior cargo dentro do grupo, responsável pela administração e representação do grupo em eventos e em articulação com outros movimentos⁷⁹.

A adesão ao ideal monárquico por parte do Chanceler iniciou uma mudança de perspectiva entre os monarquistas alagoanos que antes se organizavam exclusivamente pela *Internet* através do Grupo Monárquico Barão de Penedo, que possui brasão de armas (Figura 18), para a realização de atividades presenciais culminando no I Encontro Monárquico Alagoano.

“Fizemos esse primeiro encontro. Desse primeiro encontro fizemos o contato com um membro do Círculo Monárquico Brasileiro, que tinha vindo de Brasília ao saber desse evento, que aconteceu em abril de 2017. Ele nos convidou para nos filarmos ao Círculo Monárquico Brasileiro⁸⁰”

O primeiro encontro serviu para reunir pessoas que, de modo geral, já tinham simpatia com o ideal monárquico. Então, é importante registrar que antes deste primeiro encontro já havia monarquistas em Alagoas, mas sua forma de organização era diferente. Em grande maioria eram monarquistas avulsos que não se organizavam em conjunto, ou não sabiam da existência de grupos organizados. As exceções eram o Instituto Monárquico Visconde de Sinimbu, em Arapiraca, e o Movimento Monárquico Barão de Penedo, em Maceió. Inclusive os fundadores dessas duas organizações foram palestrantes no encontro e apoiaram estrutura que se formava.

⁷⁸ Isso mostra a polarização da política. Esta chapa, possivelmente, foi a primeira chapa abertamente de direita ultraconservadora concorrendo para a reitoria da UFAL desde a redemocratização.

⁷⁹ Dados obtidos através do portal SIGAA da Universidade Federal de Alagoas, disponível em: <https://sigaa.sig.ufal.br/sigaa/public/docente/portal.jsf?siape=1121397>. Acesso em 08 jul. 2022

⁸⁰ Alexandre Toledo em entrevista cedida ao autor no ano de 2022.

Figura 18 – Brasão de armas⁸¹ do Grupo Monárquico Barão de Penedo.



Fonte: Disponível em <http://luizsaveidealmeida.blogspot.com/2017/06/movimento-monarquista.html>. Acesso em 09 jul. 2022

Mesmo não havendo notícias da extinção oficial dessas duas organizações, a inatividade delas mostra que as atividades da militância monarquista foram concentradas através da Regional Alagoas do Círculo Monárquico Brasileiro, marcando assim o encontro como um divisor de águas para este movimento em Alagoas.

O I Encontro Monárquico Alagoano (Figura 19) foi realizado no dia 29 de abril de 2017, na Casa do Patrimônio no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) localizado no bairro do Jaraguá na cidade de Maceió. Foram realizadas três palestras: “Monarquismo em Alagoas”, “Por que a Monarquia?” e “Como seria uma monarquia no Brasil, hoje?” As palestras foram proferidas por membros do movimento monárquico respectivamente: Cristiano Patrick Vieira, advogado e co-fundador do Instituto Monárquico Visconde de Sinimbu; o médico Isac Vasconcelos Barros, e do Professor Eduardo Xavier. Todos esses tomaram o padrão

⁸¹ O Brasão de armas do grupo demonstra sua identidade alagoana e monárquica. No centro, o escudo apresenta uma esfera armilar sobrepondo a Cruz da Ordem de Cristo, fazendo referência a Portugal e a herança monárquica por ser quase uma reprodução do brasão imperial, além da cor verde símbolo da Casa Real dos Bragança. O escudo central tem como suporte à direita, um coimo de cana-de-açúcar empandoado, e à esquerda, um ramo de algodoeiro semelhante ao brasão da bandeira de Alagoas. O escudo ao lado direito tem três tainhas que fazem referências as três lagoas (Jequiá, Mandaú e Manguaba). Já ao lado esquerdo, é o Brasão de armas do Barão de Penedo.

discursivo geral do movimento: a “injustiça do golpe republicano”, o processo de silenciamento posterior movido pela República, a injustiça diante do plebiscito de 1993⁸², e que seria um grande avanço para o Brasil uma restauração monárquica.

Figura 19 – Fotos do I Encontro Monárquico Alagoano



Fonte: Disponível em <https://www.facebook.com/monarquiamaceio>. Acesso em 09 jul 2022

O evento atraiu a atenção do CMB que enviou um representante para participar do evento e convidar para a filiação do mesmo. O CMB, até a data da pesquisa não se configura entre os maiores grupos monárquicos, mas a época ele prestou apoio apresentando um modelo de estrutura a ser montado.

Segundo Alexandre Toledo, em entrevista concedida ao pesquisador do trabalho em 2022: “De início estruturamos com três núcleos: um em Maceió, outro em São Miguel dos Campos e outro em União dos Palmares. Infelizmente não prosperaram e por conta de não terem prosperado, nós mantivemos apenas o núcleo Maceió”.

O Movimento tinha como estratégia a criação do maior número de círculos monárquicos possíveis que, no caso foram três, uma maneira de demonstrar-se como movimento em ampla expansão. Porém, isso se mostrou uma estratégia infrutífera,

⁸² Em 21 de abril de 1993, foi realizado plebiscito que demandava escolher monarquia ou república e parlamentarismo ou presidencialismo. Essa consulta consolidou a forma e o sistema de governo atuais no Brasil.

afinal, encabeçar um movimento político consome muito mais tempo e energia que apenas fazer parte dele. A subdivisão do grupo acabou enfraquecendo os círculos monárquicos no interior, que aos poucos pararam de fazer eventos e se desarticularam.

Importante notar que esse ímpeto de criar vários círculos monárquicos possuía a intenção de demonstrar apoio popular necessário para o sucesso da Ideia Legislativa nº 70.135/2017. Uma ideia legislativa é uma proposta que pode ser feita por qualquer cidadão por meio do portal e-cidadania do Senado Federal. Caso essa ideia receba mais de 20 mil apoios *online* em quatro meses, ela é encaminhada para ser debatida pelos senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que emitirá um parecer.⁸³

A ideia legislativa nº 70.135/2017 propunha a realização de um referendo questionando a população sobre uma possível restauração monárquica. Caso aprovada, seria criado um quarto poder, o Moderador, na atual Constituição, modificando o sistema de governo. A partir daí, caberia ao Imperador as funções de nomear e demitir o Primeiro-Ministro, a dissolução do Congresso para convocar novas eleições, a Chefia Suprema das Forças Armadas, a indicação dos ministros do STF, a sanção ou veto a leis e a convocação de plebiscitos e referendos. As funções administrativas e de governo caberiam ao Primeiro Ministro⁸⁴ e seu Gabinete. O Legislativo e o Judiciário permaneceriam com as funções mantidas. Com esse episódio, registra-se o indício de que, apesar da autonomia administrativa dos círculos monárquicos, há facilidade de se fundar um. Existe uma consonância entre o que os movimentos nacionais estão fazendo e o que acontece no movimento em Alagoas.

No caso em questão, a ideia legislativa nº 70.135 conseguiu o apoio com 28.559 votos e, nesse interim, foi discutida pela referida Comissão que deu um parecer negativo.⁸⁵ Sob justificativa:

⁸³ BRASIL, Resolução nº 19 de 2015. Regulamenta o Programa e-Cidadania. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/561835/publicacao/15622229>. Acesso em 09 jul. 2022

⁸⁴ Senado Federal, Referendo pela Restauração da Monarquia Parlamentarista no Brasil. Disponível: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=70135>. Acesso em: 09 jul. 2022.

⁸⁵ BRASIL, Senado Federal: Substituto da Câmara nº 1 de 2018, ao projeto de lei do Senado nº 149 de 2015. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8052612&ts=1576707923329&disposition=inline>. Acesso em 09 jul. 2022

[Sen. Paulo Paim] A derrota da Monarquia reposiciona, contudo, a República como cláusula pétrea, a meu ver. Mesmo a convocação de novo plebiscito pelo legislador constituinte derivado não poderia sobrepor-se à decisão do legislador constituinte originário.

Nessa linha de argumentação, apenas um novo processo constituinte seria dotado de legitimidade para reabrir a questão da forma republicana de governo para deliberação por meio de Proposta de Emenda à Constituição. No mesmo sentido aponta a argumentação política. Houve, há pouco mais de um quarto de século, a manifestação esmagadora do povo brasileiro em favor da forma republicana de governo. Não ocorreu fato relevante, desde então, capaz de desacreditar a República no entendimento dos cidadãos e alterar sua preferência para favorecer a monarquia.

Nessa linha de argumentação, apenas um novo processo constituinte seria dotado de legitimidade para reabrir a questão da forma republicana de governo para deliberação por meio de Proposta de Emenda à Constituição. (SENADO, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa).

Diante do parecer da Comissão, a sugestão parlamentar foi arquivada. Um dos argumentos utilizados pela Comissão para justificar a negativa foi o plebiscito de 1993, ocorrido no período da redemocratização, que reivindicava a volta do sistema monárquico parlamentar. Na memória monarquista, esse plebiscito é visto como uma derrota momentânea, pois significaria uma prova da presença dos ideais monárquicos em muitos brasileiros, sendo assim um sinal de esperança. Para o Chanceler:

Essa brecha aberta na constituição de 88 a pedido do Príncipe dom Luíz Gastão vislumbrava a possibilidade de se fazer um plebiscito porque desde a primeira constituição republicana, que no texto dizia que a população seria consultada se de fato queria a instalação do regime republicano. [...] mesmo assim, 13% dos brasileiros votaram a favor de mudar pra monarquia e para presidencialismo ganhou com pouca margem em relação ao parlamentarismo, porque não houve duas consultas. [...] Então, o plebiscito, que de fato aconteceu, ele deu uma certa visibilidade, revigorada, nos ideais monárquicos (TOLEDO, Alexandre. Entrevista concedida ao autor em 2022).

Ainda sobre o plebiscito de 1993, Németh-Torres (2008) comenta que existia uma expectativa dos monarquistas a respeito dele desde 1889, pois a Proclamação da República feita por Marechal Deodoro teria sido, a princípio, provisória e previa um sufrágio, uma consulta ao povo:

Art. 1º. Fica proclamada **provisoriamente** e decretada como a forma de governo da nação brasileira - a República Federativa.

Art. 7º. Sendo a Republica Federativa Brasileira a forma de governo proclamada, o Governo Provisorio não reconhece nem reconhecerá nenhum governo local contrário á forma republicana, aguardando, como lhe cumpre, o **pronunciamento definitivo do voto da nação**, livremente expressado **pelo suffragio popular**. (DECRETO Nº 1, DE 15 DE NOVEMBRO DE 1889, grifo do autor).

Entretanto, o plebiscito para escolha da forma de governo só aconteceu em 1993, mais de 100 anos após a Proclamação da República; além disso, até 1988, toda propaganda em prol de uma restauração monárquica era proibida. Apesar de se prever o plebiscito, intuindo uma data próxima, cerca de um mês depois, no Decreto de nº 85, ficou proibida as atividades em prol de uma restauração monárquica:

Crêa uma comissão militar para o julgamento dos crimes de conspiração contra a Republica e seu governo, applicando-lhe as penas militares de sedição.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando:

que a Nação interia, por todos os seus órgãos de expressão em todas as camadas sociaes, tem adherido francamente á obra da revolução de 15 de novembro;

que essa incorporação geral de todas as opiniões á fôrma republicana crêa para o Governo Provisorio novos deveres, constituindo-se depositario desta situação e obrigando-o como tal a defendel-a com a maior energia contra todas as ameaças,

[...]

que, estando eliminadas todas as possibilidades de reconstituição do antigo estado de causas, e não nos restando outra alternativa sinão a Republica ou a anarchia, qualquer tentativa contra a solidez da situação actual seria simplesmente um acto de desordem, destinado a explorar o medo;

que seria, da parte do Governo, inepcia, covardia e traição deixar os creditos da Republica á mercê dos sentimentos ignobeis de certas fezes sociaes empenhadas em semear a sizania e a corrupção no espirito do soldado brasileiro, sempre generoso, desinteresseiro, disciplinado e liberal;

que a perversidade de taes especulações não tem medidas sinão no horror das desgraças incalculaveis, necessariamente ligadas ao triumpho da desordem:

Decreta:

Art. 1º Os individuos que conspirarem contra a Republica e o seu Governo [...]

serão julgados militarmente por uma comissão militar nomeada pelo Ministro da Guerra, e punidos com as penas militares de sedição.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 23 de dezembro de 1889, 1º da Republica. (BRASIL. DECRETO Nº 85 DE 23 de dezembro 1889)

O decreto acima é de suma importância para a memória dos monarquistas, pois a partir dele no Brasil indivíduos contrários a nova ordem poderiam ser considerados conspiracionistas

Pouco mais de um mês depois, em 23 de dezembro, o novo governo instituiu o decreto número 85 o chamado “Decreto Rolha”, no qual torna a República definitiva e cria um tribunal militar para julgar indivíduos contrários à nova ordem e que fossem acusados de conspiração (NÉMETH-TORRES, 2008, p. 2).

O decreto faz suas considerações por não ser mais possível o retorno ao *Status quo* original. De fato, o que significaria uma restauração naquele momento para aqueles que participaram da proclamação? Um julgamento de uma corte militar. Então, mesmo prevendo a possibilidade de um plebiscito, para aqueles que iniciaram o movimento e estavam no poder, era um processo sem volta.

Um outro decreto é importante, inclusive por sua data: 21 de dezembro de 1889. Neste dia, foi convocada a Assembleia Constituinte que redigiria a Constituição do Brasil que vigorou até a Revolução de 1930. Então, já estava iniciado o processo que estabeleceria um governo constitucional. Em 23 de dezembro de 1889, as discussões sobre monarquia, para o governo provisório, estavam superadas.

Esses recuos no tempo são necessários para entendermos o contexto histórico de surgimento das memórias cultivadas pelos monarquistas. Na década de 1980, o Brasil estava passando pela redemocratização após vinte e um anos de ditadura, quando diversas ideias estavam sendo ouvidas. Os sujeitos políticos se organizaram em um amplo debate em prol da Constituição que pudesse contemplar todos os setores da sociedade, o que permitiu que diversas memórias subterrâneas participassem do debate (POLLAK, 1992).

Alberto Manguel (2021) nos fala que “pela alquimia das palavras a memória de um indivíduo pode se tornar a memória de muitos.” Nesse sentido, uma memória negativa pode causar um mal estar em pessoas que não viveram pessoalmente o ocorrido, mas que receberam e cultivaram aquela memória. Devemos pensar nesse ponto o quão negativo foi a Proclamação da República para a família imperial, que passou a viver no exílio, e como essa memória transbordou para a análise conjuntural da República, dentro dos movimentos monarquistas.

Aliados ao insucesso da Ideia Legislativa e à percepção de que não havia necessidade de uma instituição nacional além do Pró-Monarquia, os problemas na administração do CMB agravaram-se devido à desconfiança na lisura dos mecanismos de nomeação e permanência na liderança, como também em como estava sendo administrado seus recursos financeiros. Estes foram motivos suficientes para a desvinculação, que ocorreu em janeiro de 2021 e para o início das discussões que levaram à formação do novo estatuto em 25 de março de 2021. No decorrer da pesquisa, o grupo se desvinculou do Círculo Monárquico Brasileiro, deixando de se denominar Círculo Monárquico Brasileiro – Regional Alagoas e passou a ser chamado Círculo Monárquico de Alagoas (CM-AL). Essa mudança, como próprio nome indica, marcou uma rejeição à ideia de ter outra organização nacional representando o movimento monárquico. Nas palavras do Chanceler:

quando começou a ter problemas na administração nacional com o Círculo Monárquico Brasileiro em relação à sucessão do ex-chanceler, nós resolvemos sair e ficamos aguardando uma nova vinculação. Foi quando, por aconselhamento de outro chanceler, de Círculos Monárquicos Municipais, resolvemos criar o Círculo Monárquico Alagoano⁸⁶.

A desvinculação do CMB marca a terceira fase do Círculo Monárquico de Alagoas. Seu estatuto foi aprovado no dia 25 de março de 2021, data escolhida por rememorar a promulgação da Constituição de 1824. Essa rememoração também é feita através do artigo 32 que fala:

Art. 32 – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no dia 25 de março de cada ano, em honra à primeira Constituição brasileira, para: [...]

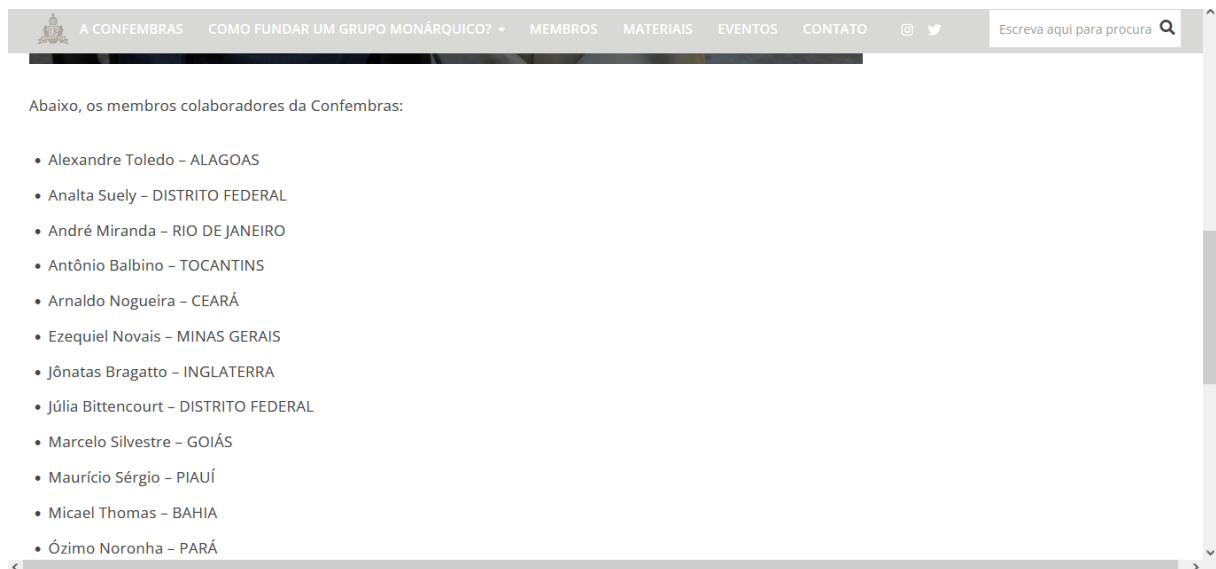
§ 1º – Na impossibilidade ou inconveniência de reunir a Assembleia Geral no dia 25 de março, a Diretoria Colegiada convocará a reunião para outra data, necessariamente no mês de março⁸⁷.

Além disso, o Chanceler do Círculo Monárquico de Alagoas também é o representante de Alagoas na CONFEMBRAS, conforme pode ser visto na Figura 20.

⁸⁶ Alexandre Toledo em entrevista concedida ao autor em 2022.

⁸⁷ Trecho retirado do Estatuto do Círculo Monárquico de Alagoas.

Figura 20 – Lista dos membros colaboradores da CONFEMBRAS



Fonte: Disponível em: <https://www.movimentomonarquista.com.br/membros-colaboradores-da-confembras/>. Acesso em 08 jul2022

As atividades do Círculo Monárquico de Alagoas são articuladas a partir do já referido grupo de simpatizantes e podem ser virtuais ou presenciais. As reuniões virtuais acontecem pelo *Google Meet*, em que são discutidos temas, tais como: 1) a história do império do Brasil; 2) análise de conjuntura. A análise de conjuntura não segue uma metodologia específica, são apenas comentários com as notícias locais e sua relevância para o movimento monárquico. A articulação de cada encontro é feita através do grupo de WhatsApp que o pesquisador teve acesso. As reuniões presenciais são marcadas geralmente no Parque do Horto, no bairro da Gruta de Lourdes, em Maceió, podendo iniciar com uma trilha ou não, a depender dos presentes e das condições climáticas, seguido de piquenique que anima as discussões políticas. As reuniões também podem ser pautadas no debate sobre algum livro.

Geralmente esses eventos acontecem no primeiro sábado de cada mês. Ademais, existem datas importantes para o movimento, conforme a Tabela 3:

Tabela 3 – Datas fixas dos encontros monárquicos em Maceió

| DATA | MOTIVO |
|-----------------------|--|
| 25 de março | Dia da Promulgação da Constituição de 1824 |
| 13 de maio | Dia da Abolição da Escravatura |
| 7 de setembro | Dia da Independência do Brasil |
| 12 de outubro | Dia da Aclamação de D. Pedro I |
| 6 de janeiro | Dia de Reis (ressignificado) ⁸⁸ |
| 02 de dezembro | Dia do Natalício de Dom Pedro II |

Fonte: Autor, 2022

Cada data dessa marca eventos significativos para a memória do movimento monárquico. Outra data importante é o “Dia do Golpe” de 15 de novembro, nesse caso uma comemoração negativa, quando aconteceu a Proclamação da República. Nessas datas geralmente ocorrem um bandeiraço, assim como no 7 de setembro. Os bandeiraços consistem atualmente na principal ação presencial do movimento monárquico voltada ao público externo. Nesses dias, os monarquistas levam suas bandeiras que geralmente desperta a curiosidade de algum transeunte. Então, eles falam sobre bandeira do império, sobre o período imperial, sobre a família real e sobre movimento que defende uma monarquia parlamentarista. A bandeira imperial gera muita curiosidade e isso ajuda a divulgar o movimento para um público que muitas vezes não imaginava que ele existia.

A fotografia postada na página do Instagram (Figura 21) representa um encontro monárquico realizado em 07 de setembro de 2020, um dos únicos eventos presenciais realizados no ano devido às precauções da pandemia do SARS-CoV-2, também denominado coronavírus ou Covid-19.

Além das datas, os locais também são escolhidos por fazerem referência a alguma figura do Império. A fotografia da postagem foi registrada na Praça 2 Leões,⁸⁹ onde tem um Obelisco em homenagem a D. Pedro I. A mesma praça também foi

⁸⁸ O movimento monárquico ressignificou a data religiosa que faz referências aos personagens bíblicos que visitaram Jesus ao nascer. Nessa data, o movimento monárquico costuma prestar homenagens a família imperial.

⁸⁹ Localizada no bairro do Jaraguá na cidade de Maceió, Alagoas, Brasil.

reformada em 1922, o que marcou as comemorações do centenário da independência, conforme a legenda da postagem:

Participamos de um ato cívico organizado pelo Prof. Alexandre Toledo, o "Bandeiraço da Independência". Conforme combinado anteriormente, nos dirigimos a Praça Dois Leões, no bairro de Jaraguá, as 9 horas da manhã, onde contém o único monumento que faz menção a D. Pedro I na cidade de Maceió (Postagem da página "diretoriomonarquicoal" em 7 de setembro de 2020)

Figura 21 – Foto do encontro monárquico de Alagoas de forma presencial realizado em 7 de setembro de 2020 na cidade de Maceió-AL



Fonte: Disponível em <https://www.instagram.com/diretoriomonarquicoal/>. Acesso em 09 jul. 2022

Nessas datas, também é comum a visita a lugares em Alagoas onde algum membro da família imperial visitara ou que tenham um valor simbólico⁹⁰ para o movimento. No caso da Figura 13, tem-se o registro do encontro monárquico do dia 07 de setembro de 2020. Na fotografia, destaca-se no canto direito de camisa branca o pesquisador⁹¹; com chapéu preto o Primeiro Secretário Ismael Santos e centralizado a frente com boné o Chanceler Alexandre Toledo. No encontro referido, tive a oportunidade de observar e acompanhar o evento. Apesar de 25 de março ser a data

⁹⁰ Por exemplo, tenha recebido o nome de alguma figura proeminente do império, como praça visconde de Sinimbu.

⁹¹ Vale salientar que não faço parte do movimento, nem tenho as ambições políticas deles, porém dentre as fotos, optei por esta para registrar no trabalho meu acompanhamento em alguns dos eventos que aconteceram durante a realização da pesquisa.

mais importante considerando a administração do grupo, data preferencial para sua assembleia geral, o 7 de setembro se destaca por ser a data mais importante com uma atividade voltada ao público externo. Além disso, no 25 de março de 2020 não houve encontro devido às necessárias restrições de saúde impostas pela pandemia.

Nele o ponto de encontro foi a já referida praça Dois Leões, e aos poucos os monarquistas foram chegando e se encontrando por volta das 09 horas da manhã. Estiveram presentes cerca de onze monarquistas, facilmente identificáveis munidos de camisas⁹² e bandeiras. Após a concentração dos monarquistas, houve um discurso a respeito da Independência do Brasil louvando-a por ter sido menos sangrenta que outras nações e por ter preservado as dimensões continentais do país. Seguidamente, ressaltou-se a grandeza dos governantes imperiais em descrição quase hagiográfica. Alguns monarquistas se revezaram improvisando os discursos, mas sempre no mesmo tom.

Após os discursos proferidos, os monarquistas se organizaram em três carros e seguiram para a cidade de Coqueiro Seco, em uma pequena caravana expondo a bandeira do Império. Foram até a Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens, Matriz daquela comunidade. Esta Igreja já foi visitada pelo imperador D. Pedro II em sua visita a Alagoas e, por isso, o movimento vê com carinho essa construção. Ao chegar na cidade por volta das 11h30, em frente à Igreja se depararam com o costumeiro desfile da independência, quando algumas pessoas da cidade fazem um trajeto a cavalo acompanhado de uma filarmônica local, a Associação Musical Professor Francisco Pedrosa. Isto não estava programado, mas se sabia dessa possibilidade, e para eles, foi um feliz encontro.

O desfile passou por algumas ruas do centro, pela prefeitura e pela orla lagunar encerrando na sede da Associação Musical. O desfile foi acompanhado por uma mídia local que registrava e divulgava os eventos da cidade através de seu perfil na internet. Além disso, a presença da bandeira do Império despertou a curiosidade dos realizadores locais e da filarmônica.

⁹² Existem várias lojas especializadas em artigos ligados ao período imperial e ao movimento monárquico, dentre elas destaco a Von Regium, seu endereço eletrônico é: <https://www.vonregium.com.br/>

Na página do *Instagram* do portal de notícias “@meucoqueirotem”, estão disponíveis as fotos que registraram a visita do Círculo Monárquico de Alagoas à cidade de Coqueiro Seco (Figura 22). Na ocasião, a cidade foi escolhida por ter sido visitada por D. Pedro II entre o final de 1859 e início de 1860. A página “Meu Coqueiro Tem” não tem nenhuma vinculação como o movimento monárquico, mas, apenas disso, documentou os atos cívicos da cidade e registrou também o público dos monarquistas que compareceram. No ano seguinte, apesar da ausência dos monarquistas, a filarmônica desfilou com a bandeira do Império, o que não significa uma adesão à causa monárquica, mas um acréscimo de um elemento histórico ao desfile, provocado pela visita do movimento.⁹³

Figura 22 – Ato cívico do Círculo Monárquico de Alagoas na cidade de Coqueiro Seco.



Fonte: Disponível <https://www.instagram.com/meucoqueirotem/>. Acesso 09 jul 2022

Sobre as realizações dos eventos, Alexandre Toledo explica que:

outras vezes nos geralmente participávamos da Parada Militar, que acontecia geralmente em Jaraguá. Então esse é o exemplo de evento nacional que serve para despertar o interesse e trazer novos interessados em participar da monarquia. Aqui localmente nos também fizemos alguns outros. Fizemos a comemoração da aclamação de Dom Pedro I, fazemos sempre o aniversário de Dom Pedro II, geralmente na catedral, porque foi lá que ele esteve para inaugurar a catedral, 1859 e como todo aquele local faz referência ao Imperador, a praça se chama Dom Pedro II, a rua lateral, 2 de dezembro, em homenagem a data do natalício de Dom Pedro II e a rua em frente a catedral,

⁹³ A foto pode ser vista na página Meu Coqueiro Tem, Instagram: @meucoqueirotem_, 07 set. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CTH9fK1HAHR/>. Acessada em 25 de julho de 2022.

que é a ladeira, a Rua do Imperador. E a rua que hoje seguia, que hoje se chama Rua do Sol, já se chamou Rua da Imperatriz, logo depois da visita do casal imperial⁹⁴

Sendo assim, a Catedral Metropolitana de Maceió (Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres) se tornou um local muito importante para a memória do Movimento Monárquico em Alagoas, pois foi inaugurada em uma visita de D. Pedro II em 31 de dezembro de 1859. Em seu entorno, existem diversas referências à família imperial, tais como a praça em frente que recebe o nome de Praça Dom Pedro II localizada no Centro de Maceió, onde também existe um obelisco com o busto do mesmo personagem.

Outros eventos mais raros são as Missas de Sufrágio⁹⁵, que são missas normais, porém nas intenções dessas missas se pede pelo descanso eterno da alma de alguém da família imperial, a qual o pesquisador teve oportunidade de acompanhar na data de 05 dezembro de 2021, aniversário de seu falecimento. Durante uma missa católica, é previsto que se faça orações em memória a um ou mais fiéis defuntos. É comum entre as paróquias, a possibilidade de se pedir uma missa específica para um fiel ou que se acrescente o nome de um defunto para que o pároco celebre mencione o nome dele em sua oração. No caso foi feita essa segunda opção incluindo o nome do antigo imperador em uma missa comum.

Para a teologia católica, algumas almas mesmo já estando salvas não são santas e passam após a morte por um estado de purificação conhecido como purgatório. As orações por essas almas podem agilizar a visão beatífica que por enquanto estão privados. importante salientar que muitos dos fieis presentes não conseguiram identificar o “Pedro de Alcântara” mencionado como alguma figura histórica, sem nenhum título de nobreza. Os trajes também foram mais discretos, como pede a ocasião, e alguns monarquistas exibiram a bandeira do Império. Após a realização da missa, o grupo desceu a ladeira da catedral em direção a praça D. Pedro II onde foi feito um discurso epilítico sobre o imperador. Por fim, o ato cívico se dispersou.

⁹⁴ Alexandre Toledo em entrevista concedida ao autor na data de 08 de fevereiro de 2022.

⁹⁵ No contexto religioso católico sufragar uma alma está relacionado com esmola, jejum e oração em honra a um fiel defunto cuja há dúvidas sobre sua ida ao céu. O céu é para as almas dos santos, as almas que foram salvas, mas ainda não são santas vão ao purgatório.

Apesar de alguns eventos serem realizados com cunho religioso católico como a missa, o Círculo Monárquico de Alagoas possui membros não católicos: protestantes de diversas denominações, espiritualistas, judeus, esotéricos e mesmo não cristãos ligados à maçonaria. Nesse sentido, apesar do Chanceler e do Secretário Geral serem católicos, são uma minoria nos encontros. Desse modo, o evento tem um caráter muito mais mnemônico e político do que religioso em si. Um dos fatores que contribuem para isso é que a memória está muito mais ligada à forma de governo e não às virtudes católicas do governante.

Inclusive o movimento nacional aparenta ter um mesmo entendimento. O fato de o atual chefe da casa imperial ser católico não implica que a monarquia coibiria as outras formas de religiosidade. Na postagem da CONFEMBRAS (Figura 23), fornecida por um monarquista umbandista, vemos a bandeira imperial, o principal símbolo do movimento, e as imagens dos pretos velhos, São Jorge/Ogum, e do Zé Pelintra, a pedra de Xangô, orixá rei de Oyó, além de várias guias e terços.

Figura 23 – Postagem de um monarquista umbandista na página do *Instagram* da CONFEMBRAS em outubro de 2021



Fonte: Disponível em <https://www.instagram.com/confembras/>. Acesso em 09 jul 2022

É interessante notar que a proposta de Constituição “A Libertadora” tem artigos que protegem a liberdade religiosa:

Art. 7º Os direitos e deveres individuais são definidos e garantidos por esta Constituição, nos seguintes termos:

XXXIV – É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos e da religiosidade e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias (p. 4).

De modo que, em teoria, mesmo a família real sendo católica isso não afetaria o direito de liberdade religiosa da população. Porém, como isso ocorreria de fato é algo que provavelmente não saberemos dentro do tempo de construção desta pesquisa. Apesar de alegadamente não combater, será que existiria políticas públicas de incentivo a manifestações culturais ligadas a religiosidade de matriz africana?

Sobre a viabilidade do movimento monárquico, apesar de ele não ser um partido, consegue ter um número de seguidores nas redes sociais relativamente abrangente, superando⁹⁶ inclusive perfis estaduais de partidos políticos já consolidados no cenário político brasileiro. Além disso, mesmo o movimento monárquico não se configurando em um partido, único e próprio. De acordo com Trisotto (2017), em 2012, quatro partidos políticos tinham intenções de trazer a monarquia de volta ao Brasil. O Partido da Real Democracia (PRD), que carregava o slogan “O Brasil tem solução real”, caminhava junto aos Partido da Construção Imperial (PCI), o Monárquico Parlamentarista Brasileiro (PMPB) e o Movimento Monarquista do Brasil (PMMB) rumo ao registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não obtendo nenhum deles sucesso na empreitada devido à falta de apoio necessário. Para a formação de um novo partido são necessárias quase 500.000 assinaturas em 2 anos para que isso seja efetivado.⁹⁷ Como registra o inciso primeiro do artigo 7º da lei 9.096 de setembro de 1995:

Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um

⁹⁶ Informações coletadas em 04 de julho de 2022. Superando individualmente em números de seguidores no Facebook por exemplo as páginas estaduais do PCB, PODEMOS ou PSTU durante o desenvolvimento do presente trabalho.

⁹⁷ Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Conheça as etapas para criação e registro de partido político. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Marco/conheca-as-etapas-para-criacao-e-registro-de-partido-politico>. Acesso em 08 jul. 2022.

mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles (BRASIL, 1995)⁹⁸

A falta do apoio pode ser, em parte, entendida pelo fato de que a própria casa imperial e as associações ligadas a ela, apesar de não proibirem, não apoiam a criação de nenhum partido político, pois entendem que a monarquia e a causa monárquica devem ser uma luta suprapartidária. O Círculo Monárquico de Alagoas é fiel a casa imperial e apoia essa estratégia de que não seja formado um partido monárquico.

É percebido que as mesmas práticas de militância e política do grupo monárquico antes da separação do CMB foram mantidas após o fato. Não houve uma mudança estratégica nas práticas de militância ou nos eventos, houve uma mudança apenas na relação com os movimentos nacionais que parou de ser intermediado pela CMB. As atividades de proselitismo continuaram se concentrando mais no campo virtual, e presencialmente os bandeiraços têm destaque. Os encontros monárquicos servem mais para o público interno traçar os próximos passos do movimento, além de manter a união e fortalecer laços do grupo. Afinal, todo grupo político é essencialmente um grupo de pessoas e a harmonia em suas relações sociais.

A atuação na internet, isto é, o ciberativismo monárquico em Alagoas será discutido no próximo capítulo, sobretudo no uso da imagem da Princesa Isabel e na utilização da abolição como arma retórica no movimento monárquico.

⁹⁸ BRASIL. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm. Acesso em 27 fev. 2023.

4 MEMÓRIA E HISTÓRIA: O DISCURSO MONARQUISTA SOBRE A ABOLIÇÃO E ALGUNS CONTRAPONTO HISTORIOGRÁFICOS

Como já discutido, o ambiente virtual nos últimos anos se tornou o mais importante para a comunicação de massa e a difusão do discurso político. Nesse interim, analisar a disposição retórica de um movimento político passa pela observação da sua ação na *internet*. Isso traz significativas mudanças para o século XXI.

4.1 A Cyber Retórica

O estudo da retórica digital não é uma novidade. Segundo Mateus (2018), ela surgiu em 1989 proposta por Richard A. Lanham, numa conferência intitulada “*Digital Rhetoric: Theory, Practice, and Property*” e desenvolvida no seu livro de 1993 “*The Electronic Word: Democracy, Technology, and the Arts*”. E acrescenta que:

Em muitas universidades norte-americanas, existem cursos de “retórica digital” que possuem uma orientação ligada à literacia digital. Esses cursos exploram as dinâmicas da leitura e interpretação digitais, e examinam a escrita através das dimensões retóricas, políticas e culturais dos textos digitais. Podem, por exemplo, analisar as identidades implícitas (em termos, por exemplo, de gênero, raça ou classe social). (p. 230)

Apesar disso, buscando no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES pelo tema “Retórica Digital” o sistema apresentou apenas um resultado,⁹⁹ que tem como área de estudo a Educação. Isso nos faz perceber que, em nosso país, o estudo da retórica digital é um campo ainda pouco explorado pelos pesquisadores. Um cenário que precisa mudar nos próximos anos, pois o ambiente virtual se tornou um lugar decisivo para a política no Brasil.

É importante compreender que toda comunicação tem por finalidade a transmissão de uma ideia que deve ser compreendida e aceita. Ou seja, ela tem um objetivo retórico. O ambiente virtual potencializa e modifica as regras da retórica. Mateus afirma que:

Retórica é, actualmente, absolutamente singular porque a entrada dos meios de comunicação de massa altera a natureza e configuração clássica da

⁹⁹ Busca realizada com o termo “Retórica Digital” no dia 13 de julho de 2022 e o único resultado obtido foi: SANTOS, R. M. C. Entre o Feijão e o Sonho: Retóricas Ciberativistas Acerca da Meritocracia na Educação Pública do Rio de Janeiro, 136 f. Doutorado em EDUCAÇÃO, Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ, Rio de Janeiro-RJ, 2017.

Retórica. Tornou-se imprescindível estudar a Retórica, não apenas como dispositivo literário ou ferramenta da persuasão, mas como a própria natureza da comunicação persuasiva, seja ela não-mediatizada – como na antiguidade clássica – ou mediatizada. Dito por outras palavras, é necessário examinar a persuasão na altura em que sofre uma ampliação em termos tecnológicos e uma multiplicação dos meios de comunicação disponíveis. (2018, p. 228)

Além disso, o ambiente virtual permite uma junção maior dos elementos retóricos na exposição. Se no tempo antigo a exposição maior estava no retor¹⁰⁰, no conteúdo e na forma do discurso, hoje no campo virtual de debate, o texto pode ser acompanhado com uma imagem que pode representar memórias, representações, valores, cosmovisões e personagens implícita ou explicitamente ligados ao discurso. Sendo assim:

Inserem-se, nesse contexto, os memes na internet que trazem recursos multimodais e argumentativos, a fim de manifestar opiniões, refletir acerca de situações cotidianas e ironizar algo ou alguém. Os memes contribuem para a compreensão do discurso e dos pontos de vista, (*logos*), ao revelarem estados afetivos, emocionais, sentimentos, relações interpessoais (*pathos*), a partir de modos e habilidades comunicativas que incluem não apenas estratégias verbais do orador (*ethos*), mas ainda estratégias multimodais, incluindo os não verbais (JUNIOR, 2020, p. 1133,).

Antes de avançarmos nesta pesquisa, é prudente definir o que é um *meme*. O termo deriva da exposição feita pelo biólogo Richard Dawkins como uma comparação ao termo *gene* que transmite informações biológicas para as próximas gerações, o *meme* transmitiria informações sociais e culturais. Junior ainda nos recorda que: “O termo provém do grego *mímesis*, que significa imitação, sua aférese do inglês *mimeme* consolidou-se em *meme*, no português” (2020, p. 1133).

Assumindo essa origem etimológica, o *meme* teria como característica definidora sua habilidade de ser reproduzido por diversos sujeitos através dos compartilhamentos, sendo devido ao seu *pathos*, *ethos* ou *logos*, ou mesmo a relevância de sua mensagem para o público alvo.

Nesse sentido, o que contaria é a força em persuadir o receptor do discurso e transforma-lo em um agente multiplicador. Chagas define os *memes* como: Os memes persuasivos são peças de convencimento, criadas seja pelo marketing de candidatos,

¹⁰⁰ Aquele que faz o discurso retórico.

seja pela militância, seja pela imprensa, ou seja, pelo eleitor comum, deliberadamente, para influenciar o processo político (2017, p. 187).

Dessa forma, *meme* é caracterizado pela sua intencionalidade e não pela sua eficiência. De modo que existem os que fazem sucesso e viralizam¹⁰¹ e também aqueles que não atingiram esse objetivo, seja por uma ineficiência nos meios de propagação da mensagem ou no gênero escolhido.

É importante perceber também que esse tipo de conteúdo pode ser compartilhado como algo positivo ou negativo a depender da cosmovisão e dos entimemas dos públicos que recebem a mensagem. Sujeitos de cosmovisões antagônicas vão olhar de modos diferentes para cada discurso e isso inclui também o *meme*. Então, enquanto um lado compartilha para fazer uma apologia, o outro compartilha para fazer uma denúncia de algo que não deve ser seguido. Desse modo, a mesma informação pode ser considerada positiva ou negativa para grupos distintos, a depender dos axiomas, premissas e entimemas aceitos pelo interlocutor do discurso.

Dentro da lógica a menor inferência que existe é o entimema e, nesse caso, devemos começar nossas reflexões por ele. Mas antes de mais nada, o que seria um entimema? A maneira mais simples de definir o entimema é como um silogismo a qual uma das premissas não precisa ser enunciada pois já é conhecida e aceita. Nas palavras de Aristóteles:

O entimema [é] formado de poucas premissas e em geral menos do que o silogismo primário. Porque se alguma dessas premissas for bem conhecida, nem sequer é necessário enunciá-la; pois o próprio ouvinte a supre. (ARISTÓTELES *apud* NASCIMENTO, 2012).

Desse modo, para uma formulação mais exata poderíamos dizer que enquanto o silogismo é um raciocínio dedutivo formado a partir de duas premissas, das quais se obtém por inferência uma terceira (onde $a + b \Rightarrow c$), o entimema teria alguma de suas premissas consideradas tão óbvias que não precisam ser anunciadas,

¹⁰¹ São compartilhados e re-compartilhados várias vezes.

onde $a \Rightarrow c$. A premissa, nesse caso, “b” já é tão conhecida e aceita a ponto de não ser necessária sua enunciação.

É importante notar a força desse fenômeno retórico. Uma premissa, um argumento que é tão válido e aceito que não precisa ser mencionado! Essas premissas não necessariamente são universais atingindo toda e qualquer pessoa. A depender da cultura que está inserida, isso muda drasticamente. O *meme* vai dialogar com as premissas do seu público alvo, premissas essas que não serão anunciadas formando entimemas.

Do mesmo modo, as informações contidas nas mensagens podem também se relacionar com memórias muito comuns para um grupo e quase desconhecidas para pessoas que estão de fora. Para aquele grupo específico aquela data, símbolo, objeto, local ou monumento pode ter uma memória emocional e simbólica significativa. Assim, por exemplo, a negligência na manutenção de um local público para alguns pode ser apenas mais uma das ingerências da administração pública. Para outros, a deterioração daquele local é tão absurda que só pode ser explicada por uma prática proposital de silenciamento.

Dentro do universo retórico presente na memória do Círculo Monárquico de Alagoas, nossa pesquisa se propõe a estudar a expressão que toca à abolição da escravidão. Sendo assim, apesar da percepção de que o governo de Dom Pedro II, a Independência e a Proclamação da República serem eventos de igual importância para os membros do grupo, vamos nos concentrar neste.

A Escravidão de pessoas negras foi um flagelo que perdurou por muito tempo na história do país. Desde o período colonial e quase todo o período imperial. Paralelo a isso, houve inúmeros processos de resistência a escravidão pessoal, local ou sistemática. Destes se destacam as fugas, as revoltas, as rebeliões, a quilombagem, as confrarias e as pressões políticas internas e externas em prol do fim da escravidão.

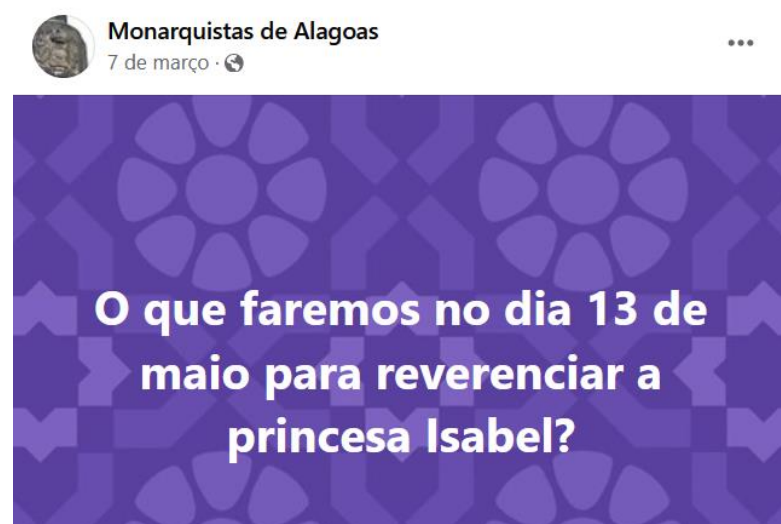
As ações da princesa Isabel em prol de causas abolicionistas são amplamente documentadas. Para citar alguns exemplos, tem-se Matos (2006), Alonso (2022), De Melo Junior (2020), Chagas (2017) entre outros que relataram essas situações. Matos destaca que:

A herdeira do trono não era uma mulher só de palavras. Organizava festividades com o intuito de angariar fundos para diversos grupos abolicionistas – ela mesma contribuía financeiramente – possuía papel de destaque na Comissão Libertadora, protegia escravos fugitivos e apoiava quilombos abolicionistas, no que era apoiada por seu marido, o Conde d’Eu (2006, p. 16).

4.2 Uso da Cyber Retórica

Nesse interim, se olhar através da ótica de um grupo que valoriza o protagonismo da família imperial essa participação se sobressai. Devemos lembrar ainda que os grupos monarquistas “herdam” uma memória familiar com intenções políticas. Dessa forma, uma memória do sujeito histórico passa por duas lentes de valorização, ao ponto de ampliar-se sobre toda uma complexa conjuntura. Uma postagem na página do *Facebook* do movimento monárquico destaca:

Figura 24 – Postagem dos Monarquistas de Alagoas sobre a Princesa Isabel no Facebook



Fonte: Disponível em <https://www.facebook.com/monarquiamaceio>. Acesso em 15 jul. 2022

A Figura 24 apresenta um entimema, a ideia de Isabel, a redentora, está tão presente que não há necessidade de mencionar a conexão entre 13 de maio e a Princesa Isabel. Existe também o protagonismo que eclipsa o processo: “O que faremos no dia 13 de maio para reverenciar a princesa Isabel?” Ao invés de que: “Como vamos comemorar a Abolição da Escravatura?”. Nesse sentido, é como se o sujeito histórico se tornasse maior que o fato. Qual o objetivo: propagar para a

população um imaginário positivo sobre a família real ou comemorar de fato a assinatura da lei que aboliu a escravidão?

Devemos lembrar que o Círculo Monárquico de Alagoas é um grupo de ativismo político que, aliado a um movimento maior, visa muito mais que eleger um presidente, mas, acima de tudo, estabelecer uma constituição com um quarto poder. É de se imaginar que as ações de um grupo de ativismo político tenham sua intenção política. Nesse sentido a tarefa é “eleger uma interpretação do passado” útil a seus objetivos presentes.

É curioso notar também a data do *post* no dia 7 de março, a antecipação de pouco mais de dois meses, salienta como essa data é importante. A ação escolhida foi um plantio de flores de Camélias na Rua 13 de Maio localizada no bairro do Poço, em Maceió-AL. A escolha da rua não foi à toa, e a escolha das camélias também não foram ao acaso, pois são as flores símbolos da abolição.

Segundo Matos (2006), a Princesa Isabel recebeu buquês de Camélias dos moradores do Quilombo do Leblon após a abolição, pois na época essas flores já eram associadas ao movimento abolicionista. Eram utilizadas para identificar quando uma pessoa era favorável a abolição, podendo ser usadas nas vestes, no jardim das casas ou como presentes.

É curioso notar que o 13 de maio é uma data de maior presença da memória coletiva do grupo monárquico do que o 14 de novembro, data da morte da Princesa Isabel. Essa data é lembrada, mas não há um evento especial para isso. A data escolhida 13 de maio é referente a abolição, e isso tem diversas consequências pois associa a abolição com a monarca e permite que os militantes emitam um discurso que relaciona liberdade e monarquia. Além disso, a morte da regente acontece um dia antes do “dia do golpe”.

Figura 25 – Postagem sobre a morte da Princesa Isabel no *Instagram* do CM-AL



Fonte: Disponível em <https://www.instagram.com/diretoriomonarquicoal/>. Acesso em 15 jul. 2022

Outro fator importante é o uso político da data de falecimento ser uma data mais complexa do que a celebração de um feito político. De fato, com exceção do público especializado, historiadores e pesquisadores de áreas afins, alguns lembram de outro feito relevante da monarca para além de sua participação nos eventos da abolição.

Não é uma afirmação que não há, mas que o grande público não carrega isto em sua memória: Quando ou onde nasceu, morreu ou viveu? Mas quais as outras realizações ela realizou durante sua curta administração? Na verdade, olhando do ponto de vista da memória nacional, não foi a Princesa Isabel que fez a abolição, mas sim foi o evento da abolição que fez a Princesa Isabel personagem historicamente lembrada. Entretanto, na postagem a representatividade está invertida. Isso se deve, dentre outras coisas já explicitadas, ao fato do Círculo Monárquico de Alagoas ser um grupo político mesmo que não partidário.

Um fator que não deve ser ignorado também é a proximidade com o dia 15 de novembro sendo uma das datas mais importantes, pois se trata do “dia do Golpe” e os preparativos para esse dia acabam coincidindo com a memória do falecimento da princesa Isabel no dia 14, sendo ela homenageada no 13 de maio, como pode ser visto na Figura 25.

Outro aspecto importante na memória da abolição cultivada pelo Círculo Monárquico de Alagoas é a disposição ao sacrifício. Para o movimento, a princesa

Isabel sabia das consequências políticas que se seguiriam à Abolição da Escravatura. Em entrevista, o Chanceler destaca que:

O barão de Cotegipe alertou à princesa Isabel que o ato heroico da libertação dos escravizados custariam o trono do Brasil. A elite cafeicultura fluminense não se conformou com a não indenização financeira pela libertação da mão de obra escrava. Assim, aliou-se ao movimento republicano na vã tentativa de reverter a situação. Somado a outras causas, levou ao fim do Império do Brasil.¹⁰²

Nesse sentido, a Abolição, além de um mérito político, se reveste de um mérito moral, quase uma imitação de Cristo, um martirológico político. Uma realização da parábola do bom pastor onde este se sacrifica pelas ovelhas. Nesse interim, vale lembrar que a princesa recebeu com entusiasmo a ideia de fazer um monumento no morro no corcovado, o Cristo Redentor, a princesa chegou a encomendar uma estátua de quinze metros em bronze, porém devido a mudança do regime, o projeto foi abortado e só viria a ser realizado, com alterações, mais de quatro décadas depois. (GIUMBELLI, 2007, p. 47).

Essa percepção também é socializada através das mídias sociais. A comparação do “passado/proposta de futuro” com o presente é sempre esboçada das maneiras diversas. Para essa construção do passado não se trata apenas de algo que ficou para trás e deve ser lembrado com carinho ou servir de exemplo. A perspectiva é que aspectos daquele “passado áureo” retornem no futuro. Para tanto existirá o objetivo de atacar o presente. Segue a postagem representada pela Figura 26.

¹⁰² Alexandre Toledo em entrevista concedida ao autor na data 08 fev. 2022.

Figura 26 – Postagem no Facebook dos Monarquistas de Alagoas sobre frases históricas



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/monarquiamaceio>. Acesso em 15 jul. 2022

A postagem representada na Figura 26 destaca uma fala em que a Princesa Isabel teria dito ao Barão de Cotegipe, no dia 13 de maio. Também traz uma fala atribuída ao pai da princesa, Dom Pedro II, ambas expressões quase poéticas. Além disso, ela expõe uma fala atribuída ao presidente Lula, em uma evidente presentificação. A ideia não é apenas expressar a virtude de alguém que ficou no passado, mas evocar uma moralidade superior dos regentes do Império sobre os presidentes da nova república. A memória não é apenas uma narração sobre um passado, mas um discurso para o presente.

Devemos lembrar do contexto histórico da postagem. O ano de 2017 é um ano depois do impeachment da Presidente Dilma e um ano antes das eleições de 2018. Os monarquistas interpretavam ou tentavam popularizar a interpretação de que a crise de representatividade partidária da década passada com uma crise do sistema

republicano e que as representações da república estavam fragilizadas, o que incluía a imagem do PT e do Presidente Lula enquanto era alvo de uma inquisição judicial no que ficou conhecido como Operação Lava Jato. Em 2022, quando o PT e o então candidato Lula estavam com sua popularidade alta e crescente, em eleições igualmente disputadas, não houve postagem semelhante. A conjuntura era outra, a democracia foi posta à prova durante a crise política, porém saiu vitoriosa. Além do mais, uma postagem semelhante poderia indispor eleitores do presidente Lula que, por acaso, são simpáticos ao movimento.

Devemos lembrar aqui que o movimento monarquista tenta se projetar como algo superior às disputas partidárias e que nem todo eleitor de Bolsonaro ou Lula é um militante de suas causas. Por vezes o voto é escolhido pela antipatia maior a um candidato. Entretanto apesar dessa tentativa de se apresentar como um *ethos* de superioridade a dicotomia direita e esquerda, que como vimos no primeiro capítulo é uma estratégia já utilizadas em setores de direita nos momentos que sua legitimidade é questionada, ele tem posições alinhadas com as perspectivas políticas de direita.

Ainda sobre a Figura 26, é importante observar que o sacrifício do trono redentor é central na memória do movimento, o que acaba distraindo outras formas de combate e resistência à escravidão, além do ativismo legislativo, relacionado aos políticos apoiadores da família imperial, e as ações pessoais da própria família imperial.

Ao destacar o protagonismo do papel da monarca, eles acabam silenciando em seu discurso outras atuações importantes para o movimento abolicionista. Esse tipo de discurso pode ser representado pela postagem retratada na Figura 27.

Figura 27 – Postagem no Facebook da página dos Monarquistas de Alagoas comparando a república com a monarquia



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/monarquiamaceio>. Acesso em 15 jul. 2022

Nesta Figura 27, não se trata de uma comparação com o período Republicano brasileiro, mas com um país Republicano, os Estados Unidos da América. O intuito é demonstrar uma eficiência na resolução dos conflitos, em que por meio de uma Monarquia o impasse seria resolvido por uma via pacífica e estável. Para isso, é notório o recorte bem específico do debate parlamentar, negligenciando as diversas outras formas de resistência à escravidão que existiram durante os 388 anos.

Devemos lembrar que a Abolição da Escravidão nos Estados Unidos ocorreu em 1863, 25 anos antes da abolição brasileira quanto sofrimento poderia ter sido evitado nesse tempo. Além disso, ao longo do tempo os anseios abolicionistas foram remediados com reformas que acabaram adiando o fim da escravidão legal, sendo o Brasil o último país das américas a abolir a escravidão legalizada. Será mesmo que isso é um exemplo dignificante?

Além do mais, ao analisar o número de escravos na província do Rio de Janeiro, Schwarcz (2007) citando Mattos (1987) mostra o decréscimo dessa população escravizada, vide Figura 28.

Figura 28 – Dados sobre o decréscimo da população escravizada com o passar dos anos na província do Rio de Janeiro.

| Ano | Nº de escravos |
|------|----------------|
| 1819 | 146.060 |
| 1821 | 173.775 |
| 1823 | 150.549 |
| 1840 | 224.850 |
| 1851 | 229.637 |
| 1872 | 301.352 |
| 1873 | 289.239 |
| 1880 | 268.881 |
| 1882 | 218.000 |
| 1885 | 162.421 |

Fonte: SCHWARCZ, 2007, p. 24

Podemos ver que, segundo os registros, de 1880 e de 1885 o número de escravizados na província do Rio de Janeiro diminuiu cerca de 105 mil, aproximadamente 40%. Alforrias, fugas em massa, quilombagem e o crescente empenho dos movimentos abolicionistas faziam os números diminuírem. Se esse ritmo continuasse seguindo as estatísticas em 10 anos a abolição talvez não fosse necessária. Assim sendo, a Lei Áurea acompanhou o fim de um sistema escravista já condenado ao fim. Enquanto assistia o persistir da escravidão ela era reformada por leis que acabaram adiando seu fim.

Litaiff ainda acrescenta que:

As pressões externas, sobretudo da Inglaterra, e as pressões internas, da população negra e de simpatizantes à causa abolicionista, fez com que a escravidão se tornasse pauta obrigatória. Antes da Lei que libertou o ventre escravo, quando a escravidão era tratada no meio político e acadêmico, era sempre de forma sucinta, sem levantar muitos questionamentos sobre a sua moralidade. A tentativa de se manterem omissos a respeito de um regime, cuja legalidade é manifestamente obscura, não era mais uma opção aos parlamentares. Não obstante, as discussões acerca da ilegalidade do direito de propriedade dos senhores de escravo se enviesaram para a defesa da elite agrária (2013, p.85).

Mesmo diante do processo lento e gradual a abolição brasileira só ocorreu por pressões externas e internas, e mesmo assim se arrastou por quase todo século XIX. Porém, a narrativa expressa na Figura 27 mostra o processo de abolição brasileiro como algo simples e uma paternal correção moral. Dá-se a impressão de uma conciliação harmoniosa e benfazeja entre escravizados e escravagistas diante do período da maternalíssima redentora.

4.3 Usos da memória monarquista pelos políticos conservadores: A Fundação Palmares

O movimento monarquista produz uma memória útil aos movimentos conservadores que apoiaram e elegeram Jair Messias Bolsonaro como Presidente da República. Esse embate de memórias feito pelo governo de direita eleito em 2018 encontrou seu ápice na atuação de Sérgio Camargo (Figura 29), escolhido como presidente da Fundação Palmares.

Figura 29 – Sérgio Camargo presidente da Fundação Cultural Palmares durante o governo Bolsonaro



Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pfdc-pede-apuracao-de-eventual-crime-em-fala-de-presidente-da-fundacao-palmares/>. Acessado em: 11 de mar. 2022.

A Fundação Cultural Palmares (FCP) foi criada durante o governo Sarney (1985-1990), fruto de reivindicações dos movimentos negros. Marques afirma que a instituição promove:

[...] a igualdade racial e com a valorização das manifestações de matriz africana, a Fundação Cultural Palmares formula e implanta políticas públicas que potencializam a participação da população negra brasileira nos processos de desenvolvimento do País. E, além disso, foi o primeiro órgão federal criado para promover a preservação, a proteção e a disseminação da cultura negra (2017, p.31).

Além disso, segundo Lopes e Neves:

A partir de 2003, foi acrescentado ao rol de atribuições da FCP a emissão de certidão às comunidades quilombolas e a inscrição destas em cadastro geral, o que confere à entidade o importante papel de asseguradora de direitos das comunidades negras rurais tradicionais. Além disso, a FCP atua, desde 2003, na consolidação das práticas pedagógicas de promoção da igualdade racial (BRASIL, 2003, 2008). Assim, a Fundação Palmares vem contribuindo de forma significativa para a consolidação, em meios oficiais, dos lugares de memória popularmente constituídos e até então pouco valorizados pelo Poder Público (2022, p.12).

A gestão de Camargo foi recheada de polêmicas desde sua nomeação. Ele foi nomeado para o cargo pelo então Secretário da Cultura, ligada ao Ministro do Turismo, Roberto Alvim¹⁰³. Alvim foi protagonista de uma das maiores polêmicas envolvendo órgãos de Cultura desde a redemocratização. Ele foi o secretário exonerado após fazer uso de uma estética associada ao nazismo, inclusive selecionado como música de fundo para seu pronunciamento (no qual poderia ser escolhida uma música brasileira!), uma obra do compositor alemão Wagner, que segundo informações do canal do YouTube “Poder360”, era preferido do líder nazista Adolf Hitler.¹⁰⁴

Tal episódio resultou na demissão do secretário, mas suas indicações permaneceram. Durante a gestão de Camargo, foi o ministério da Agricultura que passou a ser responsável pela regularização fundiária das terras quilombolas

¹⁰³ Jornal O UOL. As polêmicas de Roberto Alvim, secretário de Bolsonaro que perdeu cargo após vídeo associado a nazismo. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/01/17/as-polemicas-de-roberto-alvim-no-governo-bolsonaro.htm>. Acesso em 12 mar. 2023

¹⁰⁴ Poder 360. Secretário da Cultura, Roberto Alvim cita ministro nazista em pronunciamento. Youtube, 16 jan. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3lyckFW6ZHQ>. Acesso em 12 mar. 2023.

conforme a lei nº 13.844 de 2019. Além disso, promoveu uma inversão política que fez com que:

[...] a FCP desviou-se de sua função primordial para se tornar um órgão a serviço da difusão ideológica conservadora e repressão à ideologia qualificada como de militantes de esquerda. Para a consecução desse projeto, foi escolhido Sérgio Camargo. Entretanto, a sua posse foi contestada judicialmente e ocorreu em 28 de novembro de 2019, sob a égide de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Decisão nº 2020/0007444-2 (SOUSA, 2022, p.10).

Dentre as publicações feita durante sua gestão encontra-se o texto “Zumbi e a Consciência Negra – Existem de Verdade?” de Luiz Gustavo dos Santos Chrispino¹⁰⁵. Já em seu título levanta dúvidas sobre a existência do maior ícone negro da memória nacional:

[...] como surge tal figura no movimento negro, sendo incluso em nossa história didática? No início da década de 1970, quando um grupo de quilombolas do Rio Grande do Sul *indicaram* a data de *20 de novembro* como sendo o *Dia da Consciência Negra*, referenciando a data como sendo a do *assassinato de Zumbi*, questão essa que, acima, já mostramos ser apenas um *jogo de palavras – Nzambi, Zâmbi, Zômbi, Zumbi* - e tendo como “*assassinato*”, na verdade, o *suicídio* do líder revoltoso do Quilombo dos Palmares. [...] fato que marca esse início do processo de endeusamento de Zumbi [...] Aquele era o momento de nascimento do chamado *Movimento Negro Unificado - MNU*. Iniciava-se aí essa corrente de Movimento Negro, precisando apenas de um “Símbolo”, uma “Ícone” que pudesse dar cara a tal movimento que já começava sob o viés e influência do processo Marxista Cultural de *separação social*. Começava aí a *Luta Esquerdista* usando o povo negro como *massa de manobra* (CHRISPINO, p. 2).

Além de desdenhar a memória de Zumbi, ele fez menção ao marxismo cultural, fazendo referência a uma tese anticomunista da atual direita. Nesse sentido, o racismo estrutural, o racismo sistêmico ou outras teorias que viessem a abordar o racismo como um problema social foram tratados como uma retórica alinhada a uma estratégia revolucionária, que visaria “dividir para conquistar.”

Progredindo no texto, o autor faz uma nova referência ao marxismo cultural:

Neste período de nossa história, vemos a massiva utilização do Marxismo Cultural e do Gramscimo nos meios acadêmicos, principalmente os de cursos de viés Social, englobando História, Sociologia, Filosofia, Geografia etc. Começava aí, no final dos anos 70, início dos anos 80, uma efervescência do *esquerdismo* no Brasil principalmente pela volta de políticos desse viés ideológico, a partir da *Anistia Ampla, Geral e Irrestrita* oriunda do governo

¹⁰⁵ Licenciado em História com especialização em Psicopedagogia. Professor de História da Educação Básica. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4806411651323785>. Acesso em 12 mar. 2023.

Figueiredo, inundando nossas universidades e faculdades com tal posicionamento de pensamento (CHRISPINO, p. 2).

Neste recorte, vemos que para a perspectiva de Chrispino, essa estratégia revolucionária estaria presente tanto na militância da esquerda, quanto nas próprias universidades, distorcendo a produção do conhecimento científico e as convertendo em meras mensagens políticas. Outro dado importante presente no documento é sobre o mito da democracia racial: “nosso povo tem uma índole, uma visão amistosa, pacata, alegre, festeira dentro deste amalgama que é a nossa *gente miscigenada* – marca pontual de nosso povo, ser a mistura do Branco, Negro e Índio de forma natural” (CHRISPINO, p. 3).

O autor do texto trata o problema do racismo como uma invenção da esquerda para dividir o país; além disso, acusa a historiografia e as memórias a respeito do líder palmarino como meras construções intencionais de um símbolo político sem nenhum lastro.

para esses grupos esquerdizantes de nossa sociedade, que endeusam Che Guevara, Stálin, Lenin, Mao Tse-Tung, Ho-Chi Mim, Mandela e outros personagens de viés socialista/comunista, vemos também endeusarem personagens dessa nossa *Nova História do Brasil*, como Carlos Marighella, que, inclusive, no filme homônimo é encenado pelo ator e cantor Seu Jorge – que é negro, quando Marighella na verdade era **mulato**, filho de um italiano com uma negra. Um guerrilheiro esquerdista do PCB, autor do *Manual do Guerrilheiro Urbano*, onde ensinava táticas de guerrilha urbana, publicado em 1969, no auge do governo militar e da repressão deste aos movimentos esquerdistas que assolavam o país. Vemos, por setores “ditos sociais”, **como heróis acabam sendo forjados para justificar as ações** de, hoje políticos de esquerda, e naquela época guerrilheiros que visavam trazer para o Brasil o Comunismo como sendo algo *bom e maravilhoso* e que hoje, buscam fazer tal coisa através da política (CHRISPINO, p.3, grifo meu).

Ao invés de abordar a questão racial no Brasil propondo soluções baseados em suas perspectivas políticas, tratam como uma mitologia, um engodo, uma tática de manipulação:

A lei nº 12.519 de 2011, institui o 20 de novembro como *Dia Nacional da Consciência Negra*. Mais uma vez eu venho inquirir: Se existe uma Consciência Negra no Brasil, também deve existir uma branca e outra indigenista, coisas que não existem. A Consciência da importância do negro, do branco e do índio, é que deveria pautar a população como um todo, mas, o propósito de separar a população em nichos pelos políticos e partidários da transformação do Brasil num país comunista, não deixa que tal coisa ocorra, pois, conscientizar toda a população levantaria a questão de que estes que pregam tal coisa, querem apenas o domínio do poder sobre a população, as riquezas e o país como um todo (CHRISPINO, p.4).

Considerando que todas as pautas sobre consciência negra, racismo, figuras históricas negras seriam parte de um engodo, dentre todas as afirmações feitas, falta uma que pode ser entendida pelas entrelinhas.

Qual o papel da Fundação Cultural Palmares nessa “manipulação”? Tal questionamento explicitaria ainda mais a inaptidão ideológica para o cargo. Da mesma forma que, um luterano não pode ser Papa, alguém que não acredita na existência do problema social do racismo ou a violência sofrida pelas expressões culturais de matriz africana, não poderia comandar a liderança de uma instituição que tem como objetivo “a preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro e da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos”¹⁰⁶.

Cientes desse sequestro ideológico que passou a FCP durante o governo Bolsonaro, fica mais fácil entender certos acontecimentos. Devemos ter em mente que existe uma desvalorização intencional da memória racial para a construção unificadora de uma certa memória nacional. No caso, para estas pessoas que fizeram parte da equipe do governo anterior, uma memória de valorização do povo negro, dos processos de luta e resistência, sinalizaria uma divisão que não contribuí com os rumos que o governo gostaria que fosse tomado: uma identidade nacionalista. Nesse interim, existe uma memória que silencia as lutas raciais em prol de uma narrativa de cunho ultranacionalista, em que o fim da escravidão eliminaria todo o conflito racial.

A memória de protagonismo da família imperial cultivada pelos movimentos monárquicos atendeu, nesse sentido, a uma demanda de deslegitimação da memória dos movimentos negros, de suas lutas e, conseqüentemente, do seu processo de formação de identidade. Conforme pode ser visto na Figura 30, Dom Bertrand visitou a Fundação Cultural Palmares em 15 de outubro 2021.

¹⁰⁶ Presente no inciso IV do artigo primeiro do Estatuto da Fundação Cultural Palmares.

Figura 30 – O presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo durante o governo Bolsonaro e Dom Bertrand, ambos segurando um quadro da Princesa Isabel.



Fonte: Disponível em: <https://twitter.com/sairdombertrand/status/1449068830131621888>. Acessado em 12 mar. 2023.

Por um lado, o movimento monarquista fez uso do governo Bolsonaro para divulgar seus ideais e propósitos, além de se manter nos holofotes e, por outro, o governo fez uso da memória monarquista como instrumento de silenciamento das memórias concorrentes. Nesse embate de memórias, disputaram-se os sentidos representativos de duas datas comemorativas: o 13 de maio, celebrado pelos monarquistas, e o 20 de novembro, reivindicado pelo movimento negro.

4.4 O 13 de maio ou o 20 de novembro: Duas datas, duas lutas

As discussões sobre uma data simbólica passam pela história de formação do próprio movimento negro sobretudo no período da redemocratização e nova república quando houve:

um adensamento das discussões públicas em torno da desigualdade racial e da necessidade de ações afirmativas [...] São exemplos deste processo: o reconhecimento público da existência do racismo no país por parte do governo Fernando Henrique Cardoso; a participação do Brasil na Terceira

Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em Durban, em 2001; a implementação de políticas públicas efetivas de promoção da igualdade racial a partir dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff no início do século XXI (PEREIRA, 2010, p.4).

Esses avanços na percepção da problemática do racismo e da urgência de políticas de combate ao mesmo não vieram do nada. Ainda segundo Pereira (2010), muitos intelectuais do movimento negro estavam nas universidades dos anos de 1970 e 1980, sendo as universidades e centros de estudos temáticos os berços da intelectualidade que vieram a encabeçar a militância negra nas próximas décadas.

É importante mencionar que as universidades tinham uma forte rejeição ao Regime Militar que vigorava. Dos grupos políticos que mais fizeram frente a Ditadura Militar estão os influenciados pelas ideias marxistas, o que ecoa nas produções universitárias e também no movimento negro das décadas seguintes como também na produção científica. A exemplo da historiografia palmarina, Villarinho (2021) aponta que:

A história do Quilombo dos Palmares é majoritariamente escrita baseada em relatos sobre guerras contra Palmares, através de cartas, correspondências, relatos, reproduzindo um discurso colonizador. Isso torna a história palmarina inerente à história da Guerra contra Palmares, conduzindo à ideia de que se a Guerra dos Palmares acabou, também terminou a história do Quilombo dos Palmares, o que não procede, sendo este fato o pilar que norteia as próximas discussões (p.35).

Fazer essa menção é importante para enfatizar o quão violenta e abrupta foi a virada ideológica que aconteceu durante a gestão do Sérgio Camargo na FCP, contrariando décadas de pesquisas desenvolvidas no interior do movimento negro, atendendo as demandas do grupo político que o colocou no cargo.

Silva aponta que:

Em entrevista ao Portal Afro, Oliveira da Silveira explica que o grupo se reunia para falar sobre a não representatividade do 13 de maio para a comunidade, referindo-se ao fato de a decisão da libertação dos escravos ter sido tomada pela burguesia por motivos capitalistas e ao abandono do governo que não se preocupou em criar política de inclusão do ex-cativo (2014, p.160).

Atores sociais do movimento negro não se identificavam com o 13 de maio, data da assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel. A rejeição do 13 de maio é tácita

já que não resolveu os problemas sociais que atingiam a população negra, não adequadamente inserida na sociedade. Sendo assim, considerou-se que não havia o que se comemorar nesta data:

Dedicados em um movimento de negação da “história oficial e de contribuir para a construção de uma nova interpretação da trajetória dos negros no Brasil, [...] Dentre os conteúdos estudados, o Quilombo de Palmares cada vez mais se destacava como marcante na trajetória do negro no Brasil. [...] E lá estava o dia 20 de novembro de 1695, data da morte heroica de Zumbi, último rei e líder dos Palmares (SILVA, 2014, p.161).

De fato, não havia representatividade do 13 de maio para os movimentos que contestavam a história oficial. Portanto, reivindicou-se a apropriação de um momento histórico que destacasse a participação negra da história do Brasil e fosse símbolo de luta da população negra. Silva (2014) ainda aponta que:

Em 1978, como citado anteriormente, o Grupo Palmares, ramificado em Movimento Vinte de Novembro, teve suas ideias incorporadas pelo MNUCDR [Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial]. Após sua adesão, o Movimento Negro batizou a data de O Dia Nacional da Consciência Negra, nome sugerido pelo próprio Oliveira da Silveira (p.162).

O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) posteriormente chamado de Movimento Negro Unificado (MNU), junto a outros movimentos, coletivos e associações, travou embates importantes ao longo das últimas décadas, alcançando uma vitória significativa durante o 1º governo Lula com a aprovação da Lei nº 10.639/2003. A referida lei tornou obrigatório o ensino da História e cultura afro-brasileira em todas as instituições escolares, sendo um importante instrumento na conscientização das novas gerações e de enfrentamento ao preconceito. Outra lei importante a ser mencionada é a Lei nº 12.519/2011, que instituiu o dia 20 de novembro como dia da Consciência Negra.

Durante os governos petistas, houve um avanço das pautas dos movimentos negros, o que não aconteceu no governo Bolsonaro, quando diversos setores e instituições fizeram uso do poder do Estado para contrapor as narrativas dessa parte da sociedade civil organizada.

Nessa disputa de memórias, o movimento negro lutou pela desconstrução do 13 de maio e pela edificação da nova data, ou seja, o 20 de novembro fez parte do processo de constituição e de formação de identidade do movimento negro nas

últimas décadas. Sendo assim, a tentativa de legitimar o 13 de maio pelo governo Bolsonaro só serviu para deslegitimar a gestão da FCP perante o movimento negro que ajudou a construí-la. A atuação da referida Fundação em sessão extraordinária de 14 de maio de 2019, em homenagem aos 131 anos da Lei Áurea, simbolizou esse embate. A sessão foi marcada por protestos de ativistas ligados a movimentos negros de um lado e as falas de Philippe Luiz de Orleans e Bragança e do Hélio “Bolsonaro”¹⁰⁷ o outro. Na ocasião Hélio “Bolsonaro” afirmou:

“Estamos vendo como foi importante a figura da princesa Isabel para a assinatura da Lei Áurea, o documento que definitivamente aboliu a escravatura, mas o papel dela com os nossos irmãos negros escravos começou muito antes! Essa é a história, a verdadeira História do Brasil em que os negros são protagonistas, que eu vim aqui contar a vocês, não porque estou advogando em causa própria, mas porque é a Verdade, muitas vezes omitida e falseada na escola, na universidade e até nos livros. A princesa Isabel foi a melhor amiga dos negros do Brasil”.¹⁰⁸

Percebemos a sintonia clara entre o discurso proferido pelo Hélio “Bolsonaro”, o de Sérgio Camargo e a memória produzida pelos movimentos monárquicos.

¹⁰⁷ Hélio Fernando Barbosa Lopes, também conhecido como Hélio Bolsonaro, é um subtenente do Exército e político brasileiro filiado ao Partido Liberal (PL). Concorreu nas eleições de 2018 ao mandato de deputado federal, sendo o candidato mais votado no estado do Rio de Janeiro neste mesmo ano. É apoiador político do ex-presidente Bolsonaro.

¹⁰⁸ Discurso do deputado federal Hélio Lopes em alusão ao 13 de maio. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Discurso-do-deputado-federal-Helio-Lopes-em-alus%C3%A3o-ao-13-de-maio-3.pdf>. Acesso em 14 de março de 2023.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas primeiras décadas do novo milênio foram marcadas com crises políticas, manifestações de rua nos grandes centros urbanos e o surgimento de novos grupos de ativismo político ligados a pautas liberais, conservadoras e reacionárias que ficaram em um primeiro momento como sendo a “Nova Direita”. Porém, melhor defino como uma “Nova Face da Direita” pois mantiveram-se em cena pautas, personagens e influências ligadas à direita de períodos anteriores, como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, fundada em 1960 e economistas que atuaram durante o período da Ditadura Militar.

Entre os grupos que compuseram essa face da Direita, encontrou-se o Monarquismo ou o Movimento Monárquico, o qual defende uma restauração da Monarquia aos moldes da Constituição de 1824. Esse movimento se estruturou localmente em pequenas células chamadas círculos ou diretórios monárquicos. No caso de Alagoas, o Círculo Monárquico de Alagoas capitania as ações do movimento monárquico, sendo inclusive o único movimento organizado em atividade detectado pela pesquisa.

O Círculo Monárquico de Alagoas, como o movimento monárquico nacional cultiva uma memória útil a outros movimentos de direita, que os acolhe e reproduz seus discursos. A memória de um passado glorioso onde movimentos sociais e críticas filosóficas sobre as bases ideológicas da sociedade eram menores ou mesmo inexistentes. Mesmo antecedendo as ideias positivistas em um passado de ordem que conduzia ao progresso. Além disso, o movimento tenta legitimar suas ideias a partir da memória familiar da Casa Imperial Brasileira e da observância das regras sucessórias da Constituição de 1824, o que levou a estratégias diferentes que envolveram renúncias, casamentos e votos de castidade para os chefes da Casa dos Orleans e Bragança.

Sobre a Abolição da Escravatura, o Círculo Monárquico de Alagoas cultivou uma memória bem particular a esse respeito. Nele, o protagonismo da Princesa Isabel e da família real ultrapassa até a importância do evento em si, a ponto de na data de 13 de maio não se comemorar a assinatura da Lei Áurea, mas de “homenagear a

Princesa Isabel, a redentora.” O controle sobre as narrativas do passado é importantíssimo para as disputas políticas do presente, do próprio grupo monárquico e de outros setores da direita que se apropriam de seu discurso para embasar suas atividades políticas.

O Movimento Monárquico em Alagoas passou por algumas fases, a princípio com grupos semianônimos de pessoas que já se conheciam e depois, a partir do I Encontro Monárquico de Alagoas e sua filiação ao Círculo Monárquico Brasileiro. Por último e até o presente momento, sua estruturação está como Círculo Monárquico de Alagoas e tem funcionado assim atualmente.

O discurso sobre o passado emitido hoje está muito mais conectado aos sentimentos e valores presentes nos sujeitos que atuam na atualidade do que com as figuras do passado. Sendo assim, a dinamicidade da memória é quase natural, pois ela vai depender do que é importante para os sujeitos que produzem e cultivam esta memória. Apesar de reconhecer que existem outras atividades em volta do protagonismo, no caso deste movimento estudado nesta pesquisa, ele está intimamente ligado a uma memória familiar, a participação dos membros dessa família nos eventos históricos ganha detalhes com tons que beiram o exclusivismo assemelhado a uma hagiografia.

Portanto, o esfriamento dos atritos entre os poderes da República após as eleições presidenciais de 2022 tendeu a diluir o movimento, pois enfraqueceria o principal elemento de sua retórica: a dicotomia entre “presente em crise e passado glorioso”.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACS. **República x Monarquia**. Disponível em:

<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/republica-x-monarquia>. Acesso em 06 jun. 2022.

AGRA, W. M. **Curso de Direito Constitucional**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ALMEIDA, R. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP*, v. 38, p. 185-213, 2019.

ALMEIDA, F. C. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas. **Revista Aedos**, v. 3, n. 8, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/16776>. Acesso em: 03 jun. 2022.

ALONSO, A. Associativismo avant la lettre: as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Sociologias**. v. 13, n. 28, pp. 166-199, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300007>. Acesso em 14 jul. 2022.

ALVES, P. C.O. Entre a Monarquia e a República: Alternativa para a Crise Brasileira no Pensamento de João Camilo de Oliveira Torres. **Anais do XXXI Simpósio Nacional de História**. Rio de Janeiro - UFRJ, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1617198906_ARQUIVO_c4664ed3b440d5314b1fc099341c5d1e.pdf. Acesso em 06 jun. 2022.

ANDRADE, G. F.; PADOIN, M. M. A evolução do conceito de fontes históricas a partir da nova história cultural e o estudo de cartas. **História em Revista**, Pelotas, v. 21/22, p. 11-26, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/hr.v21i22.15954.g10009>. Acesso em 06 jun. 2022.

APPIAH, K. A. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

BARMAN, R. J. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX**. São Paulo: UNESP, p. 19-20, 2005.

BOBBIO, N. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

BRASIL. DECRETO Nº 1, DE 15 DE NOVEMBRO DE 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1-15-novembro-1889-532625-publicacaooriginal-14906-pe.html>. Acesso em 06 jun. 2022.

BRASIL. DECRETO Nº 85-A, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-85-a-23-dezembro-1889-543749-publicacaooriginal-54307-pe.html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brazil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acessado em 07 jun. 2022.

CASADEI, E. B. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 108, p. 153-161, 2010.

CARVALHO JÚNIOR, N. R.; CARVALHO, R. S. P. Bolsonarismo e desdemocratização: o alerta nas conquistas de cidadania e consolidação democrática. In *Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania*, n. 7, p. 224-245, 2019.

CHAGAS, V. et al. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014. **Intexto**, n. 38, p. 173-96, 2017. Disponível em: <https://doi.org/doi:10.19132/1807-8583201738.173-196>. Acesso em 14 jul. 2022.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. Editora Companhia das Letras, 2011.

CHRISPINO, L. G. S. Zumbi e a consciência negra: existem de verdade? 2020.

CIRIBELI, J. P.; PAIVA, V. H. P. Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. **Revista Mediação**, v. 13, n. 12, p. 1-19. 2011. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/mediacao/article/view/509>. Acesso em 06 jun. 2022.

CORRÊA, E. S.; ESTEVANIM, M. Digital Humanities: Tendências para a comunicação na contemporaneidade **In: Tendências em comunicação digital**. São Paulo: ECA/USP, 2016. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/87/75/365-1>. Acesso em: 08 jun. 2022.

DA IGREJA CATÓLICA, Catecismo. O Catecismo da Igreja Católica. 2010.

DETONI, V. S. Historicidade Neoliberal E Tempo Saquarema: “Nova Direita” E Movimentos Monarquistas Na Disputa Pela Reconfiguração Do Tempo Histórico No Brasil Contemporâneo. Anpuh-Brasil- 31º Simpósio Nacional De História Rio De Janeiro/Rj,2021

DETONI, V. S. O “Partido Saquarema” na partilha da autoridade sobre o passado: nova direita, movimentos monarquistas e o saber histórico no caso da nova república. **História e Cultura**, v.10, n. 1, 2021. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3388>. Acesso em 06 jun. 2022.

FERREIRA, M. M. História, tempo presente e história oral. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 3, p. 314-332, 2002.

FIGUEIRÓ, W. Monarquistas no tempo presente. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2015

FORESTI, L. F. L. et al. O arauto da contra-revolução: o pensamento conservador de Plínio Corrêa de Oliveira (1968 1976). 2013.

GARSCHAGEN, B. Em busca de um Conservadorismo Brasileiro. In: TORRES, João Camilo de Oliveira. **O elogio ao conservadorismo e outros escritos**. 1 ed. Curitiba: Arcádia, 2016.

GIDDENS, A. Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

GINZBURG, C. **Relações de força: história, retórica, prova**. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 216 p, 2002.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In _____. Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História. Tradução: Federico Carotti. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 143-179, 1989.

GIRARD, R. **Violência e o Sagrado**. São Paulo: Paz & Terra. 392 p., 2008.

GIUMBELLI, E. Brasileiro e europeu: a construção da nacionalidade em torno do monumento ao Cristo Redentor do Corcovado. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, v. 24, n. 1, p. 35-63, 2011.

GUIMARÃES, A. S. A. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap**, v. 61, p. 147-162, 2001.

HARTOG, F. **Crer em História**. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 256 p., 2017.

_____. **Regimes de Historicidade: Presentismo e experiência do tempo**. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 272 p., 2014.

HELLER, A. **Teoría de la História**. Tradução: Javier Honorato. Cidade do México: Fontamara, 278 p., 1984

HOBSBAWM, E. **Sobre História**. Tradução: Cid Knipel Moreira. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 516 p., 2013.

JÚNIOR, J. A. C. **A Inconstitucionalidade da proposta monarquista**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/59803/a-inconstitucionalidade-da-proposta-monarquista>. Acesso em 15 jun. 2022.

JUNIOR, J. N. B. M.; DE MORAIS, E. P.; SANTOS, M. F. O. ASPECTOS RETÓRICOS NO GÊNERO TEXTUAL MEME NA INTERNET. **Revista de Letras**, v. 12, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/folio.v12i1.6618>. Acesso em 14 jul. 2022.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução: Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 368 p., 2006.

LITAIFF, J. A. Indenização do medo: a abolição da escravidão e o debate político sobre a indenização do direito de propriedade dos senhores de escravos (leis de 1871 e 1885). 2013.

LIMA, H. E. "Micro-História". In: FLAMARION, Ciro.; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 207- 223, 2012.

LOPES, G. E. G. ENÉAS CARNEIRO E O PRONA: NACIONALISMO E CONSERVADORISMO NO BRASIL PÓS-DITADURA MILITAR. Dia-Logos: Revista dos Alunos de Pós-Graduação em História, v. 10, n. 2, 2016.

LOPES, J. S. C.; NEVES, P. S. C. Quando a memória é o pomo da discórdia: o 13 de maio de 2020 e a Fundação Palmares. **Revista de História (São Paulo)**, 2022.

MACHADO, R. P.; DE FREIXO, A. De um futuro (quase) esquecido: um país em transe, uma democracia em colapso. In: **Brasil em Transe: Bolsonarismo, novas direitas e desdemocratização**. 2019.

MACIEL, O. B. A. Aproximações a Ginzburg: Comentários sobre Relações de Força. **Critica Histórica**. Dossiê História Social do Crime. v. 2, n. 3. 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2763>. Acesso em 06 jun. 2022.

MAGGIE, Y.; REZENDE, C. B. (Orgs.). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 460 p., 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832003000100015>. Acesso em 06 jun. 2022.

MANGUEL, A. **Uma História da Leitura**. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 449 p., 2021.

MATEUS, S. **Introdução à Retórica no Século XXI**. Collection: LabCom Books, 258 p., 2018. Disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/1946>. Acesso em 14 jul. 2022

MATOS, A. Das Camélias do Leblon ã Rosa de Ouro: as representações de Isabel no contexto do abolicionismo. **Em Tempo de Histórias**, n. 10, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20083>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MATTOS, I. H. et al. Da Nova República à nova direita: o bolsonarismo como sintoma mórbido. *Sociedade e Cultura*, v. 24, 2022

MARQUES, T. P. A questão do negro e a cultura organizacional: estudo de caso da Fundação Cultural Palmares. 2017. 59 f., Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2017

MARQUES, D. L.; CORREIA, R. L. L. S. O Movimento Negro, o NEABI/UFAL e a implementação do Programa de Políticas de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Alagoas (2003-2022). **Escritas do Tempo**, v. 4, n. 10, p. 23-45, 2022

MESSEMBERG, D. A cosmovisão da “nova” direita brasileira. **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, p. 25-49, 2019

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação: como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 408 p., 1974.

MOTTA, R. P. S. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). *O Brasil Republicano (vol.5). O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

NÉMETH-TORRES, G. A odisseia monarquista no Plebiscito Nacional de 1993. **Revista Veredas da História**, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/48927>. Acesso em 06 jun. 2022.

NORA, P. et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

OGAWA, C. E. A. **História, Retórica, Poética, Prova: a leitura de Carlo Ginzburg da Retórica de Aristóteles**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27042010-092346/pt-br.php>. Acesso em 06 jun. 2022.

OLIVEIRA FILHO, P. et al. A identidade da nova direita brasileira em narrativas de seus militantes. **Psicologia USP**, v. 33, 2022.

ORLEANS E BRAGANÇA, L. P. **Por que o Brasil é um país atrasado? O que fazer para entrarmos de vez no século XXI**. 2. ed., São Paulo, SP: Maquinaria, 272 p., 2019.

_____. *A Libertadora: Uma Constituição para o Brasil*. 1ª edição, Editora LVM, e-book, 2002.

PENTEADO, C. L. C. et al. Ação política na internet brasileira. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 16, p. 111-132, 2011.

PETTER, A. C. M. O discurso monarquista brasileiro na historiografia intelectual: uma possibilidade de conteúdo e forma. **Aedos**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 210-232, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/65073>. Acesso em 06 jun. 2022.

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. *Novos estudos CEBRAP*, v. 19, p. 26-45, 1987.

PINHEIRO-MACHADO, R. et al. **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Oficina Raquel, 2019.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. 1 ed. São Paulo: EdUSP, 456 p., 2003.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em 06 jun. 2022

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em 06 jun. 2022.

PONDÉ, L. F. Movimento Monárquico. **YouTube**, 12 de março de 2018. Disponível em: <https://youtu.be/35C6UluMo98>. Acesso em 06 jun. 2022.

Pró-Monarquia. ENTREVISTA COM O PRÍNCIPE DOM RAFAEL | JORNAL A GAZETA. **YouTube**, 08 de junho de 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=068v_Z4Ve44. Acesso em 06 jun. 2022

QUADROS, M. P. R. **Conservadorismo Coroadado: Movimentos monarquistas no Brasil atual**. Estudos de Sociologia. v.22, n. 42 p.15-34, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/9113>. Acesso em 06 jun. 2022

QUINTÃO, G. F. A nova direita cristã: alianças, estratégias e transfiguração do discurso religioso em torno do projeto de cura gay. Estudos de Sociologia, v. 22, n. 42, 2017.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia Volume I: Antiguidade e Idade Média**. São Paulo: Paulus. 704 p., 2017.

_____. **História da Filosofia Volume III: Do Romantismo Até Nossos Dias**. 1 ed. São Paulo: Paulus. 1144p., 1990.

ROMÃO, W. M. #naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014. **Agenda política**, v. 1, n. 2, p. 152-167, 2013.

SILVA, A. S. **Casa-Grande da Cultura: (Re)patriomonalização e Revocacionamento do Paço Imperial no Rio de Janeiro (1980-1990)**. 2021 Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro, RJ, 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/2139>. Acesso em 06 jun. 2022.

SILVA, G. J. Conceituações teóricas: esquerda e direita. Humanidades em diálogo, v. 6, p. 149-162, 2014a

SILVA, J. S. **Cultura negra em Alagoas: uma construção de negritude**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, 2008. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/3999>. Acesso em 06 jun. 2022.

SILVA, V. C. P. DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES. **Revista de História Bilros: História (s), Sociedade (s) e Cultura (s)**, v. 2, n. 03, 2014b.

SOUSA, C. A emergência do discurso de ódio nas publicações do site oficial da Fundação Cultural Palmares. **SOLETRAS**, n. 43, 2022.

RIOS, F. D. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2013.

ROXO, L. A face obscura da política: governo e eleições no Mídia Sem Máscara. *Aurora.*, n. 4, 2009.

SCHWARCZ, L. M. **Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007

TATAGIBA, L. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, v. 17, n. 1, p. 112-135, 2018.

TRIBUNAL ARBITRAL E MEDIAÇÃO DE MARINGÁ (TJAEM). **Por que Restaurar a Monarquia no Brasil? 2019**. Disponível em: <https://tjaemmaringa.jusbrasil.com.br/artigos/717397906/por-que-restaurar-a-monarquia-no-brasil>. Acesso em 06 jun. 2022.

TRISOTTO, F. **Partido monarquista? Já teve quem quisesse montar quatro desses no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/partido-monarquista-ja-teve-quem-quisesse-montar-quatro-desses-no-brasil-5srt333dfcm82vv2qo98lpsx9/>. Acesso em 07 jun. 2022.

TV BRASIL. Um Olhar sobre o Mundo | Volta da monarquia brasileira. **YouTube**. 17 de julho de 2018. Disponível em: <https://youtu.be/jsixZmJkPLg>. Acesso em 18 jun. 2022.

VASCONCELOS, H. M. T.; FIORIN, E. Arquitetura, urbanismo e história do bairro Jaraguá, Maceió/AL. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 4, p. e12942843-e12942843, 2020.

VIEIRA, F. A. Do MBL ao Bolsonarismo: o discurso antipetista por um Brasil menos livre. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros/MG. p. 210. 2022

VISCARDI, J. M. Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. *Trabalhos em Linguística aplicada*, v. 59, p. 1134-1157, 2020.

VILLARINHO, R. M. Memórias e discursos históricos: o processo de patrimonialização da Serra da Barriga - Alagoas (1986-2017). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. 2021.

WASSERMAN, C. A Teoria da Dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. Editora FGV, 2017.